



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O desafio da floresta urbana:
História do processo de arborização de Brasília (1960-1970).

MARINA SALGADO PINTO

BRASÍLIA/2018

MARINA SALGADO PINTO

O desafio da floresta urbana:

História do processo de arborização de Brasília (1960-1970).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, na linha de pesquisa de História Social e Suas Múltiplas Formas.

Orientador: Prof. Drº. José Luiz de Andrade Franco.

BRASÍLIA

2018

BANCA EXAMINADORA

Professor: José Luiz de Andrade Franco (orientador)

Professora: Tereza Cristina Novaes Marques (membro titular)

Professor: Mozart Fazito (membro titular)

Kellerson Semerene Costa (suplente)

Data da defesa: 10/08/2018

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador de Mestrado, o professor doutor José Luiz de Andrade Franco, por todo o seu apoio e confiança durante o meu processo de pesquisa e escrita da dissertação. Como uma recém-graduada em história, que havia tido muito pouco contato com a vertente historiográfica que propõe o meio ambiente como fonte de análise histórica, mas ansiava por um aprofundamento, as incontáveis horas de aula, bibliografia temática, saída de campo, reflexões, entre outras tantas contribuições foram de profunda importância para tornar substanciais as minhas pretensões de tornar-me uma historiadora ambiental.

À professora doutora Teresa Cristina de Novaes Marques, a qual a disciplina ministrada em meu primeiro semestre do Mestrado, e também, sua presença como mestra, tiveram apelo direto em minha pessoa e objetivos acadêmicos.

Aos membros do corpo docente, e funcionários, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, aos quais direta ou indiretamente ajudaram a moldar essa dissertação.

Registro, também, os sentimentos de gratidão à minha família e amigos, pela paciência eterna nos últimos dois anos e todo o apoio despendido a minha pessoa. Em especial, à minha irmã Helena, que consegue dar leveza até mesmo aos dias mais difíceis. Ao meu amigo Étore Jerônimo, que gentilmente cedeu parte de seu tempo no formato de longas conversas, leitura do texto e parte de sua perspicácia e inteligência em observações proveitosas.

RESUMO

PINTO, Marina Salgado. **O Desafio da Floresta Urbana: história da arborização de Brasília (1960-1970)**. Dissertação (História Social e suas Múltiplas Formas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

As árvores são um dos principais símbolos associados ao meio ambiente, funcionando, também, como um conectivo entre a humanidade e o mundo natural. Sua presença na paisagem urbana não contempla apenas benefícios físicos aos habitantes da urbe, como o apaziguamento de altas temperaturas, também provocadas pela presença de concreto em demasia, mas, sobretudo, aproximam o ser humano da natureza. As atividades de arborização da capital brasileira, Brasília, foram registradas por dois periódicos: o *Correio Braziliense* e o *Jornal de Brasília*, as principais fontes documentais do trabalho em questão, ao lado de dois documentos de considerável importância para a arquitetura e urbanismo: a Carta de Atenas (1933) e o relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa (1956) e entrevista com um dos principais responsáveis pelo processo, o engenheiro agrônomo Francisco Ozanan Correa Coelho de Alencar. A análise dos jornais demonstra como o plantio de árvores por Brasília se articulou com o corpo social que habitava a cidade, assim como com os projetos urbano-arquitetônicos que guiaram a construção da capital modernista e, principalmente, com o Cerrado, o bioma encontrado no local onde a cidade foi erguida. Dessa maneira, a tentativa de unir os registros desse processo de plantio de árvores, gramas, arbustos e vegetação pela capital em uma narrativa histórica configura-se, sobretudo, em uma fértil reflexão sobre a relação das sociedades humanas com os elementos não-humanos, principalmente quando essa história ocorre a nível urbano.

Palavras-chave: arborização urbana, Brasília, natureza, cultura, modernismo na arquitetura e urbanismo.

ABSTRACT

PINTO, Marina Salgado. **The Challenge of Urban Forest: history of the arborization process of Brasília (1960-1970)**. Dissertation (História Social e suas Múltiplas Formas) – Programa de Pós-Graduação em História, University of Brasília. Brasília, 2018.

Trees are one of the main symbols associated with the environment, functioning, too, as a connective between humanity and the natural world. Its presence in the urban landscape does not only provide physical benefits to the inhabitants of the city, such as the appeasement of high temperatures, also caused by the presence of too much concrete, but, above all, bring the human being closer to nature. The afforestation activities of the Brazilian capital, Brasília, were registered by two periodicals: *Correio Braziliense* and *Jornal de Brasília*, the main documentary sources of the work in question, along with two documents of considerable importance for architecture and urbanism: the Carta of Athens (1933) and the report of the Pilot Plan of Lúcio Costa (1956) and interview with one of the main responsible for the process, the agronomist Francisco Ozanan Correa Coelho de Alencar. The analysis of the newspapers demonstrates how the planting of trees in Brasília was articulated with the social body that inhabited the city, as well as with the urban-architectural projects that guided the construction of the modernist capital, and especially with the Cerrado, the biome found in place where the city was erected. In this way, the attempt to unite the records of this process of planting trees, grasses, shrubs and vegetation by the capital in a historical narrative is, above all, a fertile reflection on the relation of human societies to nonhuman elements, especially when this story occurs at the urban level.

Keywords: urban arborization, Brasília, nature, culture, modern urbanism and architecture.

Conteúdo

Introdução	8
Capítulo 1.....	13
O homem em seu meio: natureza, cultura e cidade	13
1.1. Natureza e cultura: conceitos que se opõem e se complementam	13
1.2. Estruturando a natureza pelo viés antropogênico: a construção de cidades	24
1.3. Arquitetura Moderna	30
1.4. Brasília	35
Capítulo 2.....	44
A História de Brasília e de sua arborização contada por um jornal.....	44
2.1. <i>Correio Braziliense</i> : a história de um jornal que buscou revolucionar a sociedade brasileira	44
2.2. <i>Correio Braziliense</i> : o diário da capital e de sua história	48
2.3. Árvores em pauta: o primeiro momento da arborização de Brasília narrado pelo <i>Correio Braziliense</i>	56
Capítulo 3.....	77
A arborização de Brasília nos anos 1970: o jardim construído e o bioma Cerrado.....	77
3.1. Urbanização, arborização e conservação ambiental.	77
3.2. A construção do afeto entre a sociedade brasiliense e suas plantas.	95
3.3. “Crise das Árvores”: um ataque de pragas sofrido pelas árvores coloca em questão os trabalhos de arborização.	97
Conclusão	105
Referências	108
Fontes:.....	108
Jornal <i>Correio Braziliense</i> :	108
Jornal de Brasília:	109
Secundária:	110
Anexo – Lista de ilustrações.....	114

Introdução

Refletir sobre a relação instituída entre a cidade, seus habitantes e componentes não-humanos, o meio natural, foi a motivação principal que guiou o desenvolvimento dessa dissertação. O projeto no qual se baseou a construção da terceira sede do Poder brasileiro, Brasília, é de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, que assinou seu documento chamando sua obra de “cidade-parque”. A arborização da cidade era, portanto, um dos pontos-chave do projeto imbuído em tendências desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubistchek. Viver em uma cidade ricamente arborizada era uma das intenções de seus patronos para os futuros moradores de Brasília. O trabalho para arborizar e gramar os espaços urbanos da nova capital brasileira é exemplo do diálogo estabelecido entre o meio humano com o meio ambiente em que se insere. Isso ocorre porque os seres humanos, por mais que se afastem da natureza prístina, não conseguem excluir por absoluto a influência dela em seu cotidiano (MELOSI, 1993).

Ao estabelecer a data final para a inauguração daquela que seria a terceira capital federal brasileira, Brasília, o governo do presidente Juscelino Kubistchek criou uma empresa estatal para realizar a construção da cidade, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, ou Novacap. Dentre os trabalhos desempenhados pela Novacap, estava o de dar vida às áreas verdes que permeariam a cidade, portanto, gramar os espaços, ajardiná-los e plantar árvores e arbustos por toda a extensão urbana; dar a ela os ares de cidade no parque que seu projetista Lúcio Costa ambicionava para a capital federal brasileira. Esse trabalho seria desenvolvido em conjunto com o meio físico escolhido para receber a cidade, localizado no centro-oeste brasileiro, onde ocorre uma formação florestal chamada Cerrado. Como perceberiam os responsáveis pela arborização de Brasília, a natureza influiria diretamente em seus avanços sobre a região, também moldando o resultado de seus trabalhos.

À medida que as atividades de arborização eram empreendidas pela cidade, esse processo era registrado por jornais locais. Dessa maneira, os veículos que circularam pela capital durante o período estipulado para essa pesquisa – as décadas 1960 e 1970 – se constituíram como fonte documental dessa dissertação, ao lado do Relatório do Plano Piloto, o plano urbanístico da cidade, uma entrevista com um dos principais responsáveis por desempenhar os trabalhos de arborização da cidade, o engenheiro

agrônomo Francisco Ozanan Correa Coelho de Alencar. O projeto de Costa se inscreve nas tendências modernistas do início do século XX que influenciaram, também, o desenvolvimento da arquitetura e urbanismo. Dessa maneira, no intuito de aprofundar a investigação da pesquisa, a Carta de Atenas, forjada em um dos Congressos de Arquitetura Moderna, os CIAM, também foi adotada como fonte documental.

Houve, a partir da década de 1970, um estiramento da análise histórica para incluir o meio ambiente. O diálogo com outros campos de saber, já em décadas anteriores, tornara a disciplina mais inclusiva e interdisciplinar. Se inicialmente a história se ocupava em construir grandes narrativas sobre nações e seus personagens de maior destaque, ao longo de sua constituição como campo de conhecimento, muitas outras figuras foram incluídas em suas fontes de observação. Propunha-se compreender os meandros políticos a partir de constituições mais profundas da sociedade. Foi nesse bojo abrangente de análise histórica que os elementos do mundo físico natural apontaram seu potencial como um documento onde há muito os seres humanos registram sua longa narrativa histórica (WORSTER, 1991).

Apesar de controvérsias que afirmam que o ambiente urbano não condiz exatamente com a proposta principal da história ambiental, e que a interface entre a história tecnológica e a história do desenvolvimento urbano contempla essa perspectiva de análise, a história ambiental urbana se sustenta na ideia de que as cidades são uma das principais formas de interação entre o ser humano e o meio ambiente (WORSTER, 1991, MELOSI, 1993). Independente da quantidade de natureza experimentada pelos habitantes de uma urbe, o próprio ato de construir uma estrutura física artificial é um exemplo dessa interação, e não pode ser destituído de sua relevância (MELOSI, 1993).

Dentre os inúmeros temas que permitem uma reflexão sobre a relação dos habitantes com a natureza presente no cenário urbano, está o de arborização e ajardinamento das cidades (MELOSI, 1991). Afinal, as plantas “têm sido, quase invariavelmente, aliadas dos humanos na luta para sobreviver e prosperar” (WORSTER, 1993, p. 206). A vegetação urbana também influencia a vida dos cidadãos de forma determinante. Isso ocorre porque o dossel arbóreo que compõe um cenário urbano afeta o microclima, a umidade local, controla a incidência solar, estimula correntes de ar, diminui a poluição sonora, entre tantos outros eventos associados a presença de árvores e vegetação na atmosfera das cidades (MEDEIROS, 2003; NOWAK e DWYER, 2007).

Há, também, o apelo exercido pelas árvores frente à comunidade local. Em um bioma caracterizado pelo seu período de seca e uma longa incidência solar anual como é o Cerrado, as árvores se apresentam, aos moradores de Brasília, como um refúgio ao calor. A cidade toda funcionaria em uma aura de vegetação abundante que permearia, principalmente, as vias de trânsito e as superquadras da cidade. Nas palavras de seu idealizador, Lúcio Costa, Brasília seria “de uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins” (COSTA, 1991, p. 34).

Esse trabalho se ocupou em observar essa relação desde os seus primeiros momentos, o início dos trabalhos de arborização de Brasília, a partir dos registros periódicos oferecidos pela imprensa local. São analisados dois jornais, o primeiro deles, o *Correio Braziliense*, tem sua data de inauguração coincidindo com a inauguração da cidade e, até hoje, figura como um dos principais entre a imprensa da capital. Neste periódico podem-se encontrar as diferentes circunstâncias e percepções geradas pelos trabalhos de arborização, já que nele se reúnem, principalmente, reportagens sobre o cotidiano dos processos de arborização. As atividades desempenhadas na criação de áreas verdes eram eventualmente narradas nas páginas do *Correio Braziliense*. Esse registro se devia, principalmente, pela substancial quantidade de dificuldades enfrentadas pela equipe responsável para realizar o plantio de árvores, gramados e arbustos pela extensão urbana.

O outro veículo consultado, o *Jornal de Brasília*, começa a circular na década de 1970 e as reportagens que enfocam a natureza urbana também trazem o cotidiano das atividades de arborização, mas, sobretudo, há algumas reportagens de conteúdo mais técnico em relação ao tema em questão. Buscou-se a investigação do conteúdo jornalístico segundo as ressalvas que essa fonte documental impõe na construção da narrativa histórica.

A dissertação é iniciada com uma discussão teórica sobre os temas de natureza e cultura. Esses conceitos assumem pontos de alteridade um para o outro, como é demonstrado pela extensa produção literária sobre o assunto. A discussão perpassa a construção da ideia de natureza no Ocidente e o desenvolvimento da sensibilidade ecológica em diferentes sociedades e períodos. O movimento romântico constitui o ponto de partida para tal reflexão, por ser um momento histórico onde o meio ambiente passa a ser alvo de apreciação estética e a experiência proporcionada pelo contato com a natureza assume contornos transcendentais (WORSTER, 2008). Essa corrente de pensamento guiará as primeiras ações em defesa do meio ambiente, sendo a instituição

de áreas de conservação e preservação o ápice, até então, de tais políticas (FRANCO, 2015). No Ocidente pós-industrial, por sua vez, o desenvolvimento de uma legislação com essa temática reflete a contradição de uma sociedade que submete a natureza a incansáveis avanços humanos “para logo em seguida dar meia-volta e aprovar leis que protegem um punhado de peixes num riacho ignoto” (WORSTER, 1991, p. 211).

No primeiro capítulo há, também, a proposta de traçar brevemente o desenrolar do desenvolvimento urbano. A reflexão tem como ponto de partida os primeiros agrupamentos pré-históricos que se tem registro e atravessa períodos diferentes na história, sintetizando alguns dos eventos mais significativos dessa relação. Por exemplo, a influência de algumas ciências biológicas no entendimento do sistema urbano levou a construção de alegorias para que o funcionamento da urbe fosse similar àquele desempenhado pelo corpo humano. O papel ocupado pelas cidades na sociedade europeia também sofreu guinadas ao longo da história. Os muros de uma urbe exprimiam um sentimento de segurança, fora sinônimo de civilização, contrapondo a severidade atribuída ao campo durante o Renascimento. Será a Revolução Industrial, por seu turno, que penderá a balança populacional para os centros urbanos.

Keith Thomas (1983) nos lembra que conforme a sociedade inglesa apinhava-se nos centros urbanos, tornando-os cada vez mais inchados e insalubres para o bem-estar do cidadão, crescia o sentimento de saudosismo para com o campo. Interessante observar que Thomas (1983) descreve as relações dos ingleses com esses espaços como em uma constante dinâmica em que os apreços dos cidadãos pela cidade, campo ou natureza selvagem, oscilaram historicamente à medida que o usufruto desses espaços se tornou desequilibrado. Ou seja, o historiador entende que até o momento em que as rígidas fronteiras existentes entre a cidade e o campo começaram a se dissolver, a partir do século XVIII, e os espaços urbanos aumentaram sua densidade populacional, era notável uma preferência pela civilidade que a urbe representava. O inchaço do meio urbano e todas as consequências que estão atreladas ao fenômeno da industrialização estimularam nos cidadãos um sentimento de saudade pelos cenários pitorescos que povoam a vida de um camponês.

A situação vivenciada pelos habitantes das principais metrópoles européias do século XIX influencia diretamente as tendências modernistas nos campos da arquitetura e urbanismo, sendo esse o terceiro tópico tratado no primeiro capítulo. As propostas estabelecidas por essa corrente entendem e integram os elementos naturais com as estruturas antropogênicas e, dessa maneira, rompem com a dita arquitetura tradicional e

inauguram maneiras diferentes de dialogar com o meio ambiente dentro do cenário urbano.

O último item abordado no primeiro capítulo é a história da construção de Brasília, uma proposta que remonta ao século XVIII e perpassa dois séculos até de fato se materializar durante o governo do presidente Juscelino Kubistchek (1956-1960). Esse tópico contextualiza o leitor dos principais elementos presentes nos projetos e o conjunto de intenções que orientou a construção de Brasília. A nova capital tornar-se-á conhecida pelos aspectos modernistas nos quais seus planos arquitetônico e urbanístico foram embebidos. Dentre as tendências modernistas estava aquela que previa uma cidade arborizada abundantemente.

Uma vez estabelecidos os contextos pelos quais emergiriam as atividades de arborização, o enfoque se direciona para o processo em si. Dessa maneira, a história do processo de arborização de Brasília é tema principal dos dois capítulos seguintes. O primeiro deles trata da década 1960 e todas as dificuldades enfrentadas pelos técnicos responsáveis pelo plantio das árvores, as tendências e idéias que os guiaram nessa fase inicial e como se deu o diálogo estabelecido entre humanos e o meio natural. Os eventos vivenciados na década seguinte, 1970, são abordados no terceiro capítulo. A primeira fase do processo de arborização incorreu em um evento de particular destaque na história do verde da capital brasileira. Essa situação, que posteriormente ficará conhecida como “Crise das Árvores” (ALENCAR, 2012), incita mudanças nos trabalhos até então desempenhados para a arborização da capital e é um exemplo inegável da interação estabelecida entre humanos e o meio natural, mesmo quando este está inserido em um contexto urbano.

Capítulo 1

O homem em seu meio: natureza, cultura e cidade

Conquistamos a biosfera e a devastamos como nenhuma outra espécie na história da vida. Somos únicos naquilo que forjamos (E. O. Wilson, 2012, p. 23)

1.1. Natureza e cultura: conceitos que se opõem e se complementam

Marc Bloch (2001) escreve que “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (p. 54). Em seu clássico inacabado, *Apologia da História*, o historiador francês afirma que tanto o indivíduo como a sociedade humana são carregados com a mesma importância, porque a história jamais pode perder de vista o seu principal tema: a humanidade. A história humana, por sua vez, é construída em uma perpétua interação com a natureza do planeta Terra. Esta relação está se desenrolando desde o aparecimento dos primeiros hominídeos, nossos ancestrais. Assim como outros mamíferos, insetos, árvores, e muitos outros organismos, os humanos são parte da natureza, mas por outro lado, também se distinguem dela. O que seria esse elemento que nos diferencia de todas as outras espécies de seres vivos do planeta Terra? A filósofa política Hannah Arendt (2015) argumentava que o mundo construído por nós é o que nos diferencia dos demais seres vivos da Terra, mas é justamente a nossa qualidade de estarmos vivos que nos conecta a todos os outros organismos. Sobre essa questão, o biólogo Edward O. Wilson (2012) afirma que é a produção cultural que nos diferencia dos outros seres vivos no planeta Terra, tendo em vista que “por meio de linguagens maleáveis, inventamos símbolos para nos entender mutuamente e, assim, geramos redes de comunicação infinitamente maiores do que a de qualquer animal” (p. 23).

Definir cultura, contudo, é um exercício cada vez mais difícil nas ciências humanas, em virtude do seu grau de complexidade em constante expansão. Jacques Revel (2009) comenta em um ensaio que o termo “cultura”, na historiografia tradicional, remetia a “um repertório mais ou menos canônico (...) de obras que é preciso levar a sério, conhecer, apreciar, conservar e transmitir de geração em geração,

uma cultura legítima e, de certa maneira, obrigatória” (p. 100). O conceito de cultura, no entanto, foi sendo cada vez mais ampliado, também por conta da aproximação entre historiadores e antropólogos. Revel (2009) cita o trabalho do historiador italiano Arnaldo Momigliano que demonstrou como, durante o século XVIII, artefatos de antiquário passaram a compor a narrativa de historiadores, fato que desencadeou reflexões profundas na historiografia sobre quais seriam as fontes analisadas por um historiador. Para Revel (2009):

[...] não é indiferente, por exemplo, que seja naquele momento que uma noção como a de ‘civilização’ tenha emergido com tudo o que ela alude, há mais de dois séculos, em nossa maneira de ver fatos de cultura. Dessa maneira, o conceito de cultura passou a contemplar uma variedade inespecífica de exemplos, nos quais desde então, praticamente tudo pode entrar. (p. 101).

A dinâmica existente entre os seres humanos - produtores de cultura – e os elementos da natureza que independem da vontade humana varia conforme os diversos ambientes e as múltiplas possibilidades de objetivos a serem alcançados. Trata-se de um processo que agrega valor simbólico aos compostos naturais. Esse processo de elaboração simbólica guia as ações humanas sobre o meio ambiente físico e se desenrola dentro de limites impostos pela própria natureza. José Augusto Pádua (2010) compreende a variabilidade de ambientes naturais na Terra como o principal responsável pela heterogeneidade da produção cultural:

De maneira geral, na medida em que as sociedades humanas se territorializaram – construindo seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas -, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural. A produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social. (p. 83).

Naxara (2004) também compartilha dessa percepção de que conforme as sociedades humanas se espalhavam pelo globo terrestre, o contato com as variadas formas de seres vivos estimulou o conhecimento e imaginação humanos, “colocou-se pensar o seu lugar na ordem cósmica das coisas” (p. 42). A concepção de mundo dos seres humanos é, historicamente, uma coleção das diferentes reflexões do ser humano sobre o espaço que ele ocupa, ao longo de distintas escalas, diante do planeta Terra e do universo. A autora nos lembra que Arendt entende a invenção do telescópio, por Galileu Galilei, no ano de 1609, como um dos eventos que inauguram a era moderna. Isso

porque a observação de um universo ainda inexplorado, possibilitada pela invenção de Galileu, reajustou também a lupa pela a qual o ser humano observa a si mesmo.

A mútua influência é outra característica da dinâmica existente entre natureza e cultura. Para Drummond (2007), a cultura se apropria da natureza e a altera, ao mesmo tempo em que é condicionada e alterada pela natureza. Pádua (2010) argumenta que a historiografia tradicional assumiu a ideia de que os humanos estão isolados e blindados de serem influenciados por elementos do meio natural:

Como se os seres humanos não fossem animais mamíferos e primatas, seres que respiram e que precisam cotidianamente se alimentar de elementos minerais e biológicos existentes na Terra. Como se não fossem, em verdade, seres que mais do que estabelecer 'contatos' pontuais, vivem por meio do mundo natural, dependendo dos fluxos de matéria e energia que garantem a reprodução da atmosfera, da hidrosfera, da biosfera, e assim por diante. (p. 91).

Essa desconfiança, por parte das ciências humanas, de que as análises desenvolvidas no nível sociocultural também se estendam para o âmbito biológico tem suas raízes na maneira como a humanidade percebeu e se relacionou com a Terra, construindo sua compreensão sobre o mundo natural. De acordo com Braida e Froelich (2010, p. 628), “‘natureza’ é um daqueles conceitos cuja polissemia é tão eloquente quanto o grau de complexidade que envolve a dificuldade de se encontrar uma definição consensual”. Essa multiplicidade de significados deve-se, segundo Pádua (2010), ao fato de que a palavra “natureza” une “uma realidade extremamente complexa e diversificada, produzindo uma aproximação entre o mais distante e o mais próximo, do *Big Bang* ao gato da casa” (p. 86). E isso inclui também os seres humanos.

Raymond Williams (1983) sustenta uma percepção semelhante. Para ele não há nenhuma outra palavra com o grau de multiplicidade encontrado em “natureza”, um termo que “carrega, através de um longo período, muitas das maiores variações do pensamento humano” (p. 219). A ideia de natureza emerge, dessa maneira, como um complexo jogo de espelhos, no qual o ser humano representa a natureza como alteridade e estabelece, conforme esse jogo de reflexos invertidos, a sua singularidade diante do mundo natural.

Há uma enorme quantidade de maneiras de representar o mundo natural e de ideias de natureza que compuseram o imaginário da sociedade ocidental ao longo da história. Braida e Froehlich (2010), em um ensaio em que discutem a noção de natureza na pós-modernidade, buscam em Lenoble (1990) um panorama dessas ideias. O

discurso apresentado pelos dois autores nega a noção de uma ‘natureza em si’. Para eles, trata-se de “uma ‘natureza pensada’ que se articula com uma atitude de consciência, a qual, ao se transformar, leva a uma modificação da visão dessa mesma natureza” (p. 631). Os autores listam brevemente quais seriam as quatro principais ideias de natureza, conforme diferentes momentos históricos. A primeira delas diz respeito a uma natureza que se confunde com a percepção do divino, correspondendo também a uma natureza animista e finalista, nomeada de “natureza mágica”.

A segunda ideia foi formulada no seio da cultura grega, sob a tutela de Aristóteles e Platão. Neste cenário, o homem não mais direciona sua percepção de mundo apenas ao contexto social e a questões humanistas, ele expande o seu olhar analítico para os fenômenos naturais. A ideia de finalismo nos eventos de ordem natural é compartilhada na antiguidade clássica. “Há uma associação da natureza com a ordem que, regida por leis, podia ser compreendida e livrar o homem do jogo do caos” (BRAIDA e FROEHLICH, 2010, p. 632). Os autores chamam essa época de “natureza objetiva” e argumentam que uma corrente alternativa de pensamento conviveu com a ideia de “finalismo aristotélico”. Tratava-se do “atomismo”, sustentado por Leucipo, Epicuro e Demócrito.

Os atomistas defendiam que uma composição de átomos é o que constitui o mundo natural, embora não exista nenhuma intenção, ordem ou finalidade neste arranjo atômico. Compreende-se que “o mundo não significa nada e o homem também é filho do acaso, devendo guardar os desejos para si e não os projetar no mundo exterior” (p. 632). O entendimento da natureza para corroborava a ideia de que tudo era parte de um sistema caótico. A principal ferramenta de investigação era a física, que atuava de forma a “expulsar os sortilégios temíveis, concebendo tanto o homem quanto a natureza como coisas, máquinas de sensações e de instintos” (BRAIDA e FROEHLICH, 2010, p. 632). O aristotelismo, por outro lado, buscava a compreensão da natureza para, dessa forma, entender também a natureza humana.

Para o historiador Roderick Nash (1989), essa segunda noção de natureza era compartilhada tanto pelos gregos como pela sociedade romana. Em ambos havia também a percepção de direitos dos animais, o que era reconhecido pelo termo *jus animalium*. Essa perspectiva entrou em declínio e, com o advento do cristianismo, desenvolveu-se uma terceira ideia de natureza, que atribui tudo a um plano divino maior, onde Deus é o grande coordenador dos fenômenos naturais, capaz de encerrá-los ou modificá-los conforme a sua vontade. A perspectiva cristã estava imbuída de

utilitarismo, de forma que todos os elementos naturais tinham o seu valor determinados por uma hierarquia de serventia, ou não, para os seres humanos. Ainda assim, segundo Nash (1989), a noção greco-romana de *jus animalium* persistiu no pensamento europeu, embora ela não fosse hegemônica. Registros históricos de plantas e animais ocupando a cadeira de réus em tribunais medievais comprovam isto. Braida e Froehlich (2010) também compartilham dessa ideia:

As visões da natureza elaboradas no período do milagre grego estenderam sua influência por longos séculos, transpondo os limiões da Idade Média. Mesmo com a entrada em cena do cristianismo, houve mais composições do que rupturas na visão sobre a natureza, como o sistema aristotélico-tomista da escolástica. (p. 638).

Os autores chamam a atenção para o fato de que a perspectiva atomista não se enquadrava nos cânones religiosos da cristandade, mas que a noção de finalismo e de hierarquia, encontrada no aristotelismo, se ajustava bem à doutrina defendida pela Igreja. Para eles, “há no cristianismo uma inferência mais antropocêntrica para o sentido de natureza, acreditando-se que tudo foi criado por Deus para o dispor do homem, seu filho direto e imagem próxima” (p. 638). A interpretação da obra de Aristóteles e da Bíblia pelos doutores da Igreja estabelecia que todos os seres da natureza haviam sido colocados na Terra para o usufruto dos humanos, e localizava a natureza um nível abaixo da humanidade, na hierarquia e supremacia das coisas, portanto, uma compreensão vertical do mundo e seus componentes.

Essa interpretação, profundamente antropocêntrica, foi elaborada, segundo o historiador Keith Thomas (1988), por teólogos no início do período moderno, que defendiam que, a princípio, o Jardim do Éden, onde habitavam Adão e Eva, era um presente de Deus para a humanidade onde os bichos eram mansos e havia comida em abundância. Após o pecado original, o ambiente se tornou hostil à presença humana, e sua sobrevivência foi dificultada. A natureza servia aos propósitos humanos e deveria ser submetida pela força. O Antigo Testamento justificava o domínio do homem sobre a natureza. O mundo natural, assim como o pecado, carecia de expiação e precisava ser submetido:

É difícil, hoje em dia, ter noção do empolgante espírito antropocêntrico com que os pregadores das dinastias Tudor e Stuart interpretavam a história bíblica. Eles não hesitavam em representar os atributos físicos do mundo como uma resposta direta ao pecado de Adão: ‘A Terra será maldita por causa de tua obra’ (*Gênesis*, III, 17) (THOMAS, 1988, p. 23).

Thomas (1988) enfatiza em seu estudo sobre a relação do homem com o meio ambiente que no centenário seguinte à Reforma Protestante o mundo natural era tratado com profundo desprezo. A ideia de dominação foi reinterpretada ao longo dos séculos, fortalecendo a mentalidade de que a natureza fora projetada pelo divino criador para o usufruto dos humanos. A partir de então, tudo passa a ter um propósito, um desígnio divino oriundo da sabedoria criadora. A finalidade última de todo e qualquer elemento do meio natural era servir aos humanos. Para a sociedade inglesa, no decênio de 1830, até mesmo “o piolho era indispensável, explicava o reverendo William Kirby, porque fornecia poderoso incentivo aos hábitos de higiene” (p. 25). Essa visão de mundo estava perfeitamente estabelecida entre o século XVII e o início do século XVIII.

O advento do microscópio, no século XVII, desenvolvido por Leeuwenhoeke (1661), possibilitou que no século XVIII mais de mil espécies de insetos já tivessem sido catalogadas por Lineu (1735) e Geoffroy (1762). Naxara (2004) entende que este ato de analisar e classificar a natureza indica que há, naquela sociedade, a ideia de que o mundo natural segue uma lógica divina, “um plano que, portanto, estaria dado e definido pelo Criador (p. 48)”. O entendimento pela via classificatória seria uma maneira de prever o processo divino de criação, ou seja, os processos naturais.

O Século das Luzes foi o momento onde a automeada civilidade européia expressava uma “ideia matriz” que deveria ser espalhada pelo planeta Terra. A história humana era contada como um constante aprimoramento e apoiava-se na oposição entre selvagem e civilizado, que havia sido descrita durante o primeiro contato de exploradores europeus com agrupamentos nativos nas Américas. A natureza era “uma força que age visivelmente, mas não se oferece facilmente ao conhecimento” (NAXARA, p. 47, 2004). O lançamento do livro *Histoire naturelle de l’homme*, de Buffon (1707-1788), no ano de 1749, teria sido a fagulha que impulsionou o nascimento de uma história da ciência natural. O naturalista Charles Darwin (1809-1882) considerava a obra de Buffon como a primeira que se propunha a falar da natureza por meio de um rigor científico (NAXARA, 2004).

As obras científicas que adentram o século XVIII foram consumidas com voracidade pela sociedade europeia. Naxara (2004) argumenta que o fenômeno da ampla aceitação do racionalismo veio acompanhado de um triunfo da literatura fantástica, “pela curiosidade do exótico, do não racional e do diferente; enfim, pelo que a imaginação humana era capaz de produzir” (p. 48).

Durante a Idade Média e o Renascimento, a natureza mantém-se misteriosa e desconhecida. A transição para o século XVII inaugurou uma nova concepção de natureza, que passou a ser alvo de tentativas de desvelamento. Sobre esse cenário transitório, afirma Lenoble (1969):

Na Idade Média, o homem é o centro da Natureza e esse optimismo deixou de se impor; com a filosofia do Renascimento, a Natureza torna-se o fim do homem e poderia chegar-se a um impasse (...). No século XVII, a Natureza tornar-se-á, com efeito, uma simples mecânica e é entre Deus e ele mesmo que o homem, tal como o bom gigante Grangousier, se habituará a examinar o problema do seu destino. (p. 256).

O pensamento moderno percebe o homem como ser pleno, dotado de razão e, dessa maneira, a natureza é uma construção, “um produto da razão humana, e os valores e sentidos são apenas dessa e para essa razão” (BRAIDA e FROEHLICH, 2010, p. 629). A Revolução Científica, que teve seu momento inicial no século XVI e contempla os dois centenários seguintes, atribuiu ao ambiente natural, e a todos os elementos não humanos que o compõe, as qualidades de uma máquina e, como tal, algo que pode ser compreendido segundo formulações matemáticas e experimentação científica. Essa quarta concepção de natureza é entendida por Lenoble (1969) como tendo incitado:

Uma crise no inconsciente coletivo: subitamente, o homem ocidental deixou de tomar perante a Natureza a atitude da criança que escuta; virilizou-se e quer tornar-se <o dono e senhor>. Todas as perspectivas do conhecimento se acham modificadas: já não se escuta, interroga-se e é forçoso que a Natureza responda (p. 262).

No contexto da Revolução Científica, a figura de Deus ganhou a alcunha de o Divino Relojoeiro, e os cientistas agiam de forma a decifrar os mistérios da natureza e assumir o controle dos fenômenos naturais. Este quarto paradigma não é homogêneo em suas concepções, mas rompe definitivamente com a ideia de finalismo divino que acompanhou as outras proposições. Apesar de algumas reelaborações, esta é a noção que influencia o entendimento de natureza partilhada pela sociedade contemporânea ocidental.

Para José Augusto Pádua (2010), embora possam ser identificadas diferentes maneiras pelas quais o mundo ocidental concebeu a ideia de natureza, podemos dizer que três questionamentos povoaram, de forma geral, a mentalidade da sociedade humana através da história:

É a natureza, tal qual ela se apresenta na Terra, dotada de sentido e propósito? Possui essa natureza, especialmente o lugar onde cada sociedade habita, uma influência sobre a vida humana? Foi a realidade da Terra, em sua condição primordial, modificada pela ação histórica do homem? (p. 83).

As duas primeiras propostas reflexivas povoaram o imaginário da sociedade até o século XVIII, “tratava-se de entender como a natureza influenciava a história humana e não o contrário” (PÁDUA, 2010, p. 83). A terceira questão – que indaga se a natureza também pode ser submetida e transformada pelo ser humano – foi formulada durante o período moderno e contemporâneo. Uma das consequências desse questionamento foi a emergência do movimento ambientalista, que, para Pádua (2010), é “um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea” (p. 82).

A noção de que o homem inflige mudanças na superfície terrestre, a ponto de extinguir espécies, causar danos muitas vezes irreversíveis aos diferentes ecossistemas e que estaria levando o planeta terra rumo à sexta grande extinção da história pertence, com mais expressividade, ao imaginário da contemporaneidade. O conceito de natureza passaria, atualmente, por reformulações em decorrência da crise ambiental oriunda dos avanços humanos sobre o planeta Terra (BRAIDA e FROEHLICH, 2010). Mesmo assim, diante dessa situação, Thomas (1988) se pergunta “como teria progredido a civilização sem a limpeza das florestas, o cultivo do solo e a conversão da paisagem agreste em terra colonizada pelo homem?”. O historiador inglês argumenta que “pareceria ininteligível”, na sociedade inglesa de séculos atrás, “a mera ideia de resistir à agricultura, ao invés de estimulá-la” (p. 17).

Contudo, Pádua (2010) chama a atenção para a existência de traços de preocupação com o mundo natural nesse período, embora eles não tenham inaugurado o movimento ambientalista contemporâneo do Ocidente. Eles estavam conectados com um “movimento histórico mais amplo e difuso: a construção da sensibilidade ecológica no universo da modernidade” (p. 84).

A determinação de proteger espaços naturais é um dos marcos mais significativos da adoção de políticas pela conservação do meio ambiente. A primeira área criada com esse intuito foi o Parque Nacional do Yellowstone, nos Estados Unidos da América, no ano de 1872. Desde o seu estabelecimento, “as justificativas e motivações em torno da criação de áreas protegidas variaram de acordo com diferentes visões sobre a natureza e sobre a importância de sua proteção” (FRANCO et al, 2015, p. 234). Durante o momento inicial de chegada à América do Norte, os europeus que se aventuravam pelo Novo Mundo percebiam o ambiente natural como uma ameaça a ser

enfrentada e contida. Uma valoração da natureza irá ascender, por outro lado, durante o século XIX. Essa nova consciência emergiu entre os grupos de intelectuais e artistas americanos, que, inspirados pelo transcendentalismo romântico, são cativados pelo mundo natural:

O divino passou a ser reconhecido na natureza selvagem (*wilderness*) e a felicidade e o bem-estar dos humanos passaram a ser entendidos como entrelaçados com uma vida simples e mais próxima da natureza [...]. Essa significativa mudança na percepção da natureza e das paisagens silvestres tem raízes, também, nos avanços das ciências naturais nos séculos XVIII e XIX. Os trabalhos de Carl Von Linné (1707-1778), Charles Darwin (1809 – 1882) e de Alfred Russel Wallace (1823 – 1913) estimularam a curiosidade, o respeito e uma responsabilidade moral pela natureza (FRANCO et al, 2015, p. 236).

Nesse contexto, as áreas naturais norte-americanas começaram a ser vistas como patrimônio da nação, reconhecendo este que se limitava a um grupo de intelectuais do leste do país e confrontava diretamente o sentimento expansionista e conquistador compartilhado por uma significativa parcela dos colonizadores do oeste americano. Durante este momento surgiram algumas figuras históricas que contribuíram para a subsequente criação de áreas de protegidas. Entre esse grupo, destacava-se George Catlin (1796 – 1862), que:

foi um dos primeiros a esboçar, ainda em 1830, propostas de proteção de paisagens nativas em áreas delimitadas, ‘parques governamentais’ destinados a manter, para o deleite das futuras gerações de cidadãos, ‘homens e feras’ vivendo no ‘frescor de sua natureza e beleza selvagens’ (NASH, 2014) ”. (FRANCO et al, 2015, p. 236-237).

Nascido em Concord, Massachussets, Henry David Thoreau (1817-1862) foi uma figura proeminente, entre os transcendentalistas românticos, na valorização da natureza selvagem. Catlin e Thoreau contribuíram decisivamente para a emergência de um sentido de apreciação estética e para o desenvolvimento de uma sensibilidade que projetava nos espaços selvagens um complemento da civilização. A identificação dos americanos com a sublimidade das paisagens naturais e a criação de áreas destinadas a protegê-las estava fortemente relacionada com essa nova sensibilidade. Havia também a percepção de que a civilização tinha avançado demais, e de que os espaços de natureza selvagem contrabalançavam os excessos do ritmo acelerado das cidades (FRANCO et al, 2015).

Desde o início, as preocupações com a proteção da natureza foram marcadas por motivações diferenciadas, umas mais voltadas para a apreciação estética e uma sensibilidade maior para os benefícios da experiência da proximidade com a natureza selvagem, e outras de caráter mais utilitário, voltadas para a ideia de que a natureza representava uma coleção de recursos naturais, a ser utilizada de maneira racional. Estas duas perspectivas tinham consequências diretas no que diz respeito ao estabelecimento e manejo de áreas de protegidas. Nos Estados Unidos da América, pioneiros na criação de áreas protegidas, o movimento pela conservação da natureza se cindiu, no princípio do século XX, em dois grupos. Os chamados “preservacionistas”, que defendiam as áreas protegidas como um espaço restrito à preservação da natureza em seu estado selvagem, onde não houvesse nenhuma atividade de uso direto dos recursos naturais e onde os humanos freqüentassem exclusivamente como visitantes. O outro grupo, os “conservacionistas”, argumentava que as áreas protegidas poderiam ser utilizadas conforme a necessidade humana, desde que os recursos naturais fossem explorados seguindo um sistema de “uso direto, mas racional, democrático e eficiente da natureza. Os focos de atenções desse grupo eram o manejo das florestas e o uso múltiplo dos recursos naturais” (FRANCO et al, 2015, p. 238).

As concepções românticas, que impulsionaram o movimento pela proteção da natureza em nações europeias e nos Estados Unidos da América, não encontraram, em um primeiro momento, a mesma receptividade em solo brasileiro. As preocupações com a natureza, nos séculos XVIII e XIX, no país, foram guiadas por motivações de ordem mais utilitarista, visando o desenvolvimento econômico do país. O movimento pela valorização da natureza brasileiro foi encabeçado por “intelectuais racionalistas, influenciados pela herança do Iluminismo, que se destacaram na elaboração de uma crítica à destruição imprevidente do patrimônio natural brasileiro” (Franco et al, 2015, p. 239).

Um grupo de intelectuais luso-brasileiros, cujo um dos principais expoentes foi José Bonifácio de Andrada e Silva (1796 – 1838), tornou-se crítico da devastação das florestas e do uso irracional dos recursos naturais no Brasil. Bonifácio, por seu turno, fazia uma crítica radical ao latifúndio escravista e à monocultura. Já em 1815, o Patriarca da Independência argumentava, tomando como exemplo países do Oriente Médio, com suas regiões demasiadamente áridas e secas, preocupações com o desmatamento dos bosques portugueses, cuja aniquilação significaria também a destruição do país. Esse posicionamento será posteriormente resgatado por Bonifácio

em solo brasileiro. Ele temia que a continuidade de uma agricultura escravista e tecnologicamente rudimentar pudesse transformar o Brasil, em menos de dois séculos, em algo como os desertos áridos da Líbia (PÁDUA, 2010).

Para Franco et al (2015), a contundente e refinada crítica ambiental de Bonifácio estava apoiada no entendimento de que um manejo racional dos recursos naturais brasileiros era um passo importante para superar a herança colonial retrógrada. A conscientização defendida por Bonifácio de que os recursos naturais brasileiros deveriam ser utilizados segundo preceitos de racionalidade, previdência e preservação deveu-se, também, ao fato de que ele frequentou a Universidade de Coimbra, em Portugal, e entrou em contato com a ideia de economia da natureza, corrente no meio científico acadêmico europeu. O contexto intelectual e os debates em torno da economia da natureza possibilitaram a emergência do conceito e do campo de conhecimento que ficou conhecido como ecologia.

O historiador norte-americano Donald Worster (2008) apresentou um panorama das principais ideias que ajudaram a compor o conceito de ecologia dentro do continente europeu e nos Estados Unidos. Segundo ele, embora o termo ecologia só tenha sido oficialmente mencionado em 1886, uma noção bem próxima desse conceito já povoava o imaginário intelectual da sociedade do século XVIII. Esse entendimento da natureza funcionando como um sistema de rede de conexões entre seus elementos era descrito na forma de uma economia da natureza. Worster (2008) argumenta que “assim como na vida de qualquer intelectual, ideias científicas crescem e se desenvolvem a partir de condições culturais específicas e são validadas por condições pessoais como bem-estar e necessidades sociais” (p. 11, tradução livre). A influência do Romantismo, no século XIX, aproximou a ideia de natureza das premissas fundadora do campo da ecologia: “relação, interdependência e holismo” (p. 58, tradução livre).

A herança romântica e a ciência da ecologia tiveram um papel fundamental na estruturação do discurso de proteção à natureza no Brasil, nas décadas de 1920 a 1940. Esse período viu surgir uma geração que relacionava a proteção da natureza com ideias de construção da nacionalidade e da identidade nacional brasileira. O grupo teve sucesso relativo e esteve ligado a diversos acontecimentos que foram marcos importante para a conservação da natureza no Brasil. Em 1934, foi realizada a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, que refletiu as ideias e proposições do grupo preocupado com a proteção à natureza. Entre os anos de 1933 e 1934 foram editados o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas e Minas e o

Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas. Vários órgãos governamentais foram criados ou reformulados para assumir e aplicar esses regulamentos – entre eles o Departamento Nacional de Produção Mineral, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e o Serviço Florestal Federal. A Constituição de 1934 encarregou os governos central e estaduais de proteger as “belezas naturais” e “monumentos de valor histórico ou artístico”. Além disso, foram criados os primeiros parques nacionais do país: Itatiaia, em 1937, Serra dos Órgãos e Iguaçu, ambos em 1939 (FRANCO e DRUMMOND, 2012).

Posteriormente, alguns grupos de cientistas e pesquisadores faziam de seu trabalho um pilar para o desabrochar do sentimento de apreciação da natureza, como patrimônio nacional, e de conservação dos recursos naturais brasileiros. Franco e Drummond (2012) chamam a atenção para mais duas gerações importantes para a conservação da natureza no Brasil. A geração dos anos 1950-1980, ligada principalmente à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), “desenvolveu estratégias vigorosas de criação de áreas protegidas, de conservação de espécies ameaçadas de extinção e de proteção de ecossistemas” (p. 333). Já a geração que surgiu nos anos 1990 “enfoca a conservação da biodiversidade a partir do conhecimento científico gerado por campos como a biologia da conservação e da necessidade de negociar limites ao crescimento econômico desenfreado” (p. 333-334).

Vale lembrar que cientistas, ativistas e organizações ligados às preocupações com o meio ambiente atuaram em meio a contextos políticos hostis e sempre como representantes de minorias e defensores de causas que não gozavam de ampla popularidade. Ainda assim, muitas decisões e políticas de conservação ambiental foram geradas pela divulgação das suas ideias e pelo seu ativismo. Assim como as políticas para a preservação de uma natureza selvagem, políticas para a garantia de um ambiente saudável e de uma boa qualidade de vida nas cidades emergiram em meio aos debates e ações promovidos pelos movimentos em defesa do meio ambiente.

1.2. Estruturando a natureza pelo viés antropogênico: a construção de cidades

A cidade é um exemplo, por excelência, da ação antrópica no ambiente natural terrestre. Um dos mais proeminentes historiadores no campo de estudos do urbano, Lewis Mumford (1965) fez um extenso trabalho ao rememorar quatro mil anos de

história da cidade. Ele deixa evidente a complexa relação existente entre o ambiente natural e o homem, desde o momento que este deu os primeiros passos para o estabelecimento de um arranjo urbano. Antes de os grupos humanos se sedentarizarem, algumas estruturas podem ser consideradas versões antecessoras da urbe: “a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras” (p. 13).

A propensão para oscilar entre momentos de repouso e atividade, encontrada em toda vida animal, seria um dos elementos fermentadores para o surgimento das cidades. Espécies de animais, que não os humanos, tendem a reuniões periódicas para, principalmente, eventos reprodutivos. Esses momentos esporádicos de moradia fixa animal podem ter sido inspiração para o homem pré-histórico desenvolver seus próprios hábitos sedentários. Mumford (1965) chama a atenção para o fato de que nem mesmo artifícios tecnológicos são exclusividade humana, sendo também encontrados no mundo natural. O trabalho desempenhado por castores na feitura de suas colônias, por exemplo, mesmo que “não possua muitos dos atributos de uma cidade, já se acha próxima daquelas aldeias primitivas que também realizaram obras de engenharia hidráulica” (p. 14). Contudo, a cidade dos mortos, a Necrópole, ou melhor, os locais onde os cadáveres eram depositados, teria constituído a primeira experiência humana de moradia fixa.

O encontro das sociedades neolítica e paleolítica fomentou os primeiros contornos do que mais tarde seria chamado de cidade. Os hábitos neolíticos teriam impulsionado a produção de vasos e recipientes para armazenamento da coleta de sementes, frutos e grãos. Mumford (1965) sugere que a mulher era a figura central nessas sociedades, e que ao observar as características do próprio corpo atuando como um sistema de contenção e armazenamento, ela modelou os primeiros vasos de terra. O contato dessa comunidade neolítica matriarcal com os paleolíticos, que tinham sua principal atividade de sobrevivência, a caça, essencialmente desempenhada por homens, teria levado às primeiras aglomerações humanas. Esses primeiros agrupamentos humanos se organizavam em torno de uma caçador-chefe, que tinha como principal atividade garantir a caça para o bando. O aumento populacional não é suficiente para explicar a transformação de uma aldeia em cidade, uma vez que os motivos que reuniam esses grupos temporariamente não bastavam para mantê-los unidos como comunidade.

A criação de vasos por sociedades Neolíticas foi o ponto de partida para a conseguinte criação de outros instrumentos. O contato humano com esses objetos

possibilitou o desenvolvimento de atividades comunais, mas as funções desempenhadas ainda se mantinham dispersas. A organização em torno de uma figura central conduzirá essas sociedades à passagem para a primeira época urbana. As atividades desempenhadas por um caçador possibilitavam uma impressão do mundo que não se limitava à pacata vida de cultura da aldeia. Mumford (1965) sustenta que teria sido:

A mobilidade exploratória do caçador, sua disposição para jogar e assumir riscos, sua necessidade de tomar decisões prontas, sua presteza em sofrer amargas privações e intensa fadiga na perseguição de sua caça, sua disposição para enfrentar a morte ao se defrontar com animais ferozes – matar ou ser morto – tudo isso lhe dava aptidões especiais para a liderança (p. 48).

Dessa maneira, o caçador tornou-se o elemento central em torno do qual o resto do bando se organizava. Posteriormente, a junção do chefe do grupo com as funções sacerdotais teve como consequência um fenômeno que Mumford (1965) chamou de “implosão”. Esse evento, descrito como tendo sido a condensação das atividades humanas, antes desempenhadas de forma desconectada, atrás das muralhas de uma cidade, modificou também a relação do homem com o ambiente natural. Sobre esse cenário, Mumford (1965) escreve:

Até mesmo as gigantescas forças da natureza foram postas sob consciente direção humana: dezenas de milhares de homens a se mover para a ação como uma máquina sob comando centralizado, construindo valas de irrigação, canais, montes urbanos, ziguratos, templos, palácios, pirâmides, numa escala até então inconcebível (p. 51-52).

A construção de templos, inclusive, teria sido o elemento determinante para a consolidação da união das figuras do chefe com a de sacerdote. A comunidade “proto-urbana” que se estabelecia vinha dotada de novo valor simbólico, e reescrevia a própria relação da humanidade com o meio natural. À cidade cabia, como uma de suas finalidades, proteger o homem das adversidades naturais e também do próprio inimigo humano, que se encontrava do lado exterior ao muro que estabelecia seus limites. Tais antagonistas naturais, todavia, só teriam ganhado essa alcunha quando os espaços urbanos foram determinados, uma vez que, para um outrora “desarmado, exposto, nu, o homem primitivo tinha sido suficientemente esperto para dominar todos os seus rivais naturais” (MUMFORD, 1965, p. 73). Contudo, a relação estabelecida entre o homem e a natureza suavizou-se à medida que despontava o primeiro momento urbano da História: “o homem se torna mais poderoso pela cooperação no domínio das forças

naturais, a própria natureza passa a ser mais respeitosa, mais sujeita à marca e aos desígnios do homem” (MUMFORD, 1965, p. 54).

Jared Diamond (2010) argumenta que os distintos rumos seguidos pelas sociedades humanas estão muito mais associados a diferenças nos ambientes naturais onde cada povo se instalou do que a diferenças biológicas. No entanto, seu objetivo não é defender uma determinação geográfica pura e simplesmente, mas, evidenciar a mútua influência entre os espaços naturais e os seres humanos. As cidades, “a mais preciosa invenção coletiva da civilização” (MUMFORD, 1965, p. 76), são uma zona onde, à primeira vista, a cultura humana controla com mais tenacidade o meio ambiente; contudo, eventos como grandes tempestades levando à falta de luz ou a enchentes são exemplos da inegável presença da força natural nos ambientes urbanos e na vida humana. (DRUMMOND, 2007; MELOSI, 1993).

Mesmo sendo a cidade uma região onde há uma maior contenção das forças não-humanas, ela funciona em uma dinâmica de sistema aberto e “sobrevivem nela, é certo, fragmentos maiores ou menores, mais e menos modificados, da natureza” (DRUMMOND, 2007, p. 107). Os recursos naturais de um determinado local são aproveitados de inúmeras maneiras, resultando em um arranjo urbano, na medida em que esses elementos passam a atuar como recursos naturais de segundo nível (MELOSI, 1993). As estruturas antropogênicas e o aglomerado humano que compõem o espaço urbano estabelecem um diálogo com o ambiente natural e elementos não humanos, e o resultado dessa interação é a aproximação do funcionamento da cidade com o de um organismo vivo.

Richard Sennett (2016) reflete em sua obra “Carne e Pedra” sobre o desenvolvimento das cidades a partir dos espaços ocupados pelos corpos, e sobre os produtos resultantes dessa interação. Sennet (2016) menciona o trabalho do inglês William Harvey (1578 – 1657) que, em 1628, publicou *De Motu Cordis*, onde descrevia suas descobertas sobre o funcionamento do sistema circulatório sanguíneo. Tal contribuição científica resumia-se à ideia de que o sangue é bombeado pelo coração para as artérias e refaz seu caminho de volta a esse órgão pelas veias. O movimento descrito por Harvey influenciará profundamente os urbanistas contemporâneos do Iluminismo, no século XVIII:

Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, por meio das quais os

habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. (SENNETT, 2016, p. 262-263).

Portanto, a elaboração teórica que aproxima o funcionamento de uma metrópole das funções desempenhadas pelos órgãos do corpo humano se torna a premissa que sustenta a teoria da cidade como um organismo vivo. Essa noção passou por várias remodelações e, apesar de ser considerada um pouco exagerada por alguns estudiosos do campo urbano, tendo em vista, por exemplo, o emprego de termos de vocabulário científico por urbanistas do século XX, é inegável sua contribuição para as reflexões posteriores dentro desse campo de estudo (MELOSI, 1993). Ademais, esse pressuposto teórico teria sido o paradigma em vigor, na Grã-Bretanha da metade do século XVIII e início do século XIX, entre os urbanistas da classe média. (SENNETT, 2016).

A história do urbano reflete também a relação do homem com o meio ambiente e demonstra um dos níveis pelos quais se desenvolveu a sensibilidade ecológica no contexto sociocultural. Até o ano 1700, mais da metade da população inglesa habitava o campo e somente no século XVIII os habitantes da cidade se tornaram maioria. De meados do século XIV ao fim do século XVI, durante o período Renascentista, a cidade havia sido “sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade” (THOMAS, 1983, p. 290). A paisagem urbana, delimitada por muros que transmitiam segurança, era alvo de admiração e orgulho.

A Revolução Industrial, por sua vez, atraiu uma horda de novos moradores para a cidade, e os efeitos da maquinação passaram a ser uma força atuante na vida da sociedade urbana, cada vez mais inchada. Thomas (1988) argumenta que, já no século XIII, é possível encontrar reclamações sobre a poluição do ar londrino. Segundo ele: “o carvão queimado em começos do período moderno continha o dobro de enxofre do produto usado hoje em dia; seus efeitos eram proporcionalmente letais” (p. 291). A poluição da cidade e suas consequências na saúde dos habitantes teriam despertado certa saudade pela vida campesina. “Em Londres, os visitantes logo se viam começando a tossir; e muitos inválidos crônicos, como John Locke, optaram por evitar completamente a cidade, para salvar seus pulmões” (THOMAS, 1983, p. 293).

As principais metrópoles européias, até meados do século XVIII, tinham sua extensão e forma delimitadas pelos muros que as circundavam e, por essa razão, foram chamadas de cidades finitas pelo arquiteto Kenneth Frampton (2008). As inúmeras invenções de maquinário industrial, contudo, geraram mudanças de cunho técnico, econômico e social, a partir da segunda metade do Século das Luzes, levando essas

idades, “após as revoluções liberais nacionais de 1848, à demolição das muralhas e à extensão das cidades, antes finitas, a seus já florescentes subúrbios” (FRAMPTON, 2008, p. 14). O aumento da densidade populacional nas tradicionais urbes européias aconteceu como um fenômeno sem precedentes. Segundo dados apontados por Kenneth (2008), a cidade de Manchester, na Inglaterra, aumentou em oito vezes sua população “no curso de um século, passando de 75.000 em 1801 para 600.000 em 1901, enquanto Londres, no mesmo período, crescia de cerca de 1 milhão para 6,5 milhões” (p. 14).

Esse fenômeno populacional ocorreu, também, devido ao acesso à alimentação mais nutritiva e ao desenvolvimento de uma medicina mais acurada. Entretanto, as cidades não foram capazes de absorver os novos moradores de forma igualitária e, dessa maneira, encheram-se de cortiços e moradias baratas.

Naturalmente essas habitações congestionadas tinham condições inadequadas de luz e ventilação, carência de espaços abertos, péssimas instalações sanitárias, como latrinas e lavatórios (que eram externos e comuns), e despejos de lixo contíguos. Com um escoamento precário e uma manutenção inadequada, tais condições levavam à acumulação de excrementos e lixo e a inundações, o que provocava naturalmente uma alta incidência de doenças – primeiro a tuberculose, depois, ainda mais alarmante para as autoridades, os surtos de cólera na Inglaterra e na Europa Continental, nas décadas de 1830 e 1840 (FRAMPTON, 2008, p. 14).

O extenso material produzido sobre a temática em questão deixa claro que o arranjo da geografia urbana dialoga com os diferentes interesses sociais, econômicos, políticos e culturais do momento onde se desenvolvem (HARVEY, 2012). A arquitetura foi a ferramenta indispensável que acompanhou o desenvolvimento urbano. O arquiteto italiano Leonardo Benevolo (1994), ao rememorar as origens da arquitetura moderna, afirma que mesmo mantendo-se consciente das particularidades de cada momento histórico, o primeiro quinquagenário do século XVIII corresponde a um legado “substancialmente fixo e certo entre arquitetura e sociedade” (p. 11). Ao passo que: “Variam os quesitos particulares feitos aos arquitetos e as respostas que estes fornecem, mas a natureza do serviço que o arquiteto presta à sociedade e os encargos que a sociedade lhe delegou não estão sujeitos a discussão por muito tempo” (p. 11).

Os cinquenta anos finais do século XVIII, por sua vez, foram um momento de transformação profunda na articulação existente entre a sociedade e a arquitetura. A Europa passava por mudanças e a busca pelo novo fervilhava nos mais diversos setores, tendo sido a arquitetura também impregnada por essa movimentação. A arquitetura moderna apareceu como uma resposta às modificações oriundas da Revolução

Industrial que, por sua vez, havia intensificado a situação da poluição urbana, por conta do advento das máquinas e fábricas. Outra mudança gerada foi o agravamento das condições insalubres causadas pelo aumento da densidade humana nos centros urbanos, que teve seu auge no século XIX. Estavam postos os problemas ambientais com os quais os arquitetos, paisagistas, urbanistas e engenheiros teriam que lidar nas urbes da modernidade.

1.3. Arquitetura Moderna

Inicialmente o solo, coberto de vegetação; os rios de circulação passam através dele e os portos de estacionamento estão rodeados de árvores. Dominando as árvores ou correndo no meio de suas copas, entre folhagens e gramado, as ruas elevadas. Eis o espetáculo autêntico da cidade moderna, intensa e ardente: Uma sinfonia de vegetação, folhagens, ramagens, relvas e estilhaços de diamantes por entre os bosques. (LE CORBUSIER, 2004, p. 157).

O fim da Primeira Guerra Mundial foi acompanhado, na Europa, de um problema relacionado com a moradia. Não se tratava simplesmente da destruição causada pelo evento beligerante em si, com exceção da França, onde de fato isso ocorreu, mas principalmente pela paralisação das atividades de construção e encarecimento da mão de obra que, por sua vez, aumentavam os custos da própria construção. Diante desse cenário, era inevitável o auxílio estatal para garantir a moradia para as classes menos abastadas. Essa intervenção ocorreu de duas maneiras. Uma delas foi a construção de alojamentos. Alguns deles, como foi o caso do Karl Marx Hof, localizado na capital austríaca, Viena, dispunham de uma série de locais para o usufruto dos moradores, como creches, bibliotecas, lojas, lavanderias, ambulatórios médicos: “o Sandleitenhof, com quase mil e seiscentos alojamentos possui mesmo uma sala de espetáculos” (BENEVOLO, 1994, p. 485). A outra maneira encontrada pelo Estado para sanar essa situação foi o apoio financeiro a instituições particulares, de forma a incentivar a produção e garantir custos modestos (BENEVOLO, 1994).

A intervenção estatal atuou com densidade no sistema de construção de moradias. O setor de controle e ordenamento urbano, por outro lado, não teve o mesmo crescimento e a legislação e planos reguladores das cidades, instituídos nas primeiras

décadas do século XX, se mantiveram praticamente sem alterações significativas.

Benevolo (1994) explica o cenário europeu em questão:

A planificação das grandes cidades, começada antes da guerra, continua por entre muitas dificuldades. Na França, prossegue a discussão sobre o plano; o projeto é começado somente em 1932, depois da instituição da região parisiense, e o plano, que é conhecido pelo nome de Prost, é aprovado em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Um trabalho semelhante para Londres começa em 1927 e é interrompido pelo eclodir da Segunda Guerra. Em Berlim, um plano geral é projetado de 1920 a 1925, e parcialmente executado no período entre a inflação e a crise. Em Roma, o regime autoritário faz com que seja aprovado em 1931 um novo plano de procedimento rápido, e são executados alguns dos arranjos monumentais previstos no centro; o plano é superado pelos acontecimentos já antes da guerra, mas não será modificado antes de 1959, e influencia largamente a expansão da cidade, de 1945 em diante (p. 485-486).

Foi diante dessa conjuntura que as propostas do modernismo, elaboradas durante a década entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a crise econômica de 1929, surgiram, não exatamente como uma resposta aos problemas enfrentados, mas como uma alternativa à cidade burguesa pós-liberal. Benevolo (1994) entende que a arquitetura moderna passou por fases distintas, um movimento em si bastante heterogêneo, que contou com a contribuição de inúmeros arquitetos de diferentes nações e variados momentos históricos. Uma das figuras de particular destaque foi o arquiteto Charles-Édouard Jeanneret, mais conhecido pelo pseudônimo que adotou posteriormente: Le Corbusier. Sua origem suíça influenciou sua obra, mas foi na capital da França, Paris, que Le Corbusier construiu seu legado. O urbanista e geógrafo inglês Peter Hall (2002) acredita que:

A história de Paris tem sido uma luta constante entre as forças da vida cotidiana, exuberante, caótica, amiúde sórdida, e as forças da ordem, centralizada e despótica. Nas décadas de 20 e 30, ficou claro que o caos levava a melhor sobre a presa dos cortiços e endemias” (p. 244).

Le Corbusier, ao lado de figuras como o arquiteto alemão Walter Gropius, fundador da Bauhaus, propôs, no cenário do pós Primeira Guerra Mundial, a desconstrução da arquitetura, ou melhor, a decomposição das partes elementares, começando pela casa, depois pelo bairro e, por fim, pela cidade, que é entendida como o agrupamento de bairros. A divisão permitia a análise individual para que, depois, o arquiteto observasse o funcionamento dos elementos combinados. Essa metodologia era considerada mais rentável e racional, seguindo as premissas dispostas pela própria produção industrial, pois localiza cada etapa da atividade urbanística em um momento

específico. Num estágio posterior, se fazia o estudo e a proposição de soluções para as adversidades encontradas nos centros industriais urbanos (BENEVOLO, 1994).

Já no início de sua carreira, Le Corbusier propunha, como solução para os problemas enfrentados pelas cidades desde o fim do século XIX, a reconstrução de seus centros, já densamente povoados. Os inúmeros locais de moradia deveriam ser substituídos por edifícios altíssimos, sob o argumento de que isso iria otimizar os espaços habitacionais e possibilitaria o aumento das áreas livres. Grandes avenidas também deveriam recortar os centros das cidades, segundo os planos de Le Corbusier, o que indica que ele possivelmente priorizava o deslocamento pela via automobilística, em detrimento da circulação de pedestres. Hall (2002) entende esta escolha como um exemplo dos paradoxos latentes na obra de Le Corbusier. A incongruência repousa na ideia de que o arquiteto franco-suíço busca a concepção de uma cidade admitindo como material protagonistaos recursos naturais, como o sol e a ventilação, mas ao mesmo tempo prega a construção maciça de avenidas para carros, sem apontar soluções para os problemas daí resultantes, como a falta de locais para estacionamento e a poluição ambiental.

Para garantir um maior alcance de suas ideias, Le Corbusier liderou o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, também conhecido por CIAM. Ao todo foram dez reuniões do CIAM, realizados em diferentes cidades, abordando temáticas variadas dentro do contexto arquitetônico e urbano. O quarto encontro, realizado em novembro 1933, em Atenas, resultou no manifesto nomeado *Carta de Atenas*. O documento reúne uma série de reflexões sobre as 33 cidades¹ analisadas pelo grupo, onde inúmeras considerações foram feitas. Para o grupo de arquitetos, as cidades “ilustram a história da raça branca sobre os mais diversos climas e latitudes” (CARTA DE ATENAS, 1933, p.27). O maquinismo, ou seja, o desenvolvimento industrial foi a principal causa apontada pela carta para o profundo desequilíbrio na qual se encontrava a sociedade. O diagnóstico era de que o aumento considerável no número de moradores da cidade, acompanhado de um escoamento de campesinos, causou um mal-estar generalizado por conta da organização de cidades que não comportavam a expressiva quantidade de habitantes. A tendência era de que as condições de vida humana piorassem, uma vez

¹ Amsterdã, Atenas, Bruxelas, Baltimore, Bandoeng, Budapeste, Berlim, Barcelona, Charieroi, Colônia, Como, Dalat, Detroit, Dessau, Frankfurt, Genebra, Gênova, Haia, Los Angeles, Litoria, Londres, Madri, Oslo, Paris, Praga, Roma, Roma, Roterdã, Estocolmo, Utrecht, Verona, Varsóvia, Zagreb e Zurique.

que a urbe seguia seu crescimento desacompanhado de um planejamento urbano efetivo. Segundo Benevolo (1994):

Os protagonistas do movimento moderno estão isolados das experiências urbanísticas deste período; podem somente constatar a desordem das cidades, enunciar, em comparação, as características de ordem e de funcionalidade que deveriam ser próprias da cidade moderna e indicar os meios necessários para obtê-las (p. 512).

A nova realidade industrial das grandes metrópoles resultou em aumento considerável da densidade e, conseqüentemente, na proliferação de cortiços que deterioravam as condições de bem-estar e moradia dos habitantes, tornando a vida nas cidades insalubres. Os anéis urbanos que iam sendo acrescentados às maciças cidades antigas substituíam por concreto as superfícies verdes, consideradas os “pulmões da cidade”. Ainda na seção sobre o atual estado crítico das cidades, um dos itens deixa clara a opinião do documento em relação às superfícies verdes e fragmentos de natureza na cidade. Para eles, o crescimento desordenado engole as “condições naturais” da urbe: “por ‘condições naturais’ entende-se a presença em proporção suficiente, de certos elementos indispensáveis aos seres vivos: sol, espaço, vegetação” (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 7).

Este documento, um dos mais proeminentes manifestos sobre arquitetura e urbanismo moderno, enfatiza, por diversas vezes, a importância de que o desenvolvimento de uma cidade dialogue e procure integrar os elementos naturais do espaço. Por sua vez, esse pressuposto da arquitetura moderna é muito mais sobre a restauração do bem-estar humano no ambiente urbano, gerado pelo contato com elementos naturais específicos, que seriam indispensáveis para a manutenção da saúde humanas, do que sobre uma integração com o meio ambiente visando a sustentabilidade e a conservação da natureza. O documento observa que, muitas vezes, as cidades se constituíram a partir de um recorte artificial, que esporadicamente entrava em consonância com os aspectos geográficos da região onde são erguidas. Isso gerava problemas de urbanismo que, por sua vez, só seriam evitados e/ou sanados se os “elementos constitutivos da região e, principalmente, a sua geografia” (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 1) fossem absorvidos. Portanto, o urbanista devia atentar-se para

Linhas de divisão de águas, morros vizinhos desenhando um contorno natural confirmado pelas vias de circulação, naturalmente inscritas no solo. Nenhuma atuação pode ser considerada se não se liga ao destino harmonioso da região. O plano da cidade é só um dos elementos do todo constituído pelo plano da região (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 1).

A rua tradicional restringia a incidência de sol em todas as habitações. A incidência solar foi destacada como um recurso natural de suma importância para o conforto dos habitantes da urbe. As casas deveriam ser construídas de forma a aproveitar o máximo de luz solar. Uma vegetação abundante garantiria a riqueza da pureza e qualidade do ar, filtrando-o de poluição de gases: “O 4º Congresso CIAM, realizado em Atenas, chegou ao seguinte postulado: o sol, a vegetação, o espaço são as três matérias-primas do urbanismo” (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 7).

Outro ponto abordado na *Carta de Atenas* foi a ineficiência do espaço urbano, organizado em regiões nobres e simples. O veredito era de que as 33 cidades avaliadas compartilhavam uma mesma disposição, em que as classes mais abastadas instalavam-se nos locais com melhores condições de moradia, ao passo que as classes mais pobres acabavam sendo desfavorecidas no planejamento urbano, com seus bairros assentados em locais poluídos e onde o bem-estar dos moradores não era uma prioridade: “Uma geômetra municipal não hesitará em traçar uma rua que privará de sol milhares de casas” (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 7). A crítica feita aqui pela carta é de que interesses privados e econômicos são colocados à frente dos interesses da arquitetura. Isso aconteceria por conta do zoneamento espacial do meio urbano, que partiria do pressuposto de que cada pessoa (classe) possui seu lugar específico. Entretanto, segundo o documento, isso fere o código de conduta proposto pela arquitetura moderna, de que toda a população de uma cidade deve ter, por direito, acesso a boas condições de moradia, sem distinção de classe. A *Carta de Atenas* também ressalta a necessidade de se dividir vias de circulação automotivas de zonas habitacionais, para que a poluição (“barulhos, poeiras e gases nocivos” p. 9) seja evitada e em seu lugar os moradores possam desfrutar de ar puro, silêncio e sol.

A genialidade ou excentricidade mal compreendida de Le Corbusier não foi, de fato, materializada em um grande projeto solo. Houve, no entanto, uma cidade “inteiramente nova e corbusiana, embora o projeto não fosse de Le Corbusier” (HALL, 2002, p.253), e sim de autoria de um de seus discípulos, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, a quem, na década de 1950, foi entregue a tarefa de planejar a terceira capital federal brasileira: Brasília.

1.4. Brasília, o projeto.

A ideia de estabelecer uma capital no centro geográfico do país data do século XVII e, apesar de ter se concretizado em 1960, durante o governo do presidente da república Juscelino Kubistchek, a construção de Brasília foi a materialização de um sonho que povoou o imaginário coletivo desde quando o país ainda era colônia de Portugal. Em 1821, José Bonifácio apresentou a questão da interiorização da sede do poder brasileiro durante a primeira eleição de representantes, que aconteceu na capital de Portugal, Lisboa. Em seu documento, o primeiro-ministro de D. Pedro se posicionou a favor do assentamento dessa nova sede em algum ponto de latitude 15 graus, que oferecesse um bom local para se habitar com terreno fértil e um rio navegável. O projeto de transferência da capital para o centro-oeste brasileiro, região que jazia pouco explorada, torna-se o Art. 3º da Constituição de 1891, fruto da Proclamação da República ocorrida no ano de 1889 (FICHER et al, 2003).

Em 1892, foi designada uma comissão para analisar e demarcar a região onde seria erguida a nova capital. A expedição ao Planalto Central foi orientada pelo astrônomo Luiz Cruls e resultou, em 1894, na publicação do “*Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central, ou Relatório Cruls*, que pode ser considerado “o primeiro documento técnico pertinente ao planejamento de Brasília” (Ficher et al, 2003, p. 2). O lugar escolhido foi uma região com notável confluência de rios, que brotam em nascentes muito próximas entre si. Esse dado reforça também o caráter simbólico de que a nova capital funcionaria como um ponto de encontro para os estados brasileiros. A delimitação territorial foi instituída pelo Congresso em 1922, mas o tema em questão arrefeceu um pouco até os anos 1940. Uma vez reiniciadas as discussões pela escolha da região onde seria erguida a nova capital, as análises de terrenos resultaram no *Relatório técnico sobre a nova Capital da República, ou Relatório Belcher*, publicado em 1957. A região escolhida foi a propriedade rural de nome Fazenda Bananal.

Apesar de não ter se mantido em evidência nas pautas governamentais durante os anos anteriores, a realocação da capital brasileira foi alvo de projetos distintos que se destacam por apresentar similaridades com os relatórios oficiais da construção de Brasília. O sítio demarcado em 1955 era o mesmo indicado, em 1893, pelo botânico Auguste Glaziou em documento submetido a Luiz Cruls: um chapadão circundado

pelos rios Torto e Bananal, pelo ribeirão do Gama e pelo riacho Fundo. Glaziou também sugere a Cruls o estabelecimento de um lago a partir do manejo de uma depressão onde havia um escoamento das águas. Outro projeto que apresentava notável semelhança com os planos oficiais de Brasília foi:

Vera Cruz, proposta desenvolvida em 1955 pelos arquitetos Raul Pena Firme e Roberto Lacombe e pelo engenheiro José Oliveira Reis, como parte dos trabalhos da Subcomissão de Planejamento Urbanístico da Comissão de Localização da Nova Capital Federal (FICHER et al., 2003, p. 4).

Vera Cruz contaria com duas avenidas principais, em eixos diferentes, uma no sentido leste-oeste, chamada Avenida da Independência, e a outra no sentido norte-sul, nomeada Avenida dos Bandeirantes. Outros aspectos do projeto também dizem respeito a um lago, que estaria emoldurado por um parque. Além disso, o plano continha elementos inspirados na concepção urbanística de cidade-jardim, muito em voga na década de 1950. As coincidências e semelhanças entre a proposta Vera Cruz e o projeto de Lúcio Costa, de 1956, que continha as diretrizes urbanísticas nas quais se basearam oficialmente a construção de Brasília, são indicativos de que a construção da nova capital não foi um restrito ao governo Kubistchek. Como lembra Ficher et al (2003):

Comissões deixaram muito serviço feito (como ligações ferroviárias e um plano de energia hidrelétrica para a região), além de terem produzido informações básicas imprescindíveis em uma obra de tal porte (como cartografia e os levantamentos topográficos da área), chegando até ao detalhe de um estudo de coletores de esgoto. (p. 5).

A construção de Brasília trazia consigo um conjunto de intenções e apresentava-se frente ao povo brasileiro como uma “obra coletiva, capaz de representar amanhã, um *tournant* na história política, social e cultural do Brasil” (BICCA, 1985, p. 102). A ideia de situar a capital no centro do país era uma das propostas mais atrativas da candidatura de Kubistchek, que a qualificou como a meta-síntese de seu “Programa de Metas”, quando se elegeu presidente do Brasil em 1955. O equilíbrio de distâncias entre as regiões brasileiras e a sede do Estado continha, sobretudo, a promessa de estimular o desenvolvimento do país como um todo. A crença na ocupação do centro do território brasileiro como catalisador do desenvolvimento era antiga e havia sido reforçada com a divulgação das teorias desenvolvimentistas na América Latina pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), em 1950, e no Brasil, mais especificamente, pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).

Brasília não representava apenas um ponto de equilíbrio entre os estados brasileiros, mas também o nascimento de uma nova lógica cidadina que devia estimular mudanças na própria sociedade nacional. Essas mudanças aconteceriam inicialmente em âmbito local, e serviriam de inspiração para o resto do país (HOLSTON, 1993). Para o arquiteto Paulo Bicca (1985), as cidades da Antiguidade Clássica atuaram como musas inspiradoras para os planos urbanísticos e arquitetônicos da nova capital. Brasília seria uma espécie de cidade internacional no meio do Planalto Central: “tratava-se (...) da intenção de fazer de Brasília a síntese de uma suposta cultura urbanística sem nacionalidade definida” (p. 108).

O início da empreitada foi anunciado após a posse de Juscelino Kubistchek, em 1955, e a inauguração da nova capital foi marcada para o dia 21 de abril de 1960. O projeto de JK não foi bem recebido em muitos meios, tendo sido alvo de críticas: “imprensa, lideranças parlamentares, políticos locais de todos os matizes, e mesmo os jornais populares escarneceram do projeto como pura insensatez” (HOLSTON, 1993, p. 27). Se uma parte dos oposicionistas era cética em relação à capacidade de JK erguer uma cidade em local ermo, outros opositores duvidavam de sua habilidade para finalizar a construção da nova capital durante o mandato presidencial, o que poderia resultar em um “elefante branco” na conta da sociedade brasileira. Um terceiro grupo de opositores percebia a proposta de transferência da capital como um projeto extremamente caro, que enfraqueceria a economia brasileira e aumentaria a inflação, “deixando-a escapar de qualquer controle” (HOLSTON, 1993, p. 27).

O presidente Juscelino Kubistchek contava com uma base de aliados que o ajudou na propaganda pela legitimação de seu projeto. O apoio se constituía, sobretudo, em uma miscelânea de teorias mitológicas de conquista do Novo Mundo e, também, em ideias desenvolvimentistas. Por fim, JK aprovou o projeto de construção da nova capital, já nomeada Brasília, frente ao Congresso Nacional, e deu início aos trabalhos, a partir de duas medidas fundamentais: estabelecimento do terreno onde seria erguida a cidade e criação da Companhia de Urbanização da Nova Capital, a Novacap, uma empresa estatal responsável pelo gerenciamento das atividades de urbanização de Brasília. Kubistchek nomeou Israel Pinheiro para o cargo de diretor da companhia e Oscar Niemeyer para diretor técnico. O arquiteto modernista recusou o convite de JK para desenvolver o plano urbanístico de Brasília, mas sugeriu que a escolha do projeto urbano ocorresse pela via de um concurso público (FICHER, 2003).

O edital do concurso foi lançado no *Diário Oficial da União* em 30 de setembro de 1956. O Plano Piloto, como foi chamado no edital o projeto urbano, deveria conter “traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25:000)”². Aos concorrentes foram disponibilizados o mapa cartográfico e outros estudos que compunham o arsenal de informações sobre a região: mapa topográfico, de drenagem, geológico e de solo, além do “relatório minucioso relativo aos estudos do solo e do subsolo, do macro clima e do microclima, das águas superficiais e subterrâneas, das possibilidades agrícolas e pecuárias, etc”.³

O prazo estipulado para as inscrições foi de 25 dias a partir da publicação do edital, e era necessária a apresentação de um projeto. Oscar Niemeyer e Stamo Papadaki representaram a Novacap no júri, que também contava com Luiz Hidelbrando e Paulo Antunes Ribeiro, representantes, respectivamente, do Club de Engenharia e Instituto dos Arquitetos. O inglês William Holford, arquiteto que havia sido responsável pelo Plano Regulador de Londres, e o francês André Sive foram os dois urbanistas estrangeiros que compuseram a comissão responsável a qual foi entregue a missão de apontar o projeto vencedor. Foram cerca de 60 inscrições e o resultado foi anunciado no dia 23 de março de 1957, totalizando cinco dias de deliberação. Os jurados buscavam um projeto que apresentasse as qualidades de uma capital com arquitetura singular, organização urbana funcional e direcionada para a atividade governamental. Sendo assim, funções de outras naturezas seriam exercidas em agrupamentos ao redor de Brasília, que funcionaria como um elemento centralizador para essas regiões previstas (FICHER et al, 2003).

Apesar de não ter vencido por unanimidade, o projeto de número 22, de autoria do urbanista e também arquiteto Lúcio Costa, foi o escolhido. Outros concorrentes também se destacaram pela originalidade de seus projetos, sendo agraciados com prêmios que se estenderam da segunda para a quinta posição. Em sua obra sobre a arquitetura brasileira do século XX, o arquiteto Yves Bruand (1981) argumenta que “nenhum dos não classificados resolveu o problema específico colocado pela criação de uma capital e achou um meio de valorizar a função particular a ela vinculada. Só um

² Relatório do Plano Piloto de Brasília/elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. – Brasília: GDF, 1991, 76p.

³ Idem.

dos planos preenchia realmente esse requisito” (p. 359). O antropólogo James Holston (1993) observa que o Plano Piloto apresentado por Costa era uma proposta um tanto quanto simples, se comparado com os projetos de outros concorrentes. Tratava-se de esboços da cidade feitos à mão, acompanhados de uma lista de 23 itens que detalhavam aspectos urbanos para a nova capital. O projeto de Costa não apresentava “nenhuma linha de desenho técnico, nenhuma maquete, estudos de uso da terra, mapas demográficos ou esquemas para desenvolvimento econômico ou organização administrativa – em suma, nada senão uma ideia de capital” (p. 70).

Por ser um projeto fundamentado nas premissas modernistas propostas por Le Corbusier, continha os ideais de harmonização com os aspectos e recursos naturais da região onde seria construída a cidade. Foram consideradas cinco proposições importantes para o projeto: 1) organizar a cidade em zonas homogêneas e exclusivas de atividades; 2) separar os locais de trabalho das áreas residenciais; 3) aplicar o projeto de arquitetura moderna nas áreas residenciais; 4) construir uma área verde exuberante dando margem para a criação de uma “cidade no parque”; 5) organizar um novo sistema de tráfego (HOLSTON, 1993). No projeto de Costa, encontrava-se também uma redução de toda e qualquer manifestação de individualidade, ao que Bicca (1985) se refere como sendo o “rigor *mortis* da uniformização” (p. 115).

Planejada para se distinguir de outras cidades do Brasil, evitando os costumeiros problemas urbanos, Brasília foi proposta como um espaço de harmonia entre as classes sociais. Contudo, a maneira como a questão foi tratada por Costa acabava por ignorar ou tratava com indiferença as contradições e conflitos de interesses presentes na sociedade brasileira. Para Paulo Bicca (1985), isso pode ser percebido como um artifício pelo qual o Estado lança mão para “criar a ilusão de que todos, indiscutivelmente, estão representados nele” (p. 124).

O Plano Piloto de Lúcio Costa tinha conteúdo simples e conciso. A nova capital brasileira foi apresentada em 23 itens e o texto de Costa divide o espaço com suas ilustrações à mão livre dos locais descritos. No primeiro item, Costa afirma que o formato escolhido para a cidade, “dois eixos cruzando-se em um ângulo reto” (plano piloto, item 1), remetia à ideia de quando nos apossamos de um local no mapa. Costa ajustou seu desenho à topografia do local, “ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada” (item 2).

Os itens seguintes: i) tratam do tráfego de automóveis e da via principal, que

teve seu funcionamento comparado ao tronco humano; ii) localizam os vários centros e setores que iriam compor a cidade – bancário, cultural, setor de diversões, comercial, setor de clubes, entre outros; iii) tratam de como seria a disposição do centro político do país - a Esplanada dos Ministérios e o Eixo Monumental. Assim como há uma valorização do verde por Le Corbusier, a cidade moderna inventada por Costa também buscou uma integração ambiciosa entre o urbano e o meio natural. A região escolhida para a nova capital, o Planalto Central, foi valorizada à medida que Costa imaginou uma cidade especialmente aberta, onde o céu se torna um destaque e parte integrante da paisagem.

A vegetação também ganhou destaque no projeto de Costa. Em sua proposta para o Setor Esportivo, no item 12, o urbanista descreve duas estruturas principais, dispostas de forma simétrica, cada uma delas contendo uma imensa área verde: o Jardim Botânico, em uma extensão, e o Jardim Zoológico em outra. No centro desses dois polos estaria o Eixo Monumental e, por se tratarem de dois grandes locais fartamente arborizados, funcionariam como pulmões para a cidade.

O início do item 16 do Relatório descreve as áreas residenciais. As habitações dos futuros moradores de Brasília foram pensadas como grandes quadras paralelas, ao longo da faixa rodoviária. Seriam circundadas por “uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens” (item 16). A proposta do urbanista é de que a disposição das árvores e dos edifícios serviriam como extensas faixas sombreadas onde se pudesse empreender uma caminhada. Além desses locais para passeio, o morador de Brasília também contaria com áreas de lazer dentro de cada quadra. Dentre as recomendações de Costa, aquela que diz respeito à presença de apenas uma espécie de vegetação não foi seguida quando se deu início ao processo de arborização da capital.

Para a organização dos blocos, que Costa se referia como sendo “super-quadras”, se idealizava a disposição de maneira variada, porém sempre se observando: “Gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra” (item 16).

Sequencialmente, o urbanista expõe a sua sugestão para o fundo dessas quadras residenciais: uma via de tráfego destinada a caminhões de carga. O lado oposto a essa via reuniria “garagens, oficinas, depósitos de comércio em grosso etc.” (item 16). Outra

faixa paralela a esse local iria conter “uma terceira ordem de quadras, para floricultura, horta e pomar” (item 16). Ao passearem pelas sombras das árvores que comporiam o caminho entre as quadras residenciais, os moradores de Brasília também teriam acesso a um amplo comércio paralelo. O lado oposto a esses centros mercantis formaria vias de tráfego de automóveis.

Costa previu grandes espaços de lotes vazios que, nas palavras do urbanista, seriam “setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira, para que as casas construídas nos lotes de topo se destaquem na paisagem” (item 18). Verdejar o cemitério também foi um item observado no Relatório. O local deveria ser muito bem gramado e devidamente arborizado, “com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação” (item 19).

Em seu item 20, Costa anunciou que a ideia de construir residências ao redor do futuro lago não o interessava. Para o urbanista, essa região da cidade deveria ser preservada,

Tratada com bosques e campos de afeição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d’água. O clube de Golf situou-se na extremidade leste, contíguo à Residência e ao hotel, ambos em construção ao Yatch Club na enseada vizinha, entremeados por denso bosque que se estende até à margem da represa, bordejada nesse trecho pela alameda de contorno que intermitentemente se desprende da sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredo.

Os itens posteriores finalizam o Relatório do Plano Piloto. No item 23, que encerra o projeto, Costa observa que a peculiaridade que acompanha cada função foi observada por ele ao conceber os diversos setores que iriam compor a nova capital do país. Ele argumenta que se trata de uma cidade que mesmo “sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional”. Ainda no último item, o urbanista reconhece a simplicidade de seu projeto, que era de fácil entendimento e execução, e resume a proposta em suas próprias palavras: “Dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro, rodovia que poderá ser construída por partes, - primeiro as faixas centrais como um trevo de cada lado, depois as pistas laterais, que avançariam com o desenvolvimento normal da cidade”.

Por fim, Costa reafirmava a importância que a arborização e o ajardinamento

têm em seu projeto. A vegetação deveria ser plantada pelas quadras residenciais desde o início das obras, com atenção para o fato de que a natureza deveria predominar e a calçada e meios-fios evitados a todo custo: “De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins. Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque. Sonho arqui-secular do Patriarca”.

O júri criticou a distância que separava o centro governamental da península do lago Paranoá, achando-a um pouco longínqua, e a falta de moradia em toda sua extensão, entre outras observações. Todavia, em geral, teceu uma lista de elogios para o projeto vencedor, que foi considerado o “único plano para uma capital administrativa do Brasil”.⁴ O *Relatório do Plano Piloto* de Lúcio Costa era, segundo o corpo de jurados, fundamentado em elementos simples, exequível, aplicável especificamente para uma nova capital do Brasil, absolutamente um representante da arquitetura e urbanismo do século XX. O método de crescimento urbano selecionado por Costa, a partir da arborização e alongamento da via “artéria principal”, também foi destacado pelos jurados como a escolha mais acertada, por ser dotada de praticidade.

O projeto de Costa previa uma cidade bastante arborizada, porém as motivações surgiam mais como uma ferramenta arquitetônica para se atingir a proposta moderna de extensos espaços públicos combinados a blocos de edifícios isolados. Essa nova concepção urbana substituía a premissa tradicional de uma rua formada por blocos contínuos. Os espaços públicos da cidade modernista são cobertos por vegetação abundante. O movimento moderno buscou uma resposta para as condições insalubres das cidades europeias do século XIX e a presença do sol, circulação de ar nas vias urbanas e vegetação abundante eram elementos considerados de importância vital para a cidade moderna. As motivações que levavam a essa conclusão, por sua vez, eram de ordem estética e higienista.

Rego (2015) explica que Le Corbusier considerava compreensíveis as cidades satélites e cidades jardins serem atrativas, porém ele achava que eram falsos recursos. O arquiteto franco-suíço planejou a sua “cidade no parque”, ideia que organizava os edifícios por trás de um conglomerado de árvores. A abordagem de Le Corbusier para integrar a natureza é submetendo-a à arquitetura. A natureza, em Le Corbusier, seria admirada à distância.

⁴ Ibidem.

Lúcio Costa buscou nos gramados ingleses a inspiração para o seu projeto de construir superquadras bem arborizadas, mas “a vegetação uniforme e disciplinada presente no Grande Urbanismo não teve lugar em Brasília” (Rego, 2016). Contudo, o Relatório do Plano Piloto trazia no item sobre as quadras habitacionais as diretrizes para que fosse plantada apenas uma espécie arbórea por quadra. O que de fato ocorreu foi que as qualidades do Cerrado levaram a mudanças no projeto de Costa e o próprio Departamento de Parques e Jardins da Novacap, responsável pela arborização da cidade, se decidiu por variar as espécies da vegetação. Mas, fica clara no projeto para o Plano Piloto, de Lúcio Costa, a preocupação com a questão das áreas verdes e com a arborização urbana.

Capítulo 2

A História de Brasília e de sua arborização contada por um jornal

2.1. *Correio Braziliense*: a história de um jornal que buscou revolucionar a sociedade brasileira

As origens da imprensa brasileira são bastante singulares. Até a chegada da corte portuguesa em 1808 não era permitido nenhum tipo de atividade tipográfica na colônia, e as escassas tentativas foram suprimidas pela administração portuguesa. Na metade do século XVII, um tipógrafo desembarcou na colônia a pedido de holandeses, porém, sua morte, pouco tempo depois, impediu o sucesso das tentativas flamencas de introduzir publicações jornalísticas no Brasil Colônia. No ano de 1746, um português chamado Antônio Isidoro da Fonseca estabeleceu uma oficina de tipografia no Rio de Janeiro, e produziu alguns livros e folhetos até o governo português ordenar o seu fechamento no ano seguinte. Cláudia Lago e Ricardo Romancini (2007) argumentam que Antônio Isidoro já era um editor reconhecido em solo lusitano e que sua chegada na colônia se deu por conta de “um convite do governador do Rio na época, interessado em estimular a vida intelectual na cidade” (p. 17). Os periódicos que eram publicados em Portugal passavam por censura e essa medida foi estendida para a colônia.

A vinda de Dom João e sua corte para o Brasil trouxe uma série de mudanças, entre as quais o estabelecimento, na província do Rio de Janeiro, de uma filial da Imprensa Régia, editora da Coroa Portuguesa com sede em Lisboa. Dali saíram “documentos do governo, sermões, panfletos” (ROMANCINI E LAGOS, 2007, p. 23) e o primeiro jornal impresso no Brasil. Chamava-se *Gazeta do Rio de Janeiro* e a primeira edição é do dia 10 de setembro de 1808. A publicação não ousava criticar a Coroa Portuguesa, pelo contrário: foi “entendida como o primeiro exemplar do jornalismo ‘áulico’ brasileiro, portanto, um jornalismo próximo do poder, da corte – e, em sentido mais pejorativo, bajulador e subserviente, ‘chapa branca’” (ROMANCINI E LAGOS, 2007, p. 23).

Contudo, alguns meses antes da publicação da *Gazeta*, outro jornal destinado ao público brasileiro era publicado. O *Correio Braziliense*, também chamado *Armazém Literário*, foi a primeira publicação da imprensa brasileira. Datando do dia 01 de junho

de 1808, seu idealizador foi Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça (1764-1823), que o imprimia, a um oceano de distância, para a parcela letrada da sociedade brasileira. A historiadora Isabel Lustosa (2004), em seu trabalho sobre a origem da imprensa no Brasil, atenta para o fato de que o primeiro momento de circulação do *Correio Braziliense* foi marcado por dois eventos de fundamental importância para o país: a vinda do príncipe regente Dom João de Bragança (futuro Rei Dom João VI) e sua corte, em 1808, e a proclamação da Independência 14 anos depois, em 1822.

Hipólito José da Costa nasceu na colônia de Sacramento, região que pertencia à Coroa Portuguesa antes de se tornar território uruguaio. Ainda jovem, estudou em Lisboa e depois foi enviado pelo governo português para os Estados Unidos da América. Sua missão consistia no registro da sociedade norte-americana e também dos avanços tecnológicos que ali se desenvolvessem. O resultado foi um diário que continha observações interessantes sobre aquela sociedade, inclusive sobre grupos historicamente deixados à margem, como indígenas, negros e mulheres. Durante a experiência estadunidense, Hipólito entrou em contato com instituições como a imprensa livre e as universidades, entre outros exemplos, que o fizeram questionar os cenários brasileiro e português, os quais ele considerava “atrasados, obscuros, dominados por uma aristocracia tacanha, vivendo sob um regime absolutista em que a Inquisição, da qual ele logo se tornaria vítima, ainda dominava” (LUSTOSA, 2004, p. 10).

De volta a Portugal, Hipólito assumiu um cargo como funcionário da Imprensa Régia, porém sua proximidade com a maçonaria o levou a um confronto com a fé católica portuguesa. Em seguida, ele foi detido e preso após uma viagem a Londres e, apesar de esforços de figuras importantes pela sua libertação – como o Duque de Sussex, seu amigo e, também, maçom –, o brasileiro não foi solto por vias tradicionais, mas conseguiu fugir da cadeia em 1805 e buscar abrigo em Londres (LUSTOSA, 2004).

Durante o seu primeiro momento na capital inglesa, Hipólito da Costa desempenhou algumas atividades como professor de português e tradutor. Contudo, foi a transferência da sede da corte portuguesa para a colônia, em 1808, que o estimulou a criar o jornal *Correio Braziliense*, ato que, conforme nos informa Lustosa (2004), lhe rendeu o título de primeiro jornalista do Brasil. A chegada de Dom João ao Brasil foi uma novidade antes inimaginável e “Hipólito reconheceu nesse fato histórico único – o de uma cabeça coroada reinando na América – a oportunidade de uma transformação institucional profunda para o Brasil e para Portugal” (LUSTOSA, 2004, p. 13). Havia a

possibilidade de que o Brasil reinventasse a sua organização sociocultural e econômica, abrindo-se para a criação de novas instituições, como a imprensa. Dessa forma, o país poderia finalmente deixar para trás o provincianismo que o acometia por conta de sua condição de colônia.

O impedimento português de uma produção tipográfica foi apenas um dentre os vários motivos que cercearam as possibilidades de desenvolvimento de atividades jornalísticas no Brasil. A sua própria situação colonial, que limitava a produção econômica a monoculturas para a exportação, constituía um fator determinante, já que, por conta disso, um “maior impulso civilizatório (criação de escolas, cidades, polos administrativos complexos)” (LUSTOSA, 2004, p. 19) e, também, a criação da imprensa, acabara por não ser encorajado. Dessa maneira, a urbanização incipiente, a ineficiência administrativa portuguesa e a censura imposta pela corte faziam com que a colônia fosse formada majoritariamente por analfabetos (ROMANCINI E LAGO, 2007).

No século XVIII, a coroa portuguesa enrijeceu ainda mais a censura, temerosa de que os colonos se inspirassem em levantes revolucionários, como os que aconteceram na França e nos Estados Unidos. No início do século XIX, porém, com a segurança garantida pelo fato de morar em outro continente e contar com apoio político inglês, Hipólito deu início ao seu projeto. O *Correio Braziliense* ganhou esse nome porque o termo “brasiliense” era utilizado para identificar aqueles que haviam adotado o Brasil como pátria e residência, mas tinham origem fora – em geral, portugueses; “brasileiro” indicava quem negociava com o país, enquanto os nascidos no Brasil eram chamados de “brasilianos”. Lustosa (2004) chama a atenção para o fato de que no momento de sua fundação, na transição do século XVIII para o XIX, as gazetas pouco se pareciam com os atuais jornais. Isso ocorria porque havia pouco acesso à educação e, sendo assim, a imprensa assumia o papel de ensinar a população: “naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos” (p. 15).

O jornal era de conteúdo maciço, somando 100 páginas que continham “artigos onde a informação era veiculada de forma circunstanciada e analítica em textos que, às vezes, se prolongavam por vários números seguidos” (LUSTOSA, 2004, p. 15). Os temas tratados em cada edição contemplavam as áreas de “política, comércio e artes, literatura e ciências, miscelânea e, eventualmente, correspondência” (p. 15). Hipólito tecia seus comentários e análises em uma seção intitulada “Reflexões sobre as

novidades do mês”, a parte do jornal considerada mais interessante por Lustosa (2004), por contribuir enormemente “não só para a história de nossa imprensa, como também para a história das ideias no Brasil” (p. 16).

No *Correio Braziliense*, Hipólito registrava seu posicionamento político e suas propostas para a nação brasileira, assim como comentava e criticava a administração da Coroa Portuguesa. Além de defender projetos para o Brasil, o jornalista posicionava-se contra o trabalho escravo e os grandes latifúndios e monopólios que minavam a possibilidade de desenvolvimento industrial do país. Saía em defesa de uma participação popular mais expressiva, apesar de manter-se a favor da monarquia constitucional, conforme vivenciava na Inglaterra. Lustosa (2004) argumenta que a presença da corte portuguesa fez muito bem ao Brasil, porque foi acompanhada de uma série de medidas que resultaram em um “surto de progresso e crescimento cultural que teve início com a abertura dos portos às nações amigas, medida que determinou o fim do asfixiante monopólio com Portugal” (p. 18). Um levante em Portugal, entretanto, que teve início em 1820 e reivindicava o restabelecimento da sede do reino em solo lusitano forçou a partida do rei. Dessa maneira, no ano de 1821, Dom João VI, acompanhado de sua corte, regressou a Portugal.

A partida da Coroa Portuguesa é seguida pela Independência brasileira no ano seguinte, em 1822. Durante este momento, Hipólito posicionou-se a favor da emancipação do país em relação a Portugal, de tal maneira que, uma vez consolidada a independência do Brasil, o jornalista “julgou encerrada a sua missão, parando de publicar o *Correio Braziliense* em novembro daquele ano” (LUSTOSA, 2004, p. 20). Romancini e Lago (2007) acusam o apoio de Hipólito somente no final do processo de Independência, mas reconhecem como mais duradoura a adesão do jornalista a questões consideradas revolucionárias, como a abolição da escravatura, o estabelecimento de uma monarquia constitucional e de uma imprensa livre de censura.

É justamente por conta de seus posicionamentos políticos que o jornal, “feito, praticamente, por um homem só” (ROMANCINI E LAGO, 2007, p. 25), chamara a atenção de autoridades portuguesas, chegando a ser proibido no ano seguinte a sua fundação, em 1809, embora tenha continuado “circulando com bastante influência (chegava inclusive às províncias), mas de modo clandestino” (p. 25). Por conta da ineficiência em conter a presença do *Correio Braziliense* na colônia, Portugal chegou a tentar medidas como “suborno, pressões diplomáticas para expulsar Hipólito da Inglaterra, processos criminais, entre outras” (p. 26), porém sem sucesso.

Há, na leitura de Lustosa (2004) desse momento da história, uma preocupação em ressaltar eventos de grande porte que estiveram associados à criação do jornal. Para a autora, assim como a vinda da corte portuguesa influenciou na criação de um veículo de compartilhamento de ideias e informações, este mesmo veículo foi também força propulsora para o desenrolar de outro importante acontecimento na história do Brasil – a Independência. Após essa breve inauguração – onde dois jornais com posicionamentos políticos divergentes articularam seus espaços na sociedade brasileira – o jornalismo brasileiro tem um acelerado desenvolvimento. A imprensa continuou se desenvolvendo e foi incorporada “à história mais ampla do Brasil” (p. 27).

O *Correio Braziliense* voltou a circular somente no dia 21 de abril de 1960. O nome foi resgatado por Assis Chateaubriand, a quem pertencia o grupo Diários Associados. O nome que pertenceu àquele que foi considerado o primeiro periódico do país a abordar temas revolucionários, tendo exercido influência até mesmo sobre o movimento de independência do país, voltava a fazer parte da vida dos brasileiros. O jornal fora criado, ou recriado, para noticiar a construção de uma cidade que viria a ser a nova capital federal. E, assim como havia ocorrido com o jornal de Hipólito da Costa, o novo *Correio Braziliense* também trazia consigo o propósito de acompanhar a transformação da nação brasileira, que desta feita decorreria da construção de Brasília.

2.2. *Correio Braziliense*: o diário da capital e de sua história

Quando o presidente Juscelino Kubistchek anunciou, em 1956, a construção de uma nova capital no Planalto Central brasileiro, recebeu uma batelada de críticas oriundas de grupos e pessoas que desacreditavam do sucesso de tal empreitada. Discursos de oposição ao projeto reverberaram em setores diversos da sociedade, desde a Imprensa oficial até os jornais mais populares. O presidente JK se valeu de alguns

instrumentos para legitimar o seu projeto, apoiando-o em uma construção narrativa de origem mitológica, simbolizando a construção da nova capital como etapa indispensável para o desenvolvimento do país (HOLSTON, 1993).

Um dos instrumentos autenticadores foi a divulgação de tão ambicioso projeto em páginas de revistas, jornais, e mesmo em imagens produzidas por cineastas, que documentavam a materialização dessa nova capital no centro geográfico brasileiro. Eram a documentação oficial do governo federal naquele período e suas tiragens tinham alcance internacional, como era o caso da revista *Brasília*. O periódico foi criado por um decreto⁵ da Novacap, que tornara imprescindível o anúncio dos feitos de sua diretoria. Seu conteúdo trazia informações sobre os projetos de arquitetura e urbanismo da cidade, depoimentos das figuras mais emblemáticas, imagens da construção, relatos sobre o cotidiano dos trabalhadores, entre outras coisas. Foi publicada desde o ano de 1957 até 1988, totalizando 88 edições (CAPPELLO, 2010).

No dia da fundação de Brasília, contudo, foi inaugurado o jornal da cidade, nomeado *Correio Braziliense*, em clara referência àquele considerado o primeiro jornal do país. Sua primeira edição foi uma ode à nova capital. A capa continha uma ilustração de seus principais mentores. Ao lado de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, na imagem maior, estava o presidente Juscelino Kubistchek, que também assinou o texto que figurava na capa dessa edição inaugural. Brasília era apresentada como um projeto antigo para o Brasil, que remontava aos tempos da Inconfidência. O país que “amanhece em nova capital” ruma em direção ao progresso “e à certeza de um amanhã melhor para os brasileiros de todas as latitudes”. A civilidade social, considerada limitada à linha litorânea do país, agora alcançava o seu interior. A inauguração de sua cidade era, nas palavras do presidente, “um momento de extraordinária beleza, em que uma nação se apossa de seu destino para se projetar no futuro” (*Correio Braziliense*, capa do caderno 1, 21/04/1960).

As reportagens seguintes descreviam e exaltavam os projetos arquitetônicos e urbanísticos a partir dos quais a cidade foi construída. O *Relatório do Plano Piloto* de Lúcio Costa foi publicado na íntegra junto com outras matérias que se dividiam em histórias, fatos e peculiaridades sobre a recém-inaugurada capital. A edição parecia deslumbrada com a cidade que se rompia no centro da nação brasileira; o conjunto de seus elementos, segundo o jornal, resultava na exuberância moderna daquela que

⁵ Art. 19, da Lei nº 2.874, do ano 1956.

guiaria o resto da nação rumo ao desenvolvimento. Dentre os artigos publicados, estava uma crônica de Assis Chateaubriand, na qual era narrada uma experiência vivida na capital, antes de sua inauguração. O dono dos Diários Associados, grupo do qual o *Correio Braziliense* fazia parte, relata uma viagem de balão de gás pelo céu inconfundível do Cerrado. Suas palavras descrevem ainda a imensidão da paisagem pela qual Brasília ficaria mais tarde conhecida.

As primeiras edições do *Correio Braziliense* exprimem o frescor de um jornal tão jovem quanto a cidade que o sediava e era seu principal assunto. Assim como Brasília, o veículo também estava em processo de adaptação, estabelecimento, desenvolvimento, e seu conteúdo se articulava com o corpo social, tempo e espaço em que se inseria. O *Correio Braziliense* se organizava de acordo com os seguintes temas: a capa com as principais manchetes era seguida por notícias sobre a política brasileira, depois assuntos de maior relevância que aconteceram em outros estados e nações do planeta; os leitores também eram atualizados sobre campeonatos esportivos, sobretudo futebol. Em relação à capital, seus espaços se dividiam em reportagens sobre as obras da Novacap que ainda aconteciam por toda parte e os principais acontecimentos de Brasília e arredores, crônicas sobre o cotidiano dos novos brasilienses, coluna social, além, claro, das páginas destinadas à publicação de classificados.

No início de sua circulação, o *Correio Braziliense* dedicou muitas edições para enaltecer os projetos que delinearão a nova capital. Outro tema bastante presente nesse primeiro ano do jornal eram as questões que diziam respeito à cidade e ao bem-estar de seus habitantes. Falava-se muito sobre a articulação existente entre o ambiente natural e as estruturas que compunham o ambiente urbano. O meio ambiente era um tema constante no jornal e a integração entre as estruturas da capital e o bioma Cerrado impressionava quem que visitava a cidade. Um exemplo foi a estada em Brasília do prefeito de Granada, cidade espanhola, em novembro de 1958, dois anos antes da inauguração da cidade. Neste período, o canteiro de obras da nova capital deixou esse ilustre hóspede admirado. Em suas palavras: “Nunca pensei que houvesse um plano tão bem feito, tão harmonioso no qual a arquitetura surge como um complemento da natureza do Planalto Central. Brasília é um romance digno de ser contado” (*Correio Braziliense*, 21/04/1960, sem página⁶).

Em uma das primeiras edições do jornal, Brasília é descrita como uma “cidade-

⁶ O desgaste apresentado por algumas edições dos jornais, em suas folhas, tornou impossível a identificação do número de algumas páginas.

céu”, por conta do “belíssimo cenário natural em que se encontra, tornando-o principal participante da composição urbanística-arquitetônica em que se encontra” (Correio Braziliense, 04/08/1960, p. 2). Essa perspectiva do céu como parte integrante da paisagem da capital foi um aspecto intencionado por Lúcio Costa ao escrever seu projeto para a cidade. O urbanista criou com o seu *Relatório do Plano Piloto*, segundo a Jane Jucá (2009), uma cidade que alcançou os preceitos modernistas propostos por Le Corbusier, tendo sido nomeada pelo seu idealizador como cidade-parque.

O projeto de Costa pensa as habitações estando integradas ao terreno, e tudo isso é manejado de forma que a paisagem se destaque aos olhos atentos. Essas características tornam a cidade um projeto raro na história do urbano.

Brasília e cidade-parque são constituídas pelos seguintes aspectos: definição em escalas, abertura da cidade, propriedade pública do solo, parcelamento, hierarquização viária e harmonia do conjunto volumétrico de sua fisionomia, integrado ao terreno. Esse conjunto torna a vegetação essencial para a constituição dos espaços abertos, estruturando e caracterizando, como elemento arquitetônico, estético e ambiental, a cidade-parque. (MONTE JUCÁ, 2009)

A abertura de Brasília, como pontua Monte Jucá (2009), é o que Lúcio Costa conceituou de “desafogo espacial”: os espaços abertos por toda a extensão da cidade, que são garantidos pela propriedade pública do solo. Esse aspecto seria o principal limitador da altura dos prédios. Em relação ao céu de Brasília, Costa o percebe como um elemento essencial de composição do cenário, divide a paisagem com os amplos espaços abertos e torna a cidade “deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda” (MONTE JUCÁ, 2009). Os espaços abertos, por sua vez, serão cobertos por um manto verde de vegetação.

A cidade-parque de Costa é composta por quatro escalas. O centro de Brasília, que contempla o marco zero da cidade e o cruzamento dos eixos leste/oeste e norte/sul, é a chamada escala gregária; o eixo norte/sul pertence à escala residencial, portanto, aos conjuntos habitacionais formados por superquadras. Há, também, a escala bucólica, “representada pelos espaços mais rarefeitos de construções e imersos na vegetação, limitando a extensão da cidade em um enquadramento verde e garantindo visibilidade ao conjunto de escalas” (MONTE JUCÁ, 2009). Por fim, a qualidade de cidade capital é evidenciada, em Brasília, pela escala monumental.

A paisagem de Brasília, que prioriza as áreas abertas em detrimento de ruas fechadas paralelamente por edifícios sólidos, nas palavras de Monte Jucá (2009),

“constrói suas entidades na filiação, a um só tempo, urbana e paisagística”. A descrição da arquiteta sobre a Praça dos três Poderes entra em consonância com a percepção do prefeito de Granada, quando em sua visita à capital ainda em construção. O espaço onde estão reunidos os três Poderes da República – o Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal –

Pode ser visto como um elo entre a cidade, que se situa acima, e as áreas naturais – espaços bucólicos, o lago e as chapadas -, sobre as quais se debruça como mirante. Ou seja, a Praça, além de integrar de forma serena seus palácios, promove a relação entre a cidade e a natureza do sítio, incluindo-as entre seus monumentos (MONTE JUCÁ, 2009).

A superquadra também é entendida como uma praça onde os espaços abertos são garantidos por edifícios espalhados pela superfície verde. Os pilotis limitam os espaços públicos das áreas privadas dos prédios e esse fechamento é efetuado por arbustos e cercas-vivas. O largo dossel arbóreo que faz parte do projeto das superquadras de Brasília incentivou os moradores a se perceberem dividindo um “quintal coletivo”, termo que, segundo Monte Jucá (2009), tem sua invenção creditada a um movimento de artistas das superquadras brasilienses nas décadas de 1980 e 1990.

Assim como inspirava movimentos artísticos, a superquadra foi, e ainda é, conteúdo de inúmeras reportagens do *Correio Braziliense*. O cotidiano dos habitantes de Brasília era abordado, sobretudo, em duas colunas, onde se construía uma espécie de miscelânea sobre acontecimentos diversos que tinham como palco a nova capital. Havia a seção *Visto, Lido e Ouvido*, escrita por Ari Cunha, espaço onde o jornalista tecia comentários sobre a vida social dos moradores, política, cotidiano de Brasília, notas sobre obras que eram realizadas na cidade e meio ambiente. A outra seção se chamava “*Carrossel de Brasília*” e era assinada por Cecília de Queiroz Campos. O conteúdo de ambas as colunas se assemelhava, os temas abordados pela jornalista também compreendiam questões e acontecimentos de ordem política e, também, do cotidiano dos políticos, além de notícias sobre a construção da cidade e do dia-a-dia dos habitantes. Inicialmente, o *Carrossel de Brasília* reuniu algumas crônicas sobre a capital, enquanto ainda em construção, que eram publicadas no *Diário da Noite*, que circulava no Rio de Janeiro e depois eram transcritas nos Diários Associados. Queiroz Campos conta a história da seção:

Um passeio aos arquivos valeu-nos uma reportagem do nascimento legal de Brasília: as crônicas publicadas dos dias 16 a 21 de abril de 1960 nos dão um

retrospecto dos primeiros passos da cidade e, nesta edição do primeiro aniversário do nosso jornal esses trechos, apenas titulados por nós, valem como uma interessante recordação, principalmente para quantos, naquele tempo, como o seu autor, vieram para Brasília também como funcionários, vivendo o drama da separação da família e da mudança forçada. (Carrossel de Brasília, 21/04/1960, p.2).

Esse “drama” mencionado por Campos é aparente nas crônicas publicadas no *Carrossel de Brasília*. Muito do conteúdo publicado correspondia a um certo desgosto pela situação da cidade. Queiroz Campos entende que o processo ocorreu de forma que:

A surpresa inicial dá lugar a uma espécie de deslumbramento, surge, depois, o pessimismo e, finalmente, o novo candango começa a aclimatar-se, graças ao companheirismo espontâneo que enche, parcialmente, o vácuo aberto pela saudade da família. (Carrossel de Brasília, 21/06/1961, p. 2).

Queiroz Campos define o *Carrossel de Brasília* como uma seção honesta, que não necessita de ilustrações porque é recheada de

Vivência, de contradição, de estímulo, de namoro com a Cidade, cheio de arrufos, compensados, no entanto, pelas descobertas principalmente aquela de que todos – mais de mil famílias de funcionários – foram erradicados e tinham que deitar raízes aqui, povoando a solidão do Planalto. (Carrossel de Brasília, 21/04/1961, p. 2).

O conteúdo produzido pelas primeiras edições do *Correio Braziliense*, em particular a sua inaugural, contrasta com as ideias contidas nos comentários de ambas as seções: *Visto, Lido e Ouvido* e *Carrossel de Brasília*. Logo que lançado, o jornal trazia uma constante apreciação da monumentalidade e da experimentação urbano-arquitetônica pela qual a nova capital brasileira se tornara famosa. A legitimação do projeto de Brasília por meio de veículos de informação repercutiu no *Correio Braziliense*, onde, a princípio, foram elaboradas inúmeras matérias celebrando a cidade. Uma vez inaugurada e povoada, os discursos que idealizavam Brasília começaram a dar espaço a uma perspectiva mais realista da capital. As críticas e comentários reunidos nas seções *Visto, Lido e Ouvido* e *Carrossel de Brasília* apresentavam muitas vezes tons de ironia e sarcasmo, e muito se falava sobre a natureza urbana.

Já em agosto de 1960, nota-se certa insatisfação em relação à cidade. Na seção *Visto, Lido e Ouvido*, um dos habitantes da nova capital soa um pouco desgostoso ao falar sobre as condições em que a cidade se encontrava. Ele informa sentir falta da antiga Brasília, aquela dos quatro meses anteriores. Após sua inauguração, algumas intempéries atravessaram a história da capital, desiludindo os habitantes mais idealistas.

Contudo, os discursos insatisfeitos publicados nas duas seções de crônicas do *Correio Braziliense* compartilhavam o espaço com aqueles mais afetuosos e esperançosos.

Mesmo com todas as adversidades enfrentadas pelos novos brasilienses, se mantinha um espírito de entusiasmo, como Queiroz Campos ressalta em uma nota de agosto de 1960. Intitulada “A ‘verve’ não se esgota”, a jornalista observa que apesar de muitos psicólogos dissertarem sobre o espírito das cidades, poucos foram aqueles que se ocuparam com o dos cidadãos de capitais, lugar onde se reuniam as elites intelectuais dos países. No caso da nova capital brasileira, esse grupo teria sido importado do Rio de Janeiro, e o espírito “se apurou na adversidade”. Por essa razão, “responde, com a ironia, à hostilidade do ambiente adusto. À poeira terrível, aos resfriados, no vento sem trégua, às distâncias, aos buracos, à ausência de transporte. Responde, sempre, com uma piada” (Carrossel de Brasília, 16/08/1960, p. 3).

Em seu momento inicial, o conteúdo da seção *Carrossel de Brasília* consistia principalmente em pequenas notas sobre a atuação da Novacap na cidade. A natureza urbana de Brasília também era uma temática abordada regularmente. Logo em uma de suas primeiras edições, a coluna propõe que a seca havia sido a primeira fase de adaptação dos novos moradores, que agora esperavam pela segunda, das chuvas. As preocupações concernentes à população também se faziam presentes, e o problema da falta de asfalto em muitas das superquadras foi abordado sob o título de “Onde a vida é buraco”. A terra, “tão fácil para escavações” (Carrossel de Brasília, 16/08/1960, p. 3), foi molestada de tal maneira que o cenário se assemelhava ao da primeira grande guerra: cheio de trincheiras, que seriam posteriormente preenchidas por instalações subterrâneas. O inconveniente, por um lado, era encarado de forma bem-humorada pelos cidadãos que, já acostumados aos inúmeros buracos que se faziam presentes nas estradas asfaltadas, se referiam a eles por apelidos. “Na estrada que conduz à Imprensa Nacional, uma parelha deles foi apelidada de Olhos de Israel. No caminho para os J.K., buracos idênticos receberam o batismo de Os Dois Irmãos” (Carrossel de Brasília, 16/08/1960, p. 3). Em contrapartida, as escavações nas áreas residenciais representavam um perigo constante para o morador que, como alerta o jornal, mesmo não caindo no buraco durante o dia, poderia cair na volta do trabalho para casa, à noite.

Durante a construção da capital, os trabalhadores, apelidados candangos, dormiam, em sua grande maioria, em agrupamentos habitacionais ao redor de Brasília. Esses locais se distanciavam muitas vezes em até 30 quilômetros da cidade, e eram a única alternativa de moradia para esse grupo de operários que não havia sido absorvido

nas zonas residenciais do Plano Piloto. A criação desses núcleos-periféricos, posteriormente chamados de cidades-satélites, estava nos planos urbanísticos de Lúcio Costa, porém de forma diferente do que de fato aconteceu. Brasília havia sido pensada para atingir uma máxima densidade populacional e, a partir daí, o crescimento urbano ocorreria por meio do estabelecimento de cidades-satélites ao seu redor. O Plano Piloto *per se* jamais passaria por uma expansão urbana, segundo o projeto de Costa (LÚCIO, 2015).

Taguatinga foi uma dessas regiões que surgiu paralela ao Plano Piloto, sua criação se deu por volta do ano de 1958 (FERREIRA, 1985). Uma das *Notas de Taguatinga* – como eram chamadas pelo *Correio Braziliense* as notícias de eventos ocorridos nessa localidade – demonstra que a fauna também foi afetada com a chegada dos novos moradores humanos, e o processo adaptativo contemplou tanto a fauna local quanto a flora. O texto relata que um homem havia sido atacado em seu quintal por uma onça pintada. A vítima foi acudida pelos vizinhos, que ouviram seus gritos, enquanto a onça fugiu para o mato.

Brasília foi inaugurada, ainda inacabada, às pressas, por conta do prazo estipulado pelo governo de Juscelino Kubistchek. As obras seguiram anos adentro. A situação da construção da cidade era noticiada no *Correio Braziliense*, e os comentários e notas sobre esse processo podiam ser lidos nas colunas de Ari Cunha e Queiroz Campos. Esses espaços de formação de opinião pública, em especial o *Carrossel de Brasília*, conectam os leitores do jornal no tocante à cidade. Os comentários muitas vezes sarcásticos dos jornalistas soam como se as obras estivessem sendo administradas de maneira desajeitada. No *Carrossel de Brasília* de agosto de 1960 lê-se: “máquinas de terraplanagem, por vezes, saem arrebentando esgotos, canos, fiação de telefone. (...) A pressa é inimiga da perfeição” (*Carrossel de Brasília*, 19/08/1960, p. 3).

Dessa forma, os moradores de Brasília, que dividiam seu espaço e cotidiano com o canteiro de obras que se estendia pela cidade e com o plantio de mudas de árvores, grama e arbustos, podiam acompanhar não só a olhos nus, mas também pelas colunas do *Correio Braziliense* esta primeira fase do processo de arborização da nova capital.

Para que as obras se iniciassem, as máquinas de terraplanagem deram cabo da vegetação nativa que havia no local onde Brasília seria construída, e esse processo de desmatamento persistiu à medida que a cidade se expandia. Dentre os inúmeros registros documentais sobre a capital, há o documentário *As Primeiras Imagens de Brasília* (1956/1957), do fotógrafo francês Jean Manzon. Neste filme, curiosamente,

Brasília é chamada de a “árvore da vida nacional plantada no Planalto Central”, mas quase não há árvores nas imagens captadas por Manzon. O documentário era apresentado em salas de cinema Brasil afora, e, antes que os filmes pelos quais haviam pagado os ingressos começassem, os brasileiros tinham a oportunidade de assistir a uma seqüência de cenas que, nas palavras de seu idealizador francês, tinha como motivação principal “historiar em imagens os primeiros meses de vida de Brasília”. Uma sinfonia de tom épico abre a película acompanhada de imagens da cidade vistas do alto de um avião e da voz de um pomposo narrador. Em outro momento, a câmera de filmagem, já instalada em terra firme, registra o cenário de longas extensões de terra vazia por onde desfilam dezenas de tratores.

Lúcio Costa enfatizou em seu Plano Piloto a importância da arborização para a execução de seu projeto. Afinal de contas, os amplos espaços abertos descritos por Costa em seu *Relatório do Plano Piloto* garantiriam uma paisagem formada de vazios e um terreno recoberto com grama, arbustos e árvores. Esse cenário que integra o urbano com o verde e encontra o céu no limite do horizonte deveria se realizar de forma concreta e, portanto, era imprescindível que a arborização de Brasília fosse realizada com sucesso.

2.3. Árvores em pauta: o primeiro momento da arborização de Brasília narrado pelo *Correio Braziliense*.

Arborizar uma cidade é um tema que engloba motivações de diversas áreas. Durante a primeira metade do século XX, por exemplo, Le Corbusier e seus discípulos defenderam que espaços amplamente cobertos por vegetação e luz solar eram elementos fundamentais para o bem-estar dos humanos que ali habitassem. A cobertura verde do solo asseguraria a qualidade do oxigênio e por isso era considerada os pulmões do organismo urbano. A cidade verde idealizada por Le Corbusier é de ordem sanitaria e suas propostas buscavam romper com o modelo urbano anterior (REGO, 2015), oriundo da sociedade industrializada e que era considerado, entre outras coisas, sujo, entulhado, tuberculoso e decadente, como é assinalado na Carta de Atenas de 1933:

O núcleo das cidades antigas, cercado pelas muralhas militares, era em geral cheio de construções comprimidas e privadas de espaço. Mas, em compensação, ultrapassada a porta da muralha, os espaços verdes eram imediatamente acessíveis, dando às proximidades um ar de qualidade. Ao longo dos séculos, foram sendo acrescentados anéis urbanos, substituindo a vegetação pela pedra e destruindo as superfícies verdes, pulmões da cidade. Nessas condições, as altas densidades significam o mal-estar e a doença em estado permanente. (item A, segunda parte).

A Brasília modernista projetada por Lúcio Costa foi desenhada conforme a topografia da região e contaria com uma vegetação abundante que se espalharia sobre a paisagem da capital como um manto. O *Relatório do Plano Piloto* previa a prevalência de uma espécie arbórea em cada quadra residencial, diretriz que acabou não sendo seguida no processo de arborização que adentrou os anos seguintes à inauguração da cidade. Com pouco menos de uma década, Brasília já podia ser considerada um “jardim” (ALENCAR et al, 2012). Imagens das duas primeiras décadas de vida da cidade, por outro lado, mostram que aquele foi um momento onde a grama já se alastrava pelos espaços vazios, mas ainda não havia uma presença expressiva das árvores na paisagem.

O processo de arborização aconteceu conforme a articulação de várias forças de influência, entre elas, a proveniente da sociedade brasiliense, com todas as peculiaridades que envolvem a chegada de um grupo a uma cidade construída do zero em alguns anos. A arquitetura e o urbanismo de Brasília já davam a ela um aspecto absolutamente diferente do Rio de Janeiro ou de qualquer outra cidade com as quais aquelas pessoas estivessem acostumadas. Além disso, o contato com um novo clima e uma nova vegetação, o Cerrado, gerava as mais distintas impressões entre os habitantes.

Existem inúmeros benefícios resultantes da arborização e do ajardinamento de áreas urbanas, e as melhorias contemplam uma ampla gama de categorias. Árvores e outras formações vegetais colaboram, entre outras coisas, para a diminuição da poluição atmosférica e sonora, equilibram o microclima, embelezam a cidade, dinamizam as correntes de ar (ROSSETTI et al, 2010). Dentre as várias análises que exemplificam a importância de uma cidade caprichosamente arborizada, está a dissertação de Eugênio de Medeiros (2003), que demonstra como a arborização urbana de Natal (RN) foi submetida a modismos e outras influências socioculturais que levaram a uma diminuição considerável do dossel arbóreo da capital potiguar. Isso estava diretamente conectado com o aumento dos raios ultravioletas (RUV) que invadem a cidade e causam uma maior exposição dos habitantes a determinadas doenças, como o câncer de

pele. Como nos explica o arquiteto, “a cidade está sendo deliberadamente aberta à exposição direta e prolongada a uma quantidade bastante intensa de RUV e, conseqüentemente, se tornando predisposta às oncogêneses e demais afecções” (p. 397).

Medeiros (2003) propõe a ampliação e intensificação da arborização de Natal como uma ferramenta para preservar a saúde e o bem-estar de seus moradores. O fato de que árvores e outras formas vegetais absorvem parte da energia solar para realizar fotossíntese e transpiração implica em uma mudança no balanço energético local e, conseqüentemente, a temperatura abaixa. Isto posto, o autor explora as condições nas quais acredita que a cidade deveria montar seu plano de arborização, e finaliza enfatizando a importância de uma poda de árvores feita de forma adequada e planejada dentro de um panorama geral de silvicultura urbana. A escolha dos espécimes de árvores deve atender à consideração específica de uma cidade com demasiada incidência solar, portanto, priorizar árvores de grande porte em detrimento das de pequeno porte, porque, como afirma Medeiros:

O que está em jogo aqui não é a adequação do vegetal às necessidades urbanas, mas ao contrário, é a adequação do urbano à qualidade de vida e saúde humanas. O direito de todos à salubridade e a plenitude da vida” (p. 398).

A Brasília de Lúcio Costa seria imponente e monumental, uma:

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao *devaneio*⁷ e à *especulação* intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país (Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1991, p. 22).

Costa idealizou uma cidade agradável para seus habitantes, planejando até mesmo áreas para passeio e desfrute coletivo nas superquadras, que seriam adornadas com inúmeros canteiros verdes que proveriam sombra para o deleite dos transeuntes. Uma maior segurança e conforto estariam garantidos pela conexão intermediada entre as ruas localizadas na zona residencial com as avenidas principais – de circulação objetiva e rápida. Essa proposta previa que os automóveis que saíssem das áreas residenciais precisavam passar por um sistema, que ficou conhecido como tesourinhas, para atingir as vias de maior velocidade. Os trabalhos de arborização eram essenciais para assegurar a qualidade de vida dos habitantes de Brasília, e deveriam ser iniciados assim que fosse possível, já que o desmatamento e terraplanagem que sucederam as

⁷ Grafia original

obras da cidade desgastaram a paisagem natural: “Surge, então, um novo cenário urbano, onde a poeira, o sol e os ventos deveriam ser amenizados. Era necessário emoldurar a beleza da arquitetura, vestir o solo com gramado, arborizar” (ALENCAR et al., p. 25, 2012).

Durante seus primeiros anos de circulação, o *Correio Braziliense* informava acerca das possibilidades oferecidas pelo solo de Brasília e especulava sobre o desenvolvimento da atividade agrícola na região. Anualmente havia uma reportagem que atualizava os leitores em relação aos resultados dos trabalhos desenvolvidos nesse setor e também sobre a história desse projeto, iniciado no ano de 1956, junto com os primeiros passos dado para a construção da cidade. Em meio a tantos outros trabalhadores, chegavam ao terreno onde a nova capital seria erguida grupos de funcionários do Ministério da Agricultura, para se estabelecer na região e dar início aos projetos chamados Eta 34, Eta 44 e o Convênio Florestal, “respectivamente de pesquisas agrícolas no tocante à lavoura, pesquisa sobre forrageiras e incremento de produção leiteira e fomento e experiências sobre plantas ornamentais e florestamento” (Correio Braziliense, 21/04/1961, sem página). Esses empreendimentos também visavam contribuir para os trabalhos desempenhados pela Novacap de forma direta e efetiva. Tratava-se da fase germinal do processo de arborização de Brasília, já que para a instalação definitiva dos convênios criados para o desenvolvimento dos projetos “Vieram o Gabinete do Ministro e uma vanguarda de seus órgãos técnicos e de assessoria, bem como grupos de Serviços de Informação Agrícola e Veterinário, grande parte do Serviço Florestal, e representações do Serviço Social Rural e de vários outros órgãos” (Correio Braziliense, 21/04/1961, sem página).

O projeto conduzido pelo Ministério da Agricultura acontecia em três níveis de atuação. Um deles se ocupava do estudo do bioma e da produção de mudas e de sua adaptação para o estabelecimento de um pasto, “visando criar a situação favorável à manutenção de raças bovinas especializadas na produção leiteira” (Correio Braziliense, 14/05/1960, sem página). Esse era o chamado Projeto Eta 44, “mantido pela Divisão de Fomento da Produção Animal em combinação com o Escritório Técnico de Agricultura” (21/04/1961), que administrava uma fazenda no quilômetro 26 da Estrada de Planaltina, onde eram testados métodos de criação de animais de pequeno e grande

porte. O trabalho mais relevante desempenhado pela propriedade era a produção de capineiras⁸ eficientes no solo da região.

A colaboração do Ministério da Agricultura, do Escritório Técnico de Agricultura e da Novacap tornou possível o Projeto Eta 44, onde seriam dados os primeiros passos para o desenvolvimento agrícola da região. Sendo assim, a compreensão do solo da região se tornou o escopo de maior relevância dentre as atividades desempenhadas na Fazenda Sucupira. O *Correio Braziliense* afirma que “Como cobertura de solo, por exemplo, estão sendo usadas várias espécies vegetais inclusive [indecifrável], a batata-doce. O sorgo, leguminosas e forrageiras diversas que estão obtendo valiosos resultados: entre outros o trigo sarraceno e a *crotalariajuncea*” (Correio Braziliense, 21/04/1961, sem página).

A área em questão já havia sido considerada “uma das piores terras do Brasil” e agora jazia “totalmente recuperada como resultado dos novos métodos de tratamento empregados” (Correio Braziliense, 21/04/1961). Neste local, que ficava a 23 quilômetros da sede da Novacap, técnicos brasileiros e norte-americanos fizeram o levantamento topográfico e geológico, e elaboravam estudos sobre o sistema ecológico. O *Correio Braziliense* explica a seus leitores que a Fazenda Sucupira funcionava “como um vasto laboratório cujos resultados práticos serão estendidos depois a todo o quadrilátero do Distrito Federal”, e que ali também eram produzidas “mudas de árvores frutíferas de espécies adaptadas ao solo de Brasília e destinadas à venda aos agricultores” (21/04/1961, sem página).

Finalmente, havia o “Convênio Florestal”, um espaço destinado à produção de mudas a serem posteriormente empregadas na arborização da nova capital da nação brasileira, em processos de reflorestamento a serem realizados na região e na elaboração de técnicas de “cortinas de isolamento e quebra vento ao redor de Brasília” (Correio Braziliense, 21/04/1961, sem página). Eram realizadas, no local, experiências com mudas de tipos variados de forma a observar aquelas que melhor se adaptassem ao Cerrado. Segundo o *Correio Braziliense*, já se era possível identificar um desenvolvimento satisfatório de árvores como “a Nogueira de Iguape, o Sombrero, a Casuarina e o Flamboyant” (21/04/1961, sem página). O “Convênio” contava também com um espaço de produção de mudas ornamentais que seriam distribuídas em zonas residenciais, instituições, escolas, entre outros locais. Sua principal atividade, contudo,

⁸Capineiras são áreas de terra onde são plantadas gramíneas de alto potencial de forragem para a alimentação animal.

era o estabelecimento de cortinas quebra vento ao redor de Brasília, que proporcionariam, “no dizer dos técnicos, uma das condições indispensáveis ao estabelecimento de plantações diversas, seja de hortas, seja de jardins, ou mesmo de reflorestamento intensivo” (Correio Braziliense, 21/04/1961, sem página).

Dentre as espécies produzidas no Projeto, a casuarina se destacava como aquela que melhor teria se adaptado ao clima do Distrito Federal. Centenas de mudas de casuariana, que chegam a ultrapassar os 10 metros de altura, já vinham sendo cultivadas no Convênio Florestal com o intuito de serem sequencialmente plantadas ao redor da cidade, formando a barreira que o Ministério da Agricultura planejou, de forma a garantir resultados favoráveis para a agricultura e ajardinamento locais.

Algumas mudas foram plantadas anteriormente à inauguração da cidade, sobretudo para que ajudassem a amortecer “os impactos ambientais causados pelas obras que aconteciam em ritmo acelerado” (ALENCAR et al., 2012, p. 26). Contudo, o plantio mais expressivo de mudas só teve início um pouco antes da inauguração de Brasília, em 1960, e adentrou as décadas seguintes. Em uma de suas primeiras edições, o *Correio Braziliense* noticia a primeira tentativa de ajardinamento da Praça dos Três Poderes, um dos mais importantes locais da capital do país. A nota publicada anunciava que o projeto havia sido aprovado pela Novacap e os trabalhos deveriam ser iniciados, no Plano Piloto, o quanto antes, assim que as primeiras gotas e nuvens acinzentadas anunciassem a chegada da temporada de chuvas (Correio Braziliense, 1960, 1ª ed).

As notícias posteriores sobre o processo de arborização da cidade eram, em sua maioria, publicadas nas seções *Carrossel de Brasília* e *Visto, Lido e Ouvido*. Em agosto de 1960, Queiroz Campos abordou esta temática em nota intitulada “O Problema da Arborização”. A jornalista entendia como transtorno o fato de que as espécies inicialmente selecionadas para serem instaladas no Cerrado – eucaliptos e pinheiros americanos – tivessem um custo muito alto para o já altíssimo orçamento destinado à construção da capital. Nos cálculos apresentados por Campos, foram incluídos “a defesa contra pragas e a guarda contra incêndios e desmatamento” (Carrossel de Brasília, 14/08/1960, sem página). A atividade de arborizar a cidade era percebida pela jornalista, portanto, como um custo financeiro que excedia o planejado e afastava o cenário futuro em que Brasília se tornaria, em suas palavras, “em menos de vinte anos, uma capital autofinanciável” (Carrossel de Brasília, 14/08/1960, sem página).

No mês seguinte, foi registrado no *Carrossel de Brasília* o fato de que estava sendo espalhada terra negra pela Praça dos Três Poderes, que era coberta por uma

camada de terra avermelhada, tão característica do Cerrado, bioma predominante na região, composto por formação vegetal de “árvores de porte elevado até ervas esparsas, formando um mosaico com a vegetação de Matas de Galeria e Ciliares em torno das drenagens e rios” (EMBRAPA, 2004, p. 8). Esse evento marcaria a terceira tentativa de arborização de um dos locais de maior importância da cidade e, segundo o jornal, “as duas primeiras frustraram-se pela seca inclemente” (Carrossel de Brasília, 22/09/1960, sem página). Os aspectos naturais do Planalto Central tornaram a arborização da cidade um desafio para os técnicos responsáveis pela execução de tão árdua tarefa. O clima da região é classificado pelo sistema Köppen-Geiger “entre os tipos tropical de savana e temperado chuvoso de inverno seco” (EMBRAPA, 2004, p. 8). Essas características garantem duas estações do ano bem distintas: uma chuvosa e quente, que se estende entre os meses de outubro a abril; outra marcada pela estiagem das chuvas, de maio a setembro, tornando o clima mais seco e frio durante o inverno. Esse aspecto do clima local “é responsável pelo alto grau de intemperização⁹ dos solos e por sua baixa fertilidade natural, que, apesar de serem profundos, apresentam restrições quanto à disponibilidade de nutrientes e grandes quantidades de alumínio e ferro disponíveis” (LIMA E JÚNIOR, 2010, p. 115).

À vista disso, os técnicos responsáveis pelo plantio depositaram suas esperanças na estação das chuvas, previstas para outubro. A opinião do jornal sobre essa questão, por um lado, não inspira confiança:

Os que entendem de jardins, como Burle Marx, duvidam muito dessa terra ácida e paupérrima de matéria orgânica. Israel insiste, não desiste. Lembra que os israelenses já conquistaram duzentos quilômetros quadrados de terra para a lavoura, no deserto de Négueve. (Carrossel de Brasília, 22/09/1960, sem página).

Israel Pinheiro, citado na passagem do jornal, era o chefe da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a Novacap. Tal empresa possuía autonomia para reger e organizar os assuntos referentes à construção de Brasília. Segundo um de seus funcionários pioneiros, o engenheiro agrônomo Francisco Ozanan Alencar, tratava-se de “uma espécie de hiper ministério com poderes para tudo” (ALENCAR, p. 14, 2004¹⁰). Dentre as funções desempenhadas pela Novacap, estava a de ajardinar a cidade e enriquecê-la com áreas verdes. Além das mudas produzidas pelo Ministério da

⁹ Processo geológico de transformação de rocha em solo.

¹⁰ ALENCAR, Francisco Ozanan Correia Coelho de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2004. 24p.

Agricultura, a Novacap criou, no ano de 1960, seu Viveiro de Plantas Ornamentais, a princípio chamado de Canteiro de Plantas da Divisão de Parques e Jardins, futuro Departamento de Parques e Jardins (DPJ-DF). Nas palavras de uma das figuras que estiveram presentes naquele momento, o engenheiro Ozanan, o Viveiro era “uma coisinha embrionária” (OZANAN, 2004, p. 14). Mesmo assim, por conta de sua área que se estendia por 22 hectares, ele ostentava o título de maior canteiro de plantas do país. A criação do Viveiro I foi uma das primeiras medidas decretadas pelo DPJ-DF, e a esse espaço cabia:

Garantir a produção de mudas de árvores, palmáceas, herbáceas, gramíneas, flores e arbustos [...]. As construções dos ripados eram rústicas, com estruturas de madeira e cobertura de telhas de amianto. As sementeiras, algumas existentes até hoje, com contenção em alvenaria eram bem simples. (ALENCAR et al., p. 42, 2012).

Durante este momento inicial, a chefia ficou a cargo de Stênio de Araújo Barros, que orientava uma equipe composta por poucas pessoas. Ao DPJ-DF foi entregue a função de cultivar mudas de plantas diversas no viveiro e depois plantá-las pela cidade. No final da década de 1960, Barros estava à procura de um rapaz recém-formado para integrar a equipe e, graças a uma rede de contatos, chegou a Brasília para trabalhar no setor, em 1969, um jovem agrônomo cearense chamado Francisco Ozanan Correa Coelho de Alencar. Primeiramente no setor de Fitossanidades, ou seja, controle de pragas e doenças das plantas, que era a tarefa pela qual ele tinha predileção. Alguns anos mais tarde ele assumiu a chefia da Divisão de Conservação do DPJ-DF e, pouco mais de três anos após a sua chegada na capital, virou assessor de Barros.

Uma de suas funções como assessor era substituir o então chefe do DPJ-DF quando este se ausentava. Sobre essa situação, Ozanan (2004) lembra que se considerava imaturo e inexperiente, de forma que a tarefa o amedrontava. Seu primeiro momento como chefe, por conta da ausência de Barros, foi marcado por um evento de ordem natural. Segundo Ozanan, ao chegar segunda-feira ao prédio onde trabalhava:

Naquele prédio ali do DRH, aquele prédio de lá era o nosso depósito de material, e aí tinha dado uma chuva enorme em janeiro, e uma telha daquela caiu e entrou água no depósito de material, quando eu cheguei ali às 6:30 da manhã... (estava) tudo alagado, falei ‘meu Deus, no primeiro dia, quê que eu vou fazer? Ai meu Deus’. Mas, sempre tem solução para tudo, não é? (2004, P. 12-13).

Foi com esse espírito confiante que o jovem Ozanan e outros funcionários do DPJ-DF encaram a tarefa de “verdejar” Brasília, enfrentando os percalços que

apareciam pelo caminho. Ozanan, ao rememorar como se sentiu naquele momento de sua vida, afirma que “diante daquela vermelhidão, lama, lacerdinha, o céu infinito”, lhe parecia que “arborizar era trabalho *pra*¹¹ mais de 100 anos” (ALENCAR, 2012, p. 18).

O plantio de mudas pela capital não durou um século, como o próprio Ozanan pôde constatar nas suas mais de três décadas como funcionário da Novacap, das quais 23 anos desempenhando a função de chefe do departamento. Como a natureza é um sistema dinâmico, realizado o plantio, eram necessárias manutenções regulares para que o potencial de benefícios fosse alcançado (NOWAK e DWYER, 2010).

O processo de arborização de uma cidade e a relação construída entre os cidadãos e a natureza urbana não estão livres de tensões e ambiguidades. Para Regina Horta Duarte (2007), o ambiente urbano é um meio onde

A natureza é ali tão explicitamente construída pela ação humana quanto necessária à constituição de um espaço em que seja possível viver. Em suas mais variadas práticas cotidianas e em suas opções políticas, os homens constituem seu ambiente. E, certamente, quando discutem sobre as árvores de suas ruas, ou sobre os jardins de suas cidades, travam um importante momento do debate maior sobre a sociedade em que desejam viver e quais valores deverão prevalecer. (p. 42).

Entre os diversos assuntos abordados pelo *Correio Braziliense*, havia passagens sobre o meio ambiente, mas, este não era um tema muito frequente nas páginas do jornal. Em agosto de 1960, é noticiada a programação cultural em comemoração ao Dia da Árvore, que se aproximava. Essa celebração não se restringia a apenas um dia e suas festividades foram estendidas para o curso de uma semana, transformando o evento em uma “Semana da Árvore”. Durante esse acontecimento, foram plantadas 25 mil árvores no Eixo Rodoviário e inaugurada a XIII Exposição Florestal. A presença do presidente Juscelino Kubistchek estava prevista para o coquetel de abertura da mostra, que poderia ser acessada pelo público a partir do dia seguinte. O *Correio Braziliense* informa que tal evento era “uma iniciativa do Ministério da Agricultura no sentido de incentivar o plantio de árvores em todo o território nacional”. (13/08/1960, sem página).

O Dia da Árvore é comemorado, no Brasil, no dia 21 de setembro. A comemoração da data aconteceu pela primeira vez em 1902, e foi inspirada por Alberto Loefgren, um sueco que se mudou para o Brasil e teve atuação destacada em instituições como a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, durante o final do século XIX e o início do século XX (FRANCO&DRUMMOND, 2009). A oficialização do Dia da Árvore ocorreu, por meio

¹¹ Grafia original.

de um decreto, em 1925. As comemorações acontecem até hoje e embora seja possível identificar regularidades nos discursos de enaltecimento das árvores, como a importância delas para o embelezamento das cidades e para melhorar a qualidade do ar e do clima, a constância e a repetição não implicam necessariamente em dizer que os discursos produzidos por diferentes grupos sociais, em diferentes épocas da história, são os mesmos. Uma análise mais elaborada demonstra as singularidades inerentes a cada um deles (DUARTE e OSTOS, 2005).

Para Duarte e Ostos (2005), “o olhar mais atento pode evidenciar como os mesmos temas foram revestidos de significados diferentes, em épocas de enfrentamento de valores e interesses diversos no âmbito da sociedade brasileira” (p. 74). As comemorações do Dia da Árvore, pelo Brasil afora, apresentam peculiaridades, descontinuidades relacionadas com o tempo e o espaço em que elas se realizam, e com a diversidade de valores compartilhados por variados agrupamentos sociais e urbanos que constituem a nação brasileira. Por isso, a análise desses eventos, heterogêneos entre si, demonstra a articulação existente entre uma determinada sociedade urbana ou rural e as árvores da cidade, do campo ou de paisagens selvagens (DUARTE e OSTOS, 2005; DRUMMOND, 2007).

As celebrações pelas árvores, uma vez ao ano endossavam uma imagem que a elite dominante projetava para a nação brasileira. As festividades pelo Dia da Árvore, em Belo Horizonte, capital mineira, realizadas entre os anos 1920 e 1970, se caracterizavam por ser um evento escolar para crianças, organizado por adultos, e os temas encorajavam o amor e cuidados com as árvores, mas também enalteciam valores patrióticos e respeito à família tradicional. Neste contexto, descrito por Duarte e Ostos (2005), as comemorações pelo Dia da Árvore mesclavam uma série de simbolismos que apontavam para o Brasil pretendido pela elite política. A comemoração do Dia da Árvore, do ano de 1922, teve como palco os jardins do Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro, onde centenas de crianças vibravam com a chegada de um ipê amarelo e de um cedro que seriam ali plantados. Ambas as árvores carregavam um significado simbólico: as cores do ipê, amarelo e verde, o aproximavam da bandeira do Brasil e o cedro representava as florestas brasileiras. Nesse contexto, as árvores do país “surgiam como um verdadeiro monumento histórico” (DUARTE e OSTOS, 2005, p. 76). Elas eram parte integrante do conjunto de intenções que a elite ambicionava para a nação brasileira.

As festividades pelo Dia da Árvore, em Belo Horizonte, se organizavam em torno de duas ideias principais. Em uma delas as árvores são percebidas como figuras maternas, que nutrem e zelam pela humanidade:

Generosa e abnegada, a árvore se sacrificaria pelo homem, assim como nas idealizações, na época, da mãe exemplar. Numa ideologia dominante da família como núcleo básico da organização social – e portanto numa visão claramente biológica da sociedade – tal analogia consolidava o cultivo de valores que interligavam sombra/alimento/proteção ao amor às árvores, à família, à sociedade e, especialmente, à Nação (DUARTE e OSTOS, 2005, p. 76-77).

A segunda concepção apresenta as árvores como um elo entre os seres humanos e a natureza, de forma que a humanidade como um todo se reuniria em torno desse vegetal como uma grande nação. Ambas as imagens propostas sugerem um entendimento organicista da sociedade, com seu funcionamento estabelecido em uma dinâmica de colaboração e solidariedade entre seus membros (DUARTE, 2007). Revigorar a identidade nacional foi uma missão que os intelectuais se impuseram nos anos 1920-1940. As condições em que se encontrava o Brasil eram consideradas uma herança da República Velha e do liberalismo. Havia, portanto, a crença de que o patriotismo iria decorrer do fortalecimento estatal, o que ajudaria a diluir as diferenças entre os estados brasileiros, trazendo coesão para a nação (FRANCO e DRUMMOND, 2009). A sociedade brasileira deveria ser entendida como uma unidade orgânica, as suas partes seriam integradas no todo, “sem contradições. A meta valorizada por esse modo de conceber a sociedade era neutralizar os focos de conflitos sociais, tornando as classes (órgãos) solidárias umas com as outras” (FRANCO e DRUMMOND, 2009, p. 213).

Diversos temas foram objeto de debate no Brasil dos anos 1920-1940: o trabalho, a indústria, a educação, a saúde, o arcabouço jurídico-institucional, as manifestações culturais, o patrimônio histórico e a proteção à natureza. Como foi visto no primeiro capítulo, havia um grupo constituído por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, organizados em torno do tema da proteção da natureza no Brasil. Tratava-se de construir uma percepção mais aprofundada da natureza brasileira, do ponto de vista científico, da apreciação estética e da relação com a identidade e o orgulho nacionais. Esse grupo acompanhava os avanços ocorridos em outras partes do mundo na legislação, eventos, congressos e estudos científicos, entre outras ações em que a questão ambiental se fazia presente. Ou seja, situações que poderiam ser utilizadas como exemplo e adaptadas à realidade brasileira. Para a maioria dos

intelectuais, o fortalecimento da identidade nacional se daria a partir da presença de um Estado forte e capaz de “organizar” a sociedade, de cima para baixo (FRANCO e DRUMMOND, 2009).

A ideia de fortalecer o poder do Estado, em detrimento de uma política liberal, agradava se tornou hegemônica no ideário político nacional. Getúlio Vargas ascendeu ao poder, em 1930, justamente como representante dessa perspectiva autoritária de sociedade e de Estado. A regência provisória de Vargas – que se estendeu entre 1937 e 1945 e foi estabelecida por meio de um golpe de Estado – foi um momento de recrudescimento da centralização política, tendo havido uma forte propaganda ideológica a favor do governo. Houve, também, uma estruturação da ideia de patrimônio nacional, que contemplou “bens móveis e imóveis, cuja conservação seria de interesse público por sua vinculação à história, pelo valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico” (DUARTE e OSTOS, 2005, p. 78). As paisagens naturais brasileiras foram absorvidas como patrimônio nacional nesse contexto, logo, “consolidava-se a imagem de natureza como bem público a ser protegido pelo Estado” (DUARTE e OSTOS, 2005, p. 78). As escolhas que orquestraram a criação de áreas protegidas, contudo, indicam que os interesses econômicos e sociais prevaleceram, principalmente sobre motivações de cunho conservacionista e ecológico. O desenvolvimento do país, sua industrialização e a abundância de recursos naturais ainda se mantinham como temas centrais e de profunda importância na política de Estado (DUARTE e OSTOS, 2005; FRANCO e DRUMMOND, 2009).

Os discursos em defesa da proteção à natureza nos anos 1920-1940 se estruturavam a partir de uma visão de mundo inspirada pelo romantismo e pelo campo emergente da ecologia. No relatório da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada em 1934, há uma disposição romântica diante do mundo natural. O romantismo convergia com as concepções da ciência da ecologia, a chamada economia da natureza, que vinha sendo delineada desde o século XIX. A noção proposta pela ecologia de que a natureza funciona como uma totalidade caracterizada pela interação e interdependência entre as suas partes era compartilhada:

Familiarizados com a tradição romântica e atualizados no que diz respeito às pesquisas no campo da ecologia, os cientistas do grupo de protetores da natureza percebiam o mundo natural como uma totalidade orgânica e defendiam a necessidade de um conhecimento sobre a natureza brasileira capaz de considerar, ao mesmo tempo, as faculdades da razão científica e da sensibilidade estética. Nessa perspectiva, o grupo elaborou suas estratégias de

uso racional dos recursos naturais e de preservação da diversidade da vida, inserindo-as naquele projeto mais amplo de “organizar a nação” e constituir sua “identidade”. (FRANCO e DRUMMOND, 2009, p. 217).

O grupo de protetores da natureza alcançou relativo sucesso e influenciou a elaboração de leis e políticas de proteção à natureza. Entre os principais nomes envolvidos com o tema da proteção à natureza estavam Cândido de Mello Leitão, Frederico Carlos Hoehne, Alberto José Sampaio, Armando Magalhães Corrêa, Heloísa Alberto Torres, Bertha Lutz e Edgard Roquette-Pinto. Franco e Drummond (2012) entendem que:

O pensamento elaborado por esses protetores da natureza dos anos 1920-1940 vinculava preocupações pontuais, como, por exemplo, o estabelecimento de reservas naturais, a um projeto mais amplo de construção da nacionalidade. Desse modo, foi capaz de mobilizar o sentimento de grupos e associações cívicas, garantir espaço junto às instâncias deliberativas do governo Vargas e ajudar a aprovação de uma série de leis, decretos e regulamentos de proteção da natureza e de criação dos primeiros parques nacionais. (p. 350).

No plano mais geral da sociedade e da economia nacionais, o grupo de protetores da natureza teve as suas ambições frustradas diante do projeto político mais amplo do desenvolvimentismo, que se tornou hegemônico. Fosse a iniciativa privada ou o Estado a explorar os recursos naturais, a sociedade brasileira e os seus governos apoiaram o crescimento econômico sem pesar muito os custos ambientais. Para Franco e Drummond (2012):

Embora estivesse em sintonia com o discurso nacionalista e cientificista em voga na época, esse grupo e as suas aspirações submergiram na “maré desenvolvimentista” das décadas seguintes. Isso justifica a frustração do grupo frente à insuficiência das medidas adotadas para proteger a natureza. Ficou para eles e os seus seguidores a impressão de que os imperativos da ciência não estavam sendo ouvidos no processo de “reorganização” do Brasil e de que a natureza, “fonte da vida”, na verdade, contava pouco como componente da “identidade nacional”. (pp. 350-351).

O desenvolvimento do país a qualquer custo, mesmo com a destruição dos recursos naturais, tem sido a realidade brasileira até os dias atuais. E foi munido desse ideal desenvolvimentista que Juscelino Kubistchek perseguiu a urbanização do Centro-Oeste brasileiro, visando o florescimento econômico da região. Do mesmo modo que na Era Vargas, Juscelino atendeu a reivindicações pontuais relacionadas com a proteção da natureza e com a garantia de um ambiente saudável. Mas, a perspectiva

dominante apontava na direção do desenvolvimento e do crescimento da economia. E nesse aspecto, nada podia ficar no caminho, os custos eram pouco pesados, e os benefícios superestimados. A aventura da construção de Brasília implicava em uma boa dose de imprevidência, sobretudo no que diz respeito às precauções relacionadas com o manejo do meio ambiente.

A comitiva responsável por construir Brasília se deparou com inúmeros obstáculos e situações não previstas, que eram consequências do fato de que a cidade é, como entende Holston (2004), mais um exemplo de uma certa “habilidade de improvisação pela qual o Brasil é famoso” (p. 159). O projeto, concluído em três anos e meio, foi resultado dos esforços de milhares de pessoas, entre eles o candango – o operário – que executava suas tarefas sem preparo prévio, sem recursos em mãos e com um expediente de carga horária quase ilimitada. As condições de trabalho de um candango o aproximavam de um *bricoleur*, e suas capacidades de improvisar e desenvolver técnicas a partir das poucas ferramentas disponíveis também possibilitavam a rápida ascensão por meio de promoções para os operários mais engenhosos (HOLSTON, 2004).

Dentro dessa mesma realidade de improvisação e recursos escassos foi feita a arborização da cidade. A equipe do DPJ-DF enfrentou um incontável desfile de cenários não previstos. As surpresas ocorriam também porque a atividade do plantio de árvores, arbustos e grama se articulavam com as peculiaridades da natureza onde a cidade estava sendo erguida. Em uma das colunas do *Carrossel de Brasília*, de outubro de 1960, a arborização da cidade foi chamada de “tarefa de Sísifo”, por se tratar de uma atividade que se alongava sem muito êxito desde o seu início. O barro seco da cidade tragava incontáveis horas de trabalho, além de grandes somas de dinheiro. A tarefa, considerada árdua e custosa, por sua vez, teria dado certo:

Em certos vales privilegiados. Onde o vale pré-existira, a grama nasceu: mas onde ele foi feito pelos tratores, erigindo paredes laterais de barro, a terra permanece tão maninha quanto antes: e é assim que a grama não nasce na Praça dos Três Poderes, onde até parece que houve uma cavallhada das hordas de Átila (*Carrossel de Brasília*, 12/10/1960, sem página).

Uma vez apresentadas as complexidades que se destacavam no processo, e todas as preocupações inerentes – como a que diz respeito à dificuldade de se verdejar aquele que seria um dos locais mais importantes para o país: a Praça dos Três Poderes, que inclusive já ultrapassava três tentativas falidas – o leitor é, em seguida, exposto aos

próximos passos do DPJ-DF. Para transpor os reveses, os funcionários do departamento espalhavam sobre o barro vermelho que cobria os terrenos um adubo seco proveniente de regiões próximas. Ato este que é entendido como o recurso final de um projeto que se tornava cada vez mais caro, nas palavras da própria jornalista:

A última solução – depois de moídos mais de cem milhões de cruzeiros – é polvilhar o barro vermelho com o adubo seco das terras circunvizinhas. Agora, o “lacerdinha”, levanta poeiras coloridas: uma vermelha, outra arroxeadada. Mas essa terra nova possui matéria orgânica, embora o seu índice de acidez seja igual ao daquela que recobre, como um manto de dez centímetros de espessura. Espera-se que a soalheira de trinta dias corrija a acidez da terra negra e, vindas as chuvas de novembro, a grama possa nascer. Estamos acompanhando essa nova aventura paisagística, sem muita confiança em seu êxito. (Carrossel de Brasília, 12/10/60, sem página)

As rajadas de vento pela cidade, bastantes presentes nessa época, foram apelidadas de “lacerdinha” e os incômodos causados por sua presença viravam notícia. Não era possível estender a roupa no varal sem experimentar, ao menos uma vez, a tragédia de vê-la sendo vítima do famigerado “lacerdinha”. A mistura de vento e poeira alcançava até o sexto andar dos edifícios das superquadras e, porque formava redemoinhos, a população da cidade também se referia a ela como “saci”. Em nota do *Carrossel de Brasília* sobre essa figura tão presente na vida dos moradores da cidade, intitulada “O Paraíso do Saci”, lê-se:

É o vento levantando anúguas e entranhando pó nas <perucas>femininas. A poeira não respeita frinchas e frestas: está por toda parte. Deposita-se nos tapetes, desafiando os aspiradores. Na câmara, o deputado Vasconcelos Torres já pediu a Comissão de Saúde mande examinar aquela poeira, para ver se não provoca uma grave pneumoconiose (Carrossel de Brasília, 1960, p. 3).

Em relação à espera pelas chuvas, não se pode dizer que o tom usado por Queiroz Campos denote muita animação. Há uma certa convicção de que as chuvas, previstas para novembro, consigam revitalizar o terreno e desabrochar as mudas. Porém, como o título dessa nota, a arborização da cidade é descrita como uma “aventura paisagística” desastrada que desperta insegurança.

Na seção *Visto, Lido e Ouvido*, de outubro de 1960, o tema foi destacado pelo jornalista que informou que “um morador da Caixa Econômica, na quadra 17” (16/10/1960, sem página), insatisfeito com os poucos resultados provenientes das tentativas de arborização, se decidiu por plantar de forma autônoma no terreno próximo de sua residência. As espécies escolhidas foram aquelas que poderiam ser revertidas

para o consumo: feijão e milho. E, apesar de não ter havido colheita até o momento em que o jornal averiguou a situação, o espaço se tornara “muito verde e bonito” (Visto, lido e Ouvido, 16/01/1960, sem página). A nota menciona também que o processo de arborização busca a perfeição, que se torna cada vez mais inacessível e árdua, e a terra era considerada a grande responsável pelo insucesso da tarefa.

As notas sobre o meio ambiente dividiam espaço no *Carrossel de Brasília* com outros temas como política e cotidiano da cidade. Em meados de outubro de 1960, para o deleite da população brasiliense, o *Carrossel de Brasília* registra uma das primeiras chuvas na região. Porém, o chuvisco não teria sido suficiente para aliviar o calor que beirava os 30° Celsius. As dificuldades para enfrentar o calor tornavam os “convites para jantar nas granjas próximas” (13/10/60, sem página) um item de valor estimado entre os jornalistas, de acordo com Queiroz Campos.

As tão aguardadas chuvas continuaram sendo tópico na coluna pelos dias seguintes. Principalmente porque os trabalhos de arborização naquele período consistiam, principalmente, em espalhar a tal terra negra, o adubo, que, entretanto, sumia em alguns dias. Restava aos habitantes de Brasília “rezar pela chuva e fazer figa ao brasão¹²” (Carrossel de Brasília, 14/10/1960, sem página). A população da cidade começara a demonstrar sinais de impaciência com a demora e falibilidade do processo de ajardinamento dos canteiros. Arborizar a cidade significava amenizar o aspecto inacabado, com o chão de lama e buracos que faziam parte do cenário de Brasília e motivavam o incômodo nos moradores.

Ari Cunha demonstrou, em outubro de 1960, a sua aflição em relação às obras que vinham se desenrolando para a construção de alguns edifícios. O jornalista afirmava que para a realização de tal feito, muitas árvores eram desnecessariamente “sacrificadas”. O resultado foi uma paisagem com pouquíssimo verde, o que desagradou a população e, portanto, as duas últimas árvores restantes seriam preservadas.

Arborizar e ajardinar Brasília era um dos pontos principais para a humanização da cidade. Outros pontos em destaque eram ampliar a “vida associativa nas superquadras, quadras de esportes, locais públicos para concertos, teatros, cinemas, locais adequados para piqueniques e mais divertimento para o povo” (Visto, Lido e

¹² O brasão citado pela jornalista é aquele que pertence a cidade e era honrosamente exibido durante eventos da Novacap.

Ouvindo, 16/10/1960, p. 2). Esse projeto de “humanização”, como foi chamado, estava sendo desenvolvido pelo deputado Paulo de Tarso, que, ao lado de Juscelino Kubistchek, afirmava Ari Cunha, eram pessoas bastante empolgadas com a cidade.

Em janeiro do ano seguinte, 1961, o subsolo de Brasília começou a ser estudado. Essa informação foi noticiada na seção que reunia assuntos da Novacap, tais como os procedimentos que vinham sendo realizados na cidade e os comentários referentes a figuras de destaque, como Israel Pinheiro – ao qual o *Correio Braziliense* se referia, naquele momento, como o “prefeito” de Brasília. O primeiro poço perfurado para estudo foi feito no terreno da região já nomeada “Cruzeiro”, e atingiu 300 metros de profundidade. O primeiro dia de perfuração reuniu várias autoridades, entre elas Israel Pinheiro.

Paulo Bertran (2011) chamava o Planalto Central de mares de chapadas, porque assim como o “Oceano Atlântico se aprofunda entre a América do Sul e a África, o Planalto brasileiro sobe do litoral até Brasília, dali descendo ao pé da cordilheira andina” (p. 32). O solo do Planalto Central remonta a dois bilhões de anos e é um dos mais antigos sedimentos do planeta. Essa região passou por uma sucessão infindável de processos:

Desmesurada voragem da História da Terra, tanto grandes movimentos tectônicos de fraturamento e esmagamento de rochas, quanto os humildes e cotidianos de erosão, de lixiviação e de rastejamento de detritos, alteraram centenas de vezes a paisagem que nós, desnaturados urbanoides, vemos através das grades dos apartamentos. Grandes massas de terras ergueram-se ou afundaram-se, cordilheiras altíssimas levantaram-se e desapareceram, roídas pela erosão, fraturadas e esmagadas. (BERTRAN, 2011, p. 32).

O resultado é que o quadrilátero demarcado por Luís Cruls em 1892, o Distrito Federal, e, dessa maneira, Brasília, corresponde a um terreno de cerca de um bilhão de anos, composto por aglomerados de rochas como quartzitos, ardósias, calcários, as chamadas rochas Paranoá, e ritmitos. As antigas sedimentações rochosas que se formaram na região podem ser encontradas na altura dos 10 metros de profundidade no subsolo do Distrito Federal. Lúcio Costa escolheu localizar o Plano Piloto de seu projeto nos vales que havia na região. O perímetro é cercado por serras e chapadas no entorno do Lago Paranoá. Pelos lados e por trás, o “avião” de Lúcio Costa estreita-se contra as chapadas de Contagem de Taguatinga e do Gama. Há também o fato de que o paredão natural que circunda Brasília pode fazer com ela se torne excessivamente quente quando em períodos de inverno muito seco (BERTRAN, 2011).

O calor enfrentado pela população da cidade, assim como a seca derradeira eram apontados frequentemente no *Correio Braziliense* como aspectos da cidade aos quais seus habitantes se tornaram mais sensíveis e incomodados. Havia constantemente comparações com a antiga capital, o Rio de Janeiro. Competição que Brasília quase sempre perdia, por não possuir a mesma desenvoltura cultural, praia, vida social, entre outros aspectos que, aos olhos dos moradores e visitantes da nova capital, tornavam o Rio um lugar charmoso quando comparado à altivez fria e seca do Cerrado.

Em uma nota curiosa, na qual podemos observar essa comparação entre o Rio de Janeiro e Brasília, publicada na seção *Carrossel de Brasília*, Queiroz Campos lembra a seus leitores que os cariocas estavam enfrentando, em janeiro de 1961, um calor de 42 graus à sombra. Este era o maior calor já registrado na história da Cidade Maravilhosa até aquele momento. Tal fato, para a jornalista, devia servir de consolo aos saudosistas moradores de Brasília, que tanto falavam em deixar a cidade para regressar ao que ela se refere como “velhacap”. Brasília tinha seus defeitos:

Aqui há mosquitos, lama, buracos, faltam transportes, temos um cinema apenas e um supermercado, mas, em compensação, ninguém sua de graça. É preciso pegar no pesado, para transpirar um pouco. Mas quem já viu burocrata <fazer física> no emprego?”(*Correio Braziliense*, 20/01/1961, p. 3).

Os brasilienses teriam muito tempo pela frente para reclamar da seca desértica que assola a cidade durante alguns meses do ano. A nota jornalística em questão data do auge do verão, quando o ambiente fica consideravelmente mais úmido por conta das chuvas. Janeiro de 1961 foi também um mês com notícias promissoras no que dizia respeito à arborização da cidade. Os leitores do *Correio Braziliense* se depararam com uma matéria intitulada de “IAPFESP dá o exemplo”, que anunciava a arborização e o ajardinamento das quadras onde se localizava o IAPFESP¹³. A reportagem informava que as quadras eram a 104 e a 304. Embora não tenha sido mencionada a asa, provavelmente tratava-se da Asa Sul, uma vez que o lado norte da cidade só começou a ser formalmente construído um tempo depois.

O “exemplo” ao qual o título matéria se refere é o fato de que a região que, até aquele momento, servia como uma via não oficial para o tráfego de carros e repositório de entulhos, havia sido fechada para que fosse dado início ao ajardinamento do local. Além do plantio de mudas e grama, também seria construída uma área de lazer para as

¹³A sigla refere-se ao “Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos”.

crianças. Tudo isso aconteceria de forma que, em alguns dias, “o jardim deverá estar plantado e a garotada utilizando os balanços e gangorras” (Correio Braziliense, 22/01/1961, sem página).

No mês de fevereiro de 1961, o *Correio Braziliense* publicou mais uma reportagem sobre o solo brasileiro. Reafirmando o tom da primeira reportagem publicada sobre a temática, que data do ano inaugural, é reforçado o aspecto positivo de um terreno que contempla muitas possibilidades para o desenvolvimento da agricultura. Essa constatação foi feita após a visita, a pedido do prefeito Paulo de Tarso, do “engenheiro agrônomo Edgar Fernandes Teixeira, diretor executivo da Estação Experimental do Instituto Agrônomo de Campinas (S. Paulo)” (Correio Braziliense, 16/02/1961, p. 5). O engenheiro concluiu que a região era bastante favorável à horticultura e fruticultura, de forma que o:

Solo de turfas encontrado em São Paulo, próximo ao aeroporto da Capital, onde os chacareiros produziram durante muitos anos legumes em hortas magníficas, também é encontrado aqui em Brasília (Correio Braziliense, 16/02/1961, p. 5).

Em relação ao clima, o engenheiro argumentava que era muito favorável para o cultivo de frutas cítricas e, principalmente, para o plantio de abacaxi, abacate e mamão. Ele entendia que, de um modo geral, “o solo é realmente fraco”, mas essa qualidade podia ser revertida por meio do trato da terra. Por fim, afirmava que “a transformação do solo se faz demoradamente e é um pouco dispendiosa, mas, é perfeitamente compensável, pois, renderá o suficiente para garantir lucro a quem nele trabalhar” (Correio Braziliense, 16/02/1961, p. 5).

Por conta da associação formada pelo Ministério da Agricultura com a Novacap, que incluía, entre outras coisas, o exercício das atividades de arborização e ajardinamento de Brasília, o *Correio Braziliense* informou aos leitores sobre uma situação complexa. Por um lado, as notícias referentes à produção agrícola geravam certo otimismo em relação aquele pedaço do território brasileiro que uma vez fora considerado infrutífero e estéril, mas, por outro lado, a tarefa de verdejar as áreas urbanas era apresentada, sobretudo nas colunas *Visto, Lido e Ouvido* e *Carrossel de Brasília*, como um processo custoso e demorado, em que os motivos do constante fracasso eram associados às condições do próprio bioma, o Cerrado, considerado demasiado seco e de solo empobrecido. Nas palavras de Ari Cunha (Correio Braziliense, 25/04/1961, sem página), se tratava de um “planalto agressivo e solitário”,

que se tornou “uma civilização moderna e progressiva”, a partir da transferência da capital para o Centro-Oeste, evento que motivou um significativo povoamento da região.

A produção de mudas, como já exposto, era uma tarefa desempenhada pelos técnicos do Convênio Florestal, que pertencia ao Serviço Florestal e era administrado, em 1961, pelo engenheiro Francisco Porto Araújo. Como informou o *Correio Braziliense*, em uma matéria do mês de abril daquele mesmo ano, ainda que limitado pelos poucos recursos disponíveis, Araújo conseguira bons resultados em suas experiências para tentar identificar as plantas mais adaptáveis à região. O Serviço Florestal, naquele momento, destinava 20 milhões de cruzeiros de seu orçamento para o Convênio que, entre outros objetivos, deveria distribuir mudas e plantas para os habitantes de Brasília:

De setembro a dezembro do ano que passou, foram distribuídas pelo Convênio Florestal, nada menos de que 24.230 plantas, dentre as quais a casuarina que se adaptou perfeitamente as condições climáticas da Nova Capital. Quanto às plantas ornamentais de 1º de janeiro do corrente ano até o momento foram dadas cerca de 8.000. (*Correio Braziliense*, 23/04/1961, p. 4).

A distribuição gratuita de plantas, que chegava a atender vinte pedidos por dia, no entanto, seria, por ora, substituída pela comercialização dos arranjos ornamentais, ato com o qual se esperava diminuir o número de pedidos em cinquenta por cento. Uma significativa parcela das mudas e plantas cultivadas no Convênio era originária de diferentes regiões do país. Em visita ao local, os jornalistas do *Correio Braziliense* disseram ter constatado o esmero com o qual os técnicos cuidavam dos antúrios e orquídeas, que se dividiam entre 67 variedades. Em suas próprias palavras:

Ficamos mesmo maravilhados com os antúrios, cerca de seis mil trazidos do Rio, Terezópolis e Petrópolis pela administração passada do Serviço Florestal. No entanto, apesar de serem muito bonitas, tivemos conhecimento de que os primeiros dão elevados prejuízos ao Serviço Florestal, pois que foge completamente à finalidade do Convênio e requerem cuidados especiais (*Correio Braziliense*, 23/04/1961, p. 4).

Havia, também, aquelas plantas que vinham se adaptando com bastante sucesso ao solo do Cerrado, aos olhos dos técnicos responsáveis. O jornal destacava que entre essas espécies estava o flamboyant, a casuarina, o pinheiro do Paraná, o cambuí e a acácia. Todas as espécies mencionadas eram exóticas ao bioma Cerrado, como contado pela reportagem. Tal fato também foi confirmado por um dos responsáveis pelo DPJ-

DF, o engenheiro agrônomo Francisco Ozanan. Segundo ele, uma das características principais desse primeiro momento do processo de arborização de Brasília foi a priorização da introdução de espécies de árvores que não pertenciam ao bioma da cidade. Ozanan (2004) relembra que:

Antes de 1970 por causa da pressa de se construir a cidade e a falta de informação, tudo que foi plantado na cidade em termos de árvore foi praticamente de espécies exóticas, que essa exótica é aquela que não são da flora brasileira, ou são, mas são de outras formações que não dão no cerrado.

Apesar dos esforços para que houvesse um cultivo significativo de mudas no Convênio Florestal e nos Viveiros da Novacap, a produção não era suficiente e os técnicos buscavam o auxílio de outros locais do país, para que se pudesse compensar o baixo número de plantas. Ozanan (2004) explica como isso ocorria:

A gente tinha escritório em São Paulo, no Rio, Belo Horizonte, em Anápolis, então vamos supor, vai plantar cinco mil árvores na W3 Sul, por exemplo, você entrava em contato com esses escritórios e perguntava “o que é que tem de muda de árvore aí? Então compra cinco mil mudas e manda”. Chegavam os caminhões aqui com as mudas, plantava-se aqui. Que era o convencional das outras cidades, isto não funcionou em Brasília, não funcionou, a cidade foi construída num parâmetro de engenharia civil mais ou menos do Rio, de Belo Horizonte e de certo modo funcionava, mas do ponto de vista do verde não funcionou.

O que Ozanan(2004) afirma não ter funcionado “do ponto de vista do verde” foi a ambientação de uma das espécies exóticas introduzidas no Distrito Federal, a cássia (também conhecida como acácia), o que acarretou em um episódio inesperado e um cenário caótico para os moradores da capital na década seguinte. Este primeiro momento do processo de arborização de Brasília, onde as espécies exóticas foram priorizadas em detrimento de plantas do próprio Cerrado, foi uma fase experimental, resultante da combinação de uma significativa defasagem de mudas do Cerrado à disposição dos técnicos e também das intenções de amenizar a rudeza árida do bioma.

Povoar a região era civilizá-la. A onda desenvolvimentista que avançava do Sudeste para o Centro-Oeste brasileiro trazia consigo um modelo urbano modernista, que previa uma cidade profusamente arborizada, porém não por quaisquer árvores. Como alertou Ari Cunha, em abril de 1961: “o gramado do Eixo Monumental está se transformando em mata virgem e, agora, na seca, quando a grama secar, o mato crescerá, voltando o jardim ao estado primitivo” (Visto, lido e Ouvido, 13/04/1961, sem

página). O estado prístino era, pois, o oposto da civilidade que se almejava para Brasília, a capital modernista instalada no meio do Cerrado brasileiro.

Capítulo 3

A arborização de Brasília nos anos 1970: o jardim construído e o bioma Cerrado

3.1. Urbanização, arborização e conservação ambiental.

A arborização de Brasília nunca foi uma pauta diária nas páginas do *Correio Braziliense*, mas foi nos primeiros meses de 1960 que ela foi abordada com maior frequência. Durante as próximas duas décadas, o volume de matérias com esse conteúdo diminuiu consideravelmente, praticamente desapareceu. No ano de 1964, a jornalista Queiróz Campos encerrou a coluna *Carrossel de Brasília* e passou a assinar matérias de conteúdo diversificado. O *Visto, lido e Ouvido*, por outro lado, teve continuidade e era nessa coluna que os leitores ficavam informados sobre o desenlace das obras da cidade. Isso acontecia porque Ari Cunha havia separado um espaço em sua coluna, chamado “Da Cidade”, para tecer seus comentários. O jornalista geralmente dirigia sua atenção àquelas obras que eram malsucedidas. Por exemplo, em janeiro de 1964, a equipe da Novacap cavou um buraco para a instalação de uma caixa d’água, porém, o recipiente jamais foi instalado, restando apenas o buraco.

No ano de 1972, outro jornal passou a circular pela cidade, o *Jornal de Brasília*. Nele, a arborização da cidade foi um assunto esporádico, geralmente acompanhando alguma matéria sobre o desenrolar das obras públicas. O jornal tratava o tema “natureza” por meio de reportagens regulares, que figuram ao lado de matérias diversas. Isso geralmente ocorria em dois formatos. Um deles era o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal; o outro, por sua vez, era o meio ambiente de forma geral.

Em relação à agricultura, havia um segmento do jornal, intitulado *Vida Rural*, em que o foco era os projetos de agricultura e pecuária desenvolvidos em uma área que engloba o Distrito Federal e seus arredores. Durante o ano de 1972, por exemplo, foi noticiado que um milhão e quinhentas e seis mudas de plantas florestais haviam sido produzidas pelo Departamento de Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura. Esse trabalho era fruto do esforço de Técnicos da Fundação Zoobotânica e do Departamento de Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Produção (SAP), que contavam com o conhecimento gerado por pesquisas realizadas na Universidade de Brasília e no Instituto de Ciências Naturais de Belo Horizonte. Esse conjunto de especialistas já vinha há algum tempo realizando trabalhos de pesquisa na região. Um “levantamento botânico na área do Distrito Federal”, informava o *Jornal de Brasília*, estava sendo feito: “pelo trabalho realizado até agora já estão catalogadas e herbalizadas mais de cinco mil espécies de plantas da região” (Jbr¹⁴, 03/01/1973, p. 7).

A produção de mudas para serem distribuídas entre “fazendeiros, granjeiros, escolas, órgãos públicos e empresas de florestamento e reflorestamento” (Jbr, 03/01/1973, p. 7), não seguia uma organização sistemática em relação às espécies da flora que eram compartilhadas com a sociedade. O *Jornal de Brasília* informava que a preferência por algumas espécies em detrimento de outras ocorria, principalmente, por conta da facilidade adaptativa às “condições climáticas do planalto e ao comportamento das mesmas na área do cerrado onde encontram o ambiente ideal para seu desenvolvimento” (Jbr, 03/01/1973, p. 7). Dentre as espécies mais procuradas estavam: um pinheiro originário da América Central e do México, de nome *Pinus oocarpa*; a árvore de origem brasileira chamada cedro rosa (*Cedrelafissilis*), também conhecido como “acaicá”; o mogno (*Swieteniamacrophylla*), árvore bastante conhecida e estimada por sua densa madeira castanho avermelhada; o comprido e longilíneo eucalipto (várias espécies pertencentes ao gênero *Eucalyptus*); o ipê roxo

¹⁴ Jornal de Brasília.

(*Handroanthusimpetiginosus*); e o angico (*Anadenantheramacrocarpa*), espécie arbórea presente nos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica que cresce rapidamente e pode chegar a atingir 30 metros de altura.

Tais pesquisas eram realizadas na estação florestal “Cabeça do Veado” e buscavam identificar os meios mais proveitosos de adubação química e, também, uma compreensão mais ampla do comportamento das espécies. Os técnicos desenvolviam experimentos com quatro projetos “– em latosolo vermelho e amarelo – utilizando cinco mil mudas de pinus caribéa, pau ferro, ipê roxo, cedro rosa e mogno” (Jbr, 03/01/1973, p. 7). Aos leitores ainda é informado que o desfecho dos experimentos, ou, nas palavras do Jornal de Brasília, “os progressos alcançados nessas pesquisas”, haviam sido:

Divulgados pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, através da professora Mitzy Brandão Ferreira, no vigésimo-terceiro Congresso Nacional de Botânica, realizado em Pernambuco. A professora informou que, nas pesquisas foram identificadas novas espécies da flora regional, que ainda não eram conhecidas (Jbr, 03/01/1973, p. 7).

Assim como outras reportagens que tratavam do mesmo tema – o desenvolvimento agrícola na região do planalto central – sempre era ressaltado que uma equipe integrada por participantes de diversas áreas havia sido reunida para garantir o sucesso da produção, seleção e introdução no Cerrado de plantas, tanto as exóticas ao bioma quanto as de origem nativa.

No tocante ao tema “natureza”, as matérias contemplavam uma gama bem variada de assuntos. Na edição do dia 05 de janeiro de 1973, por exemplo, o *Jornal de Brasília* trouxe uma publicação sobre uma novidade no meio urbano, que vinha ocorrendo em alguns locais da França. Com o título de “As comunidades francesas vão acabar com a neurose urbana”, a matéria utilizava como exemplo a comuna Grenoble, localizada na soleira dos Alpes Suíços, que havia sido sede das Olimpíadas de Inverno de 1968 e estava em constante expansão urbana. Tal crescimento devia-se às atividades turísticas que a região atraía e também ao estabelecimento de “indústrias eletrônicas, de circuitos, de computação, de ferramentas de precisão e similares” (Jbr, 01/05/1973, p. 11). Essas indústrias se estabeleceram na região por conta da universidade que ali se encontrava e da disponibilidade de mão de obra barata.

Não obstante, à medida que a população crescia, os administradores da cidade resolveram planejar o crescimento urbano de forma ordenada e racional. Por conta da Olimpíadas de Inverno alguns anos antes, moradias haviam sido construídas e, naquele

momento, abrigavam operários e suas famílias. Os moradores de Grenoble se diziam felizes com as modificações instituídas na cidade, mas ainda consideravam os estabelecimentos comerciais por demais dispersos. Motivados por essa insatisfação em relação à distância entre as lojas, os arquitetos planejaram acoplar “todas as lojas e todas as demais atividades, até mesmo as escolas, que também servem de centros comunitários, em uma só área” (Jbr, 05/01/1973, p. 11).

O projeto instituído em Grenoble era considerado um novo tipo de urbanismo, “a coisa mais excitante que ora acontece em qualquer lugar” (Jbr, 05/01/1973, p. 11), e um dos pontos principais mencionados pelo *Jornal de Brasília* é aquele que diz respeito à integração da comunidade com a natureza. Esse novo arranjo urbano fora projetado de maneira que o dinamismo da cidade pudesse ser mantido, porém “sem sacrificar o panorama, a abundância do verde e toda a natureza que envolve a cidade”. Dessa maneira, a França despontava como um país pioneiro “no programa que não apenas satisfaz as necessidades humanas, como mais que tudo, estabelece um equilíbrio ecológico com o ambiente natural” (Jbr, 05/01/1973, p. 11).

Havia aquelas reportagens cujo tema central era a própria relação desenvolvida entre os habitantes de Brasília e os aspectos naturais do ambiente. Dentre os diversos tópicos abordados nessas matérias, estava o clima da cidade, que persistia no imaginário social como bem quente e seco. Em um retrato sobre esse cenário, o *Jornal de Brasília* reconhecia as dificuldades enfrentadas pelos brasilienses ao lidar com o calor, mas assumia que “o jeito é procurar conviver com o Sol do Planalto” (Jbr, 12/01/1973, p. 12). A matéria em questão, chamada “Sol que esmorece faz também sombra e belas imagens”, iniciava-se com as impressões que acompanharam a chegada dos novos habitantes à capital recém-construída, boa parte vindos do Rio de Janeiro, permeadas de saudosismo e, até mesmo, de certo pessimismo:

Está quente em Brasília. Longe do mar, no planalto central, a brisa não tem força para espantar a quente do sol. Nas ruas as pessoas procuram um canto de paz e sombra. Vez ou outra um pé de chuva que some rápido no asfalto escaldante. Para os que trabalham em ambientes e de terno, o calor tortura, esmorece (Jbr, 12/01/1973, p. 12).

Contudo, o resto do texto incentiva os leitores a aproveitarem o calor da cidade, ao invés de apenas percebê-lo como uma característica desfavorável. Na verdade, os efeitos da quentura – insuportáveis quando encerrados na esfera urbana - eram, em grande parte, amenizados pela presença da vegetação, que tornava o ambiente agradável

e aprazível para se sentar à sombra de uma árvore no jardim, com o intuito de se refrescar. A constituição de um generoso dossel arbóreo na paisagem urbana era necessária para tornar a vida dos habitantes de Brasília agradável e às árvores era entregue a função de aliadas do bem-estar. Por fim, o *Jornal de Brasília* aconselhava aos leitores que, diante dessa situação, “o jeito é seguir o exemplo, procurar um lugar na grama, ou na sombra. Ou então a mesa de um bar carregado de cerveja ou de refrigerantes gelados. O jeito é procurar conviver com o Sol do Planalto” (Jbr, 12/01/1973, p. 12).

Nowak e Dwyer (2007) explicam que existe uma série de benefícios proporcionados pelo estabelecimento e manejo adequado das chamadas silviculturas urbanas. Não existe, entretanto, fórmula pronta ou regra geral que possa ser aplicada em toda e qualquer cidade. Isso ocorre porque as árvores interagem com outros elementos que compõem a atmosfera urbana, como representantes da fauna e flora que habitam o local, além do corpo social. Essas interconexões formam os ecossistemas, abertos e com metabolismo próprio, o que torna cada um deles bastante singular. Há alguns mecanismos que auxiliam o manejo dessas áreas para que os potenciais possam ser alcançados. Determinar qual desfecho que se procura alcançar, configura-se em uma diretriz promissora para iniciar tal empreendimento, que também envolve custos, por exemplo, financeiros. As possibilidades de benefícios se estendem por variados setores e os arranjos de árvores influenciam nos aspectos biológicos, físicos e socioeconômicos da região. De maneira geral, dentre as principais conveniências associadas ao plantio de árvores em centros urbanos está: (1) regulação de microclima e temperatura; (2) filtragem de poluentes atmosféricos; (3) emissão de componentes orgânicos produzidos pelas árvores e (4) conservação de energia dos prédios, o que ajuda na redução da temperatura de tais estruturas antropogênicas. Dessa maneira, “os efeitos cumulativos desses quatro fatores determinam, geralmente, o impacto das árvores urbanas na atmosfera urbana e, particularmente, na poluição do ar¹⁵” (NOWAK e DWYER, 2007, p. 27).

Em relação aos trabalhos de arborização que foram executados em Brasília, a seleção de espécies de árvores, naquele primeiro momento, seguia critérios estéticos, pessoais e arbitrários dos setores envolvidos. Mesmo assim, eram as áreas verdes que garantiam um conforto maior para os habitantes da cidade, como exemplificou a

¹⁵ Tradução livre.

reportagem sobre as altas temperaturas enfrentadas durante alguns meses do ano. Outra matéria do *Jornal de Brasília* questionava se houve alteração no clima, na atmosfera urbana, após pouco mais de uma década desde a inauguração da capital.

O texto jornalístico reuniu depoimentos de pessoas que moravam em Brasília, alguns desde a inauguração, e todos foram unânimes ao afirmar que o tempo havia mudado sim e a cidade tornara-se mais quente. A descrição utilizada na introdução da matéria é semelhante à mentalidade presente nos discursos dos “novos brasilienses”:

Antigamente, o inverno era seco e frio, e o verão uma sucessão de trovoadas e aguaceiros: hoje, faz calor e chove no inverno, e faz menos frio e mais calor simultaneamente no verão. Os elementos parecem haver combinado uma série de heresias, transformando Brasília num caldeirão de bruxa onde se alternam o toró, a lama vermelha e a secura asfixiante (Jbr, 31/01/1973, p. 6).

Enquanto a população da cidade rememorava saudosamente o ambiente mais fresco dos primeiros anos de Brasília, os cientistas não partilhavam dessa mesma percepção. Para um dos entrevistados, o meteorologista J. Ribeiro, do Observatório do Distrito Federal, uma década era muito pouco tempo para se efetuar uma análise desse porte, “pois tal constatação exige um mínimo de 30 anos de observação e de comparação de dados estatísticos” (Jbr, 31/01/1973, p. 6). Havia, portanto, uma dissonância entre a percepção da população e a dos cientistas. Outro detalhe que chamava a atenção dos moradores de Brasília era a distinção, pode-se dizer rígida, apresentada no clima em diferentes pontos da cidade. Lê-se na matéria:

Ontem, a parte Sul da cidade acordou pedindo casacos, guarda-chuva e sapato fechado. Na parte Norte – lá pelos lados de Taguatinga – o céu claro, 18 graus, como se nada tivesse com o outro lado da cidade. Depois do almoço, abriu-se o sol, varrendo a cidade inteira. Quem entende a meteorologia? (Jbr, 31/01/1973, p. 6).

A compreensão do tempo da cidade foi entregue mesmo aos cientistas, que contribuía para o debate com suas análises sobre as situações climáticas de Brasília:

“A mudança de tempo, nos últimos dias, foi causada pela presença de uma massa de ar instável chamada linha de instabilidade, na área de Brasília, que acarretou pancadas de chuvas fortes associadas a trovoadas que perduraram até o início de segunda-feira”. Murilo Sampaio, outro meteorologista, admite que “no começo do ano houve um período irregular nas condições climáticas, quando o tempo mostrou-se mais agressivo do que no período igual, durante o ano passado, havendo aumento de temperatura, redução de chuvas e queda de umidade do ar” (Jbr, 31/01/1973, p. 6).

Aos leitores do *Jornal de Brasília* também foi informado que à medida que o Lago Paranoá enchia, o clima se tornava mais ameno e, conforme as estruturas

antropogênicas que constituem o ambiente urbano eram sobrepostas à vegetação natural, as temperaturas aumentavam. Por fim, a reportagem foi concluída com uma reflexão sobre os fatores, indicados por especialistas, que poderiam ser responsáveis por alterações no clima de cidade: “presença do asfalto, a água do lago e a vegetação” (Jbr, 31/01/1973, p. 6), e que o brasiliense continuaria se munindo de ferramentas para enfrentar o calor e a seca, como a manteiga de cacau para os lábios.

Curiosamente, não existe uma única loja na cidade onde sejam vendidos, com exclusividade, guarda-chuvas. E, se ainda são necessários mais 18 anos de pesquisa para a comprovação científica e definitiva sobre se o tempo de Brasília mudou ou não, cabe a pergunta usada para as mais variadas situações: mudaria o tempo de Brasília ou mudei eu? (Jbr, 31/01/1973, p. 6).

Os trabalhos de urbanização seguiram décadas adentro após a inauguração de Brasília, muitas vezes acompanhados das atividades de arborização e ajardinamento. O *Jornal de Brasília*, assim como o *Correio Braziliense* nos primeiros anos de Brasília, noticiava as obras que se estendiam pela cidade, mas ainda havia certo desagrado no discurso jornalístico, que parecia refletir o próprio descontentamento da população com o modo como determinados projetos eram conduzidos. Um exemplo dessa situação é a matéria que narra os trabalhos do Departamento de Viação e Obras da Novacap que estavam sendo realizados na quadra 316 Sul. A escolha de pedras portuguesas, obtendo figuras de mosaicos pelos passeios, para pavimentar o local, fazia com que ele destoasse das outras superquadras. Era uma alteração no projeto de Lúcio Costa, que atribuiria singularidade a paisagem da superquadra sul 316.

Na mesma reportagem, o jornal informa aos leitores que enquanto isso ocorria, os moradores de um local próximo, a superquadra sul 310, continuavam descontentes com o cenário cada vez mais abandonado do bloco que habitavam, uma vez que:

os locais destinados à área verde estão ocupados por um matagal, montes de terra, e buracos nos passeios. A falta de urbanização é total, não restando um único lugar para as brincadeiras das crianças” (Jbr, 12/01/1973, p. 7).

A matéria abordou também a situação da Asa Norte, que teve sua urbanização iniciada em um momento posterior a da Asa Sul, mas que, não obstante, “é mais fácil localizar uma quadra já urbanizada” (Jbr, 12/01/1973, p. 7). Contudo, outras reportagens daquele mesmo ano, publicadas tanto no *Correio Braziliense* como no *Jornal de Brasília* descreviam um cenário da Asa Norte diferente, onde os trabalhos não

havia sido concluídos de forma eficiente e muitos eram os problemas relacionados com a urbanização enfrentados pelos moradores das superquadras.

A urbanização da Asa Norte teve início em 1961, com a construção das primeiras superquadras, 403, 404, 405 e 406, o que totalizava 64 blocos. A mentora do projeto – a IAPC – designou a firma Cápua como executora do projeto que, visando acelerar a construção dos prédios, optou por utilizar tijolo à base de cimento nas obras. O órgão responsável pela distribuição dos apartamentos para os funcionários públicos – GTB¹⁶ – não recebeu os apartamentos e terminou por não distribuí-los entre os designados. Essa situação, por sua vez, incentivou a invasão dos blocos habitacionais por funcionários que ali firmaram moradia, como foi noticiado pelo *Correio Braziliense*:

Já no começo de 1962 estavam quase todos ocupados e ligados a força e a luz, a Asa Norte que o povo passou a chamar de Residencial começou a viver sua vidinha, por sinal muito gregário, com os moradores reunidos nos grandes eventos como natal, ano novo, carnaval. A recusa também por parte de outros funcionários em aceitar posteriormente alguma unidade na Asa Norte, devido à falta de melhores condições de vida (não dispunham nem de mercado, farmácia, padaria, nada), incentivou mais ainda a invasão (*CorreioBraziliense*, 21/03/1973, sem página).

Ainda no ano de 1973, o aparecimento de uma rachadura em um dos apartamentos, seguido por fissuras em outras unidades do edifício, porém “sem maiores consequências do que o susto e a choradeira do pessoal desabrigado” (*Correio Braziliense*, 21/03/1973, sem página), repercutiram na Câmara e no Senado. Contudo, isso não foi suficiente para que a situação da Asa Norte se tornasse prioridade para a administração. Além disso, havia a “falta de um órgão controlador e fiscalizador, que cobrasse prestações ou taxas, e desse condições para legalização da água e luz, a comunidade da Asa Norte passou a viver uma espécie de vida marginalizada” (*Correio Braziliense*, 21/03/1973, sem página).

A cidade manteve seu crescimento nos anos seguintes e a Asa Norte ganhou novas superquadras, enquanto as antigas envelheciam “entregues a sua própria sorte” (*Correio Braziliense*, 21/03/1973, sem página). O processo de arborização e ajardinamento alcançou a região, porém a grama não era “tão bonita, nem tão bem cuidada como a atribuída às demais” (*Correio Braziliense*, 21/03/1973). Muitos locais

¹⁶ Grupo de Trabalho de Brasília.

mantinham-se abandonados, “sem área verde, com predominância do barro ou do capim gordura mais alto do que o homem” (Jbr, 26/04/1973, p. 10).

Enquanto o *Correio Braziliense* narrou os primeiros momentos da Asa Norte em tom pessimista, o *Jornal de Brasília* manteve um enfoque mais otimista. O próprio *Jornal de Brasília*, que havia publicado em janeiro de 1973 que na Asa Norte não havia problemas de urbanização, retomou esse tema em uma de suas edições de abril, com o título “Asa Norte vai ter sua vez”. O texto é iniciado com uma alegoria sobre como Brasília seguiu uma “lei misteriosa” (Jbr, 26/04/1960, p. 10), que impele, em todos os países do mundo, o desenvolvimento da região sul de uma cidade em detrimento da região norte. Os motivos que levaram a esse fenômeno em Brasília, contudo, teriam sido casuais e não planejados, como explicou o então diretor da Novacap Roosevelt Nader. Quando foi iniciada a construção da cidade, as residenciais e comerciais da Asa Sul foram priorizadas e seus espaços logo foram ocupados por funcionários públicos, principalmente as casas localizadas ao longo da W3 Sul. Por esse motivo:

Ali foram construídas as primeiras escolas, bibliotecas e cinemas. As superquadras construídas na Asa Sul eram desenvolvidas através de convênios com órgão federais os quais previam uma rápida urbanização. Por isso, a Asa Norte foi ficando cada vez mais distanciada” (Jbr, 26/04/1973, p. 10).

Nader também afirmava que, apesar de reclamações constantes sobre o processo urbanização da capital, o Distrito Federal encabeçava a lista das cidades mais urbanizadas do país: “Para se ter uma ideia, São Paulo não tem metade de suas ruas pavimentadas. Já o Distrito Federal tem mais de 50 por cento de suas vias asfaltadas” (Jbr, 26/04/1973, p. 10). Esses números também se contrastavam com outras cidades do Brasil, “algumas das quais de 300 anos de existência” (Jbr, 26/04/1973, p. 10). Entretanto, empecilhos como o financiamento, já que “as verbas do país não podem ser desviadas somente para Brasília” (Jbr, 26/04/1973, p. 10), impossibilitavam a Novacap de realizar os serviços urbanísticos com a agilidade e eficiência requerida pelos habitantes.

Outra questão apontada por Nader para o modo como seguiam as atividades era o fato de que a capital havia sido planejada visando um número específico de habitantes, que fora extrapolado de tal maneira que o “aumento gigantesco da população (...) ultrapassou todas as previsões feitas pelos planejadores da cidade” (Jbr, 26/04/1973, p. 10). O significativo aumento populacional era, segundo o diretor, reflexo

do processo migratório incentivado pela grande oferta de serviços. Ele assinalava que, embora tenha fugido das previsões dos planejadores, é razoável associar esse fenômeno ao processo de desenvolvimento. Mesmo assim, o projeto de Costa mantinha-se como referencial incontestável e caso algum desafio tencionasse o suficiente para se cogitar a mudança em um de seus pontos, o próprio idealizador, Lúcio Costa, estaria presente nessa reformulação. Nader conclui defendendo a fidelidade da Novacap ao Relatório do Plano Piloto:

É comum ouvir pessoas dizerem que em Brasília não deveria existir semáforos e sinaleiros no trânsito, porque isso contraria o projeto da cidade. Não é verdade. O próprio Lúcio Costa previu a instalação de sinalizações em Brasília. Isto poderá facilitar as coisas, pois é sabido que manter um guarda em cada quarteirão é processo dispendioso. Tudo que temos feito até aqui foi em obediência ao Plano de Lúcio Costa. Dizer que não se cumpre esse plano, não passa de fantasia (Jbr, 26/04/1973, p. 10).

Por mais fidedignos que os trabalhos desempenhados pela Novacap para urbanizar Brasília fossem ao plano de Costa, havia elementos e situações imprevistas, que foram forjando a identidade da nova capital, a sua singularidade. “Para muitos pensadores”, afirma Lúcio (2015), “a cidade é considerada uma síntese de toda a sociedade” (p. 196). Isso ocorre por se tratar de um espaço onde há a reunião de diferentes culturas. Portanto, o espaço urbano é aquele onde os mais variados pontos de vista interagem constantemente e uma das consequências dessa interação é a formação de uma identidade. Em Brasília, nos anos 1960 e 1970, a maioria dos habitantes provinha de outros estados brasileiros e, também, de países estrangeiros. Além disso, havia as diferenças de cunho cultural e econômico:

Os moradores da nova capital guardavam uma dimensão comum, eram iguais por serem todos de outros lugares e trazerem consigo suas raízes partidas, condição peculiar a migração (...). Assim, as identidades do cidadão são forjadas na alteridade. No jogo da diferença, da polifonia das vozes na cidade e com a visibilidade do outro (Costa¹⁷, 2015, p. 48).

A memória é um registro histórico e essa coletânea de “imagens e lembranças do pretérito ao retornarem ao agora trazem, também, consigo as sensibilidades do outro tempo” (COSTA, 2015, p. 45). Os espaços de Brasília se formavam em diferentes níveis, havia a dimensão física e também aquela construída na memória coletiva. A

¹⁷ COSTA, Cléria Botelho. Nos Jardins da Memória: Brasília nos anos 1960 e 1970. In COSTA, Cléria B., BARROSO, Eloísa P. (org.), *Brasília: diferentes olhares sobre a cidade*, Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

superquadra é um exemplo bastante significativo dessa situação e são inúmeros os relatos sobre o cotidiano do Plano Piloto nas décadas de 1960 e 1970. Uma dessas lembranças compartilhada por muitos moradores diz respeito a uma disputa travada entre garotos que jogavam futebol nos imensos gramados das quadras e funcionários da Novacap. Ocorre que, de forma a garantir a beleza do gramado, esses funcionários, que foram apelidados de graminha, foram incumbidos da missão de recolher a bola de futebol do grupo que estivesse aproveitando os amplos espaços abertos das quadras.

A composição do natural com o urbano na qual a superquadra fora baseada também possibilitou a construção de tradições e hábitos entre seus moradores. Muitas crianças aproveitavam o espaço aberto e sem fios de postes de Brasília para soltar pipa e, mais frequentemente aos domingos, famílias se reuniam sobre a sombra das árvores que eram “ainda pequenas, mas que já emolduravam a paisagem bucólica do espaço” (COSTA, 2015, p. 52), para um piquenique. Os habitantes e sua relação com o natural, como muitas matérias dos jornais ilustravam, se renovava cotidianamente.

Apesar da significativa diminuição no número de notinhas diárias com informações sobre os trabalhos de arborização executados em Brasília pelo DPJ-DF, o mês de fevereiro de 1973 trouxe duas reportagens que apresentavam ao público da cidade o cotidiano desses serviços. Uma delas foi publicada no caderno de ecologia, com o título de “A técnica no cerrado: reflorestamento”. Nela, o engenheiro florestal Fernando Carvalho da Silva, então chefe do Serviço Florestal do Departamento de Recursos Naturais da Fundação Zoobotânica, foi entrevistado e colaborou com o jornal na montagem do perfil das atividades de reflorestamento.

O Inventário Florestal do Distrito Federal era o ponto de partida para abordar o tema da reportagem – as intenções de reflorestar áreas do Cerrado. O primeiro parágrafo era sobre a importância dessas atividades para a recuperação de áreas devastadas. O argumento era de que nos países desenvolvidos esses projetos já estavam sendo utilizados para resolver “problemas de equilíbrio ecológico, poluição ambiental, preservação de fauna e conservação das potencialidades hídricas” (Jbr, 04/02/1973, p. 10). O levantamento e registro de espécies da flora do Cerrado e o mapeamento do local fora feito com o intuito de elaborar um guia para ações futuras. Muitos seriam os benefícios, segundo Fernando Carvalho, caso o projeto fosse efetuado, dentre os quais estava “solucionar problemas de poluição, conservação dos cursos d’água, preservação da fauna, etc.” (Jbr, 04/02/1973, p. 10). Benefícios de ordem social também foram

incluídos pelo engenheiro, já que o reflorestamento estava associado a uma melhora da capacidade produtiva de uma região, o que teria reflexos na economia local:

Do ponto de vista econômico, as áreas de florestas suprem as necessidades de madeira para as populações nas formas de combustível, carvão, postes, dormentes, construções agrícolas e urbanas e finalmente oferecem matéria prima para a indústria florestal” (Jbr, 04/02/1973, p. 10).

Este último item mencionado pelo engenheiro – a produção de matéria prima – condiz com o objetivo principal da empresa que fora criada pelo Governo do Distrito Federal para executar o projeto de reflorestamento, a Proflora, cuja função seria administrar as atividades florestais a serem desempenhadas nas terras com flora nativa do quadrilátero do Distrito Federal.

A entrevista acabou sendo interrompida por uma ligação que requisitava a presença de Fernando Carvalho em um processo de arborização que se realizava na área verde do Clube de Imprensa. A equipe jornalística, contudo, o acompanhou até o local, enquanto o engenheiro explicou-lhes um pouco sobre o solo da região. O Cerrado é assolado por uma seca entre os meses de maio a setembro, o que ocasiona uma deficiência hídrica no terreno, dessa maneira:

As florestas exuberantes dão lugar à presença de árvores e grupos de árvores típicas ou adaptadas às condições locais. Contudo, prossegue, a vegetação do cerrado desenvolveu um alto grau de resistência aos danos físicos e biológicos do meio ambiente. O grande espaçamento entre as árvores e comunidades de árvores explica-se pelo inevitável resultado da competição pela água. Um dos fatores críticos na região do Cerrado (Jbr, 04/02/1973, p. 10).

As espécies pesquisadas e catalogadas no Inventário Florestal, para serem utilizadas em subsequentes projetos de reflorestamento, já totalizavam 113 e os trabalhos envolviam experiências com espécies nativas e exóticas ao bioma. Dentre as espécies submetidas aos experimentos estavam plantas ornamentais como a acácia, a sibipiruna, e o cipreste português, costumeiramente utilizado como cerca viva, entre outras. Esses trabalhos eram desenvolvidos na Estação Florestal do Serviço Experimental de Pesquisas Florestais, em uma região de Brasília localizada entre o Setor de Mansões Dom Bosco e a Papuda¹⁸. O trabalho desempenhado pela equipe consistia em observar o crescimento das plantas e efetuar o seu cadastro “em fichas com

¹⁸ Atualmente um Complexo Penitenciário. Na época da reportagem, ainda se tratava de uma fazenda que seria desapropriada na década de 1970 para o estabelecimento do presídio, inaugurado em 1979.

observações sobre o tipo de solo, adubo, mediações e periódicas” (Jbr, 04/02/1973, p. 10).

Como foi mostrado na reportagem, que acompanhou a ida do engenheiro Fernando Carvalho a um local onde se realizava o plantio de árvores, tanto o projeto de reflorestamento como o melhoramento e desenvolvimento das atividades agrônômicas da região refletiam diretamente na arborização da cidade. Aos leitores dos periódicos era constantemente informado que a escolha de mudas e plantas não era absolutamente arbitrária e havia certo rigor científico que guiava as ações dos funcionários do Departamento de Parques e Jardins da Novacap.

O tema da arborização de Brasília será mais bem explanado em reportagem do *Jornal de Brasília* publicada em uma das edições de fevereiro de 1973, que trazia depoimentos do diretor do DPJ, o engenheiro agrônomo Stênio Bastos, que estava no cargo desde 1963. Ele dava explicações sobre o processo de ajardinamento que estava em curso na cidade, as técnicas utilizadas e outros detalhes. A reportagem, logo no início, descreve a função desempenhada pelo departamento como em constante adaptação e aprimoramento:

A urbanização de Brasília é uma tarefa que vem sendo executada por órgãos governamentais, que, ao passar dos anos, começam a dimensionar, mais concretamente, o que deve ser realizado em termos de arborização, plantio de grama e efeitos paisagísticos na cidade. Estas operações, dentro do plano de urbanização de Brasília, que manejam os recursos vegetais da flora do Planalto Central e de outros lugares, estão diretamente a cargo do Departamento de Parques e Jardins, da NOVACAP, em nível de planejamento e execução das obras (Jbr, 18/02/1973, p. 9).

No comando do projeto, o diretor Stênio Bastos é descrito como um “homem objetivo frente à natureza” (Jbr, 18/04/1973, p. 9), que se empenha diariamente em sua tarefa de mesclar o urbano com o natural. Naquele ano, as áreas verdes de Brasília correspondiam a oito milhões de metros quadrados, o que equivale a cerca de “25 metros de área verde para cada habitante, e segundo a Organização Mundial da Saúde esta é uma ótima proporção” (Jbr, 18/04/1973, p. 9). Os dados apresentados contemplam os gramados, não necessariamente arborizados, o que não diminuía sua importância. Como informava Stênio Bastos, a grama “é fundamental sob o seguinte ponto de vista: propicia a volta do equilíbrio ecológico à região porque ele foi radicalmente quebrado com a construção de Brasília” (Jbr, 18/04/1973, p. 9).

Ao ser questionado sobre quais seriam as técnicas utilizadas para o plantio e a manutenção dos gramados, em uma região onde há um longo período de estiagem,

Stênio Bastos afirma que muitos são os desafios enfrentados pelos técnicos do DPJ, mas que todos foram ultrapassados “com muita tenacidade e os resultados apresentaram-se positivos” (Jbr, 18/04/1973, p. 9). A grama escolhida para compor a paisagem da cidade foi a espécie conhecida como grama-batatais (*paspalum notatum*), nativa da região de Goiás e Brasília, com características que a tornam bastante resistente a seca. Por outro lado, a espécie não demonstrava muita resistência a determinadas pragas e doenças, e sua reprodução ainda não era possível via desenvolvimento de sementes. Assim, a sua implantação nos campos da cidade devia ser estabelecida por meio do transplante de placas de grama. Barros esclarecia que o fator econômico exercia influência determinante nos projetos do DPJ. Como os campos onde a grama batatais era cultivada distanciavam-se cada vez mais de Brasília, o transporte necessário aumentava os custos: “Devido, principalmente, ao fato de que é no período de chuvas que se faz a colheita e plantação de gramínea, tudo se torna por demais oneroso pela dificuldade que os veículos do DPJ possuem em atingir as fazendas, onde a grama vive naturalmente” (Jbr, 18/04/1973, p. 9).

O DPJ acabou optando pela utilização de outra espécie de grama, de nome científico *Cynodom Dactylon*, popularmente conhecida como bermuda. Esse outro tipo de grama, originário do estado do Arizona, nos Estados Unidos da América, permitia o plantio via difusão de sementes e o replantio de excedentes do processo de podagem, tornando-a indicada para se gramar áreas amplas. Stênio Bastos ainda ressaltou que “mesmo para pequenas áreas, a grama bermuda apresenta suas vantagens quanto aos plantios: o método de jato-semeadura, que consiste no uso de ar comprimido. Postas em tanques, as sementes vão sendo ejetadas aos bocados” (Jbr, 18/04/1973, p. 9).

Dentre os locais anunciados por Stênio Bastos para receberem essa espécie de gramínea estava o Palácio do Buriti, Eixo Monumental e Setor Militar Urbano. O processo de plantio da espécie bermuda envolvia a distribuição de sementes “a uma proporção de oito gramas por m² acompanhadas de um adubo químico” (Jbr, 18/04/1973, p. 9). Essa técnica estava prevista para ser utilizada na gramagem do Autódromo e em boa parte das áreas planas e extensas. A batatais seria plantada perto das pistas automotivas e nos taludes¹⁹.

Apesar de haverem priorizado a espécie de gramínea de origem estrangeira, a reportagem ressaltou que os trabalhos efetuados pelo DPJ sempre se orientavam para o

¹⁹ Área inclinada do terreno.

aproveitamento de espécies da flora brasileira, com atenção especial para aquelas originárias do Planalto Central. Todavia, o diretor Stênio Bastos afirmou que os critérios de seleção de espécies eram demasiados amplos, em suas palavras:

É claro que se na África existir uma árvore que tem aspecto paisagístico muito bom e ela é imune às doenças, e vai muito bem, vamos usá-la, por que não? Mas o fato é que nossa flora, uma das mais belas e variadas do mundo, tem nossa prioridade. Depois de estudar um determinado tipo de árvore, vendo que suas raízes não são prejudiciais às fundações dos edifícios, se ela não possuir nenhuma substância tóxica que cause alergia, e o comportamento do vegetal nas condições ecológicas de Brasília, aí, então, realizamos o seu plantio (Jbr, 18/04/1973, p. 9).

Stênio Bastos informava que muitas espécies da flora estavam sendo cultivadas e submetidas à observação no vale do Paracatu, um dos centros onde se realizavam pesquisas sobre espécies variadas e produção de mudas para plantio na cidade. Entre as árvores mais produzidas, o diretor do DPJ destaca as seguintes espécies: “cássias, ipês, paineiras, sibipirunas, os guarapuvu, entre diversas outras” (Jbr, 18/04/1973, p. 9).

Sobre o dinheiro investido na arborização, Stênio Bastos afirmou que todo o processo contemplou, inicialmente, limpar o terreno dos restos de entulhos e detritos deixados pelas obras, atividade que envolvia custos e tempo dos funcionários do DPJ. O valor do m² é variável e a distância dos locais também influencia nos custos finais. Como exemplificou o diretor:

Evidente que um gramado na península dos ministros sai muito mais caro do que um na Esplanada dos Ministérios, tudo isto por causa dos transportes (...). O preço-base para plantio da grama-batatais está em torno de cinco cruzeiros por placa (com mais ou menos 20x20 cm), dois e oitenta para muda e um e vinte para o tipo Bermuda, usando sementes, por metro quadrado (Jbr, 18/04/1973, p. 9).

A diferença entre as gramas, contudo, não residia somente nos valores monetários e técnicas para cultivo, havia diferenças notáveis para cada espécie e em relação aos seus efeitos sobre a paisagem. A grama-batatais é considerada por Stênio Bastos muito mais bonita do que a bermuda. Existiam, também, as distinções nos métodos de cuidado e nos reparos da grama. A poda da espécie bermuda, por exemplo, exigia um material específico para ser realizada sem desperdício dos excedentes podados. Embora o DPJ ainda não tivesse o maquinário para as podas, as ferramentas já haviam sido encomendadas:

Nós importamos este equipamento, inglês, que corta numa faixa de quatro metros e meio, com foices eliquoidais. Só assim nós teremos gramados excelentes de bermuda em locais como o Quartel General do Exército, com

550 mil metros quadrados, o Eixo Monumental, com 320 mil e ainda 250 mil do Eixo Rodoviário Sul, pista leste (Jbr, 18/04/1973, p. 9).

Stênio Bastos explanava sobre os benefícios identificados com o verdejamento dos terrenos, principalmente na região em que Brasília se localiza. O solo encontrado na cidade é classificado como laterítico, tipo bastante comum em regiões tropicais e de maior predominância no Brasil. A chuva “raspa” o solo descoberto, incorrendo em lama e, durante a época de estiagem, poeira. As superfícies gramadas, por outro lado, que correspondiam a oito milhões de metros quadrados no Distrito Federal, ao serem comparadas com as regiões desnudas, apresentam significativas vantagens, por tratar-se da “própria grama respirando” (Jbr, 18/02/1973, p. 9).

Era possível, já naquele momento, segundo Stênio Bastos, identificar a formação de micro-climas nas superquadras mais antigas de Brasília. Esses blocos já somavam cerca de quarenta mil metros quadrados e mil árvores cuja altura alcançava o quinto andar dos prédios, características que tornaram possível a formação dos chamados micro-climas. Isso ocorria “porque os vegetais estão transpirando, jogando água na atmosfera, numa situação bem diferente de um terreno desnudo, possuindo árvores queimadas” (Jbr, 18/02/1973, p. 9).

A arborização da cidade também teria sido responsável por reavivar a fauna urbana, uma vez que as árvores e gramados plantados atraíam uma horda de pássaros que se alimentam de insetos. Outra contribuição importante e ressaltada por Stênio Bastos era em relação ao escoamento da água, já que o “tapete verde tem a vantagem de permitir o rápido escoamento das águas pluviais”. Essa questão era importante, uma vez que em Brasília não havia canalização suficiente para escoar as águas pluviais, o que poderia gerar problemas urbanos sérios. Mas, a grama absorvia o excedente:

Existem marcas na SQS 106, em 1965, mostrando o nível da água que chegou a um metro de altura dentro do elevador. Hoje, já há um escoamento normal por causa dos gramados, das árvores que amortecem a pancada das águas da chuva. (Jbr, 18/02/1973, p. 9).

Os serviços do DPJ eram desempenhados, naquele ano, por cerca de mil homens que, auxiliados por um maquinário especializado, trabalhavam o plantio de grama, árvores e arbustos de forma intensiva durante os meses de chuva. No outro período, meses de março a setembro, se realizava manutenção de áreas verdes, visando evitar pragas e incêndios. A equipe do DPJ alcançou a marca de 1.657.493 metros quadrados

plantados no ano de 1972, um recorde. Os resultados para 1973 já se encontravam com o diretor da Novacap e seriam divulgados pelo seu gabinete.

Dentre as próximas ações objetivadas pelo DPJ, estava a arborização da Asa Norte, o que, explicava Stênio Bastos, era uma reclamação recorrente entre os moradores da capital. O atraso para executar esse projeto devia-se ao fato de que:

Antes de gramar, urbanizar há uma série de medidas como arruamento, pavimentação, meios-fios, captação de águas pluviais, passeios, arborização – estas são medidas que devem ser feitas nesta ordem e qualquer inversão deste curso gera prejuízo em tempo e dinheiro. (Jbr, 18/02/1973, p. 9).

Em abril de 1973, o *Jornal de Brasília* publicou duas matérias que eram como uma ode ao Cerrado. Um desses textos, assinado por Antônio Rocha, versa sobre as diferentes fases do bioma, e foi intitulada “O Cerrado que renasce com o sol”:

Abril é o mês mais cruel. A terra deixa de beber água e começa a longa penitência do cerrado. Sob o silêncio gelado das estrelas, a estrada serpenteia entre montanhas. As árvores retorcem-se no sono. A jibóia se enroscou, afogando súplicas de ratos. Os grilos treparam nos galhos mais altos. E o vento não sopra, sinos não tocam para despertar o cerrado.

O sol chega de chofre e retira o manto do piquis, da sucupira (que enrubesce na primavera), das quaresmeiras, das cácias, das mimosas, do babatimão, de todas as arvorezinhas anônimas que mais parecem soldados em Birnan a caminho de Dusingane. Então as encostas se cobrem do verde orvalhado do capim gordura.

Na curva da estrada o sol ilumina, como um holofote, no fundo do vale a sede de telhado vermelho, com um galo no ombro, e o curral onde as vacas ainda não se levantaram. Lar e universo. As touceiras de capim, rígidas nas suas raízes, sacodem a cabeleira. Como por encanto, o cerrado desvenda seus segredos: Paepalanthus, Dalechampia, Calliandra, Gonphrena, Malphynacea (a família mais complicada do cerrado), Myrtaceas e Papilionaceas.

O sol se arredonda no céu.

O cerrado, primo abastado da caatinga, vive o seu momento de máxima resistência, torturado por torrentes de luz violenta. Muitas plantas vão tomar banho no rio. A água nasce da terra escura, no alto do morro, e corre clara entre pedras. As árvores avançam sobre a nascente, abraçam-se no alto. Só o buriti hierático conserva a distância, reto como um inglês com seu chapéu de plumas. O buriti e as árvores que acompanham o rio não têm saudades do barulho que vem do alto, dos raios que chicoteiam árvores ancoradas no verde escuro e enegrecem suas cascas, e as eletrocutam, justificando-as pelo crime de ser uma entre tantas outras árvores do cerrado.

Em verdade, o cerrado agoniza sobre as colinas onde agora canta o vento. O botânico disse que árvores do cerrado foram esterilizadas como gatas e não dão mais sementes. Uma árvore do cerrado só nasce sobre os despojos de outra árvore do cerrado. Uma árvore do cerrado só brota nos tocos decapitados pelo fogo, pela foice, pela faca. Uma árvore do cerrado conserva a memória e o desejo de vida, de encenações futuras.

O cerrado tem uma terrível carência de afeto. Aos afagos de mão do homem, o cerrado sorri e faz surpresas. Junto à sede de Maria América há uma dádiva de douradas mangas centenárias, laranjas mediterrâneas, cana doce, bananas submissas e a mal-humorada mandioca. O arroz e o milho

ondulam, como se cantassem cirandas ao vento. A batata, o feijão, a abóbora, a melancia rastejam atrás da casa.

A água – que no alto do morro é um filete – é um riozinho domesticado pela sede. As crianças mergulham e soltam cangapés. Os cavalos curvam a crina e bebem. A menina toma sol na pedra quente. O riozinho forma uma pequenina represa. Folhas caídas das árvores terminam a sua peregrinação nas águas e submergem para apodrecer no fundo. E cochichando entre pedras o riozinho prossegue, úmido de reminiscências de infância, história de buritis, riso de criança e as marcas das patas dos cavalos. Adiante ele se entregará ao São Bartolomeu, o rio maior, senhor de muitas terras e de correntes poderosas na cheia.

No fim do dia, a menina fica caladinha e só, de olhos fechados, escutando os barulhos dos bichinhos do cerrado. Ali perto há uma mata onde ninguém penetra. Ali vivem cobras na escuridão e aranhas cabeludas. É ali que mora a onça, cujo reino é a floresta noturna. Ela percorre os morros e vales, evitando as luzes com seus olhos de fogo, evitando os obstáculos com suas patas elásticas, evitando a fome com seus dentes de marfim, subtraindo potros das ilhargas das mães. Que martelo, que bigorna, forjaria a onça? Os passarinhos, desordenados como parlamentares, procuram suas árvores para refúgio noturno. As pombas-rolas ainda catam no chão duro os últimos grãos de alimento. As formigas movem-se rápidas. Uma raposa ladra ao longe. A menina tem um medo súbito. Prende a respiração e sai correndo para casa.

O sol se põe, mas o cerrado para sempre permanece (Jbr, 29/04/1973, p. 9).

A segunda reportagem também falava sobre a permanência do Cerrado, ou melhor, a tentativa de garantir a sua permanência. Tratava-se da criação de uma reserva ambiental no Planalto Central, em um local a cerca de trinta minutos do Plano Piloto de Brasília, próximo de Planaltina. Criada pelo decreto nº 771, no ano 1968, um de seus objetivos principais era proteger a nascente localizada no ponto mais alto de seu interior, a nascente de águas emendadas, que dá nome a reserva²⁰. Suas águas brotam e tomam sentidos opostos, um corre em direção oeste, por onde “escorrem pelo declive natural as águas que iniciarão o primeiro curso da trama hidroviária platina. A leste, o declive carrega a água no estreito leito do barro branco, para o Amazonas” (Jbr, 15/04/1973, p. 7). O *Jornal de Brasília* informava ainda sobre outra motivação importante para a criação da Reserva de Águas Emendadas.

Tratava-se da preservação da fauna e da flora local, uma vez que o desmatamento da região se tornara um problema. As questões do que preservar do Cerrado e de onde preservar, e do que introduzir e onde emergiram ao longo do processo de ocupação do espaço no Distrito Federal. A produção de conhecimentos sobre o mundo natural iria desempenhar um papel sempre crescente no que diz respeito à importância da conservação das espécies e dos ecossistemas nativos. A Reserva de Águas Emendadas também funcionaria como uma área de pesquisa e estudos

²⁰ Atualmente Estação Ecológica de Águas Emendadas.

científicos, com grande potencial para contribuir para o entendimento do bioma Cerrado e de sua biodiversidade.

3.2. A construção do afeto entre a sociedade brasileira e suas plantas.

O *Jornal de Brasília* do dia 21 de abril de 1973, data da comemoração do aniversário da cidade, trouxe uma reportagem sobre o plantio daquela que teria sido a primeira árvore da cidade. A história oferecida aos leitores foi de que o presidente Juscelino Kubistchek, em uma solenidade do Dia da Árvore, comemorado pela primeira vez na nova capital, em 21 de setembro de 1957, plantou a árvore que seria a “primeira a conviver com o Cerrado do Planalto” (Jbr, 21/04/1973, p. 20), uma “pindaíba”. A planta, contudo, não cresceu e o motivo, segundo o jornal, foi o “solo agreste do Planalto”, que “a rejeitou” (Jbr, 21/04/1973, p. 20). A cerimônia contou com apenas alguns poucos presentes, entre eles o prefeito Israel Pinheiro e alguns moradores. O local escolhido para receber a muda foi a quadra 24 da antiga Fundação Casa Popular, responsável por construir as primeiras habitações.

Oscar Niemeyer morava na quadra 24 e, um dia, quando JK estava lhe fazendo uma visita, um jardineiro o abordou e perguntou se o presidente podia plantar uma muda em seu quintal, pedido ao qual o presidente prontamente atendeu. Assim, uma “almácea” se tornou a primeira árvore plantada a vingar no solo do Planalto Central. A reportagem conclui com os seguintes dizeres:

Defronte á casa de Werton Luiz, a “almácea” já está adulta e bonita. Sua sombra cobre duas casas e ela não dá flores. Ninguém diz a data certa do seu plantio. E pouca gente sabe quem a plantou. Como muita coisa ligada ao passado de Brasília, a “almácea” está praticamente esquecida (Jbr, 21/04/1973, p. 20).

As reportagens sobre as árvores de Brasília se tornaram rarefeitas nos anos seguintes. Em outubro de 1976, foi divulgada no *Jornal de Brasília* uma nota sobre um dos projetos do Governo do Distrito Federal para a cidade: abastecê-la com árvores frutíferas, tornando-a uma espécie de grande pomar urbano. Para isso, 1613 mudas de árvores frutíferas, de pequeno e grande porte, já haviam sido plantadas na região conhecida como Granja das Águas Claras, local onde ficava a residência oficial do governador do Distrito Federal. O terreno em questão se estendia por 26 hectares e as mudas restantes seriam inseridas nas “covas abertas e adubadas (...) completando as

dezesesseis mil previstas” (Jbr, 21/10/1976, p. 12). Abacaxizeiros, mamoeiros e maracujazeiros eram algumas das espécies de plantas selecionadas para compor o pomar, que teve seus trabalhos iniciados no início do ano. A reportagem também informava que a declividade do terreno havia sido observada, de forma a preservar o local contra a erosão que poderia ser causada pela retirada da vegetação nativa. O pomar foi implantado em curvas de nível, chamadas “cordão de contorno”.

Neste mesmo mês, o *Jornal de Brasília* publicou uma matéria sobre o hábito que vinha se tornando comum entre os brasilienses: a jardinagem. Intitulada “Plantas e Flores em clima seco: são muitos os cuidados especiais”, a reportagem dizia que Brasília era considerada uma cidade-jardim, por suas abundantes áreas verdes e farta arborização, fato esse que serviu de inspiração para que os habitantes da cidade carregassem para dentro de suas casas esse “hábito externo da urbanização” (Jbr, 31/10/1976, sem página).

Todavia, a população queria saber se o clima da cidade era favorável ao cultivo de plantas. Para responder sobre essa questão e também sobre outros detalhes relacionados aos cuidados necessários ao cultivo de plantas, o *Jornal de Brasília* entrevistou o dono de uma floricultura. “Samy, mineiro e residente em Brasília há dois anos, dono da K-bana Flores” (Jbr, 31/10/1976, sem página), contribuiu com informações para aqueles que desejassem tornar seus lares mais verdes. Dentre os cuidados mencionados por Samy estava molhar as plantas diariamente durante a época da seca e em dias intercalados quando o clima estivesse mais úmido. O floricultor atentou para o detalhe de que uma rega mal dosada podia contribuir para a morte da planta.

Portanto, não se devia molhar em excesso o vaso, tampouco de menos. Detalhes como a introdução de minhocas nos vasos, para evitar que a terra empedrasse, e manter o vaso sempre no mesmo local, por conta da tendência das plantas de se acostumar com a corrente de ar e a incidência solar também foram mencionadas pelo floricultor. Finalmente, ele mencionava o valor estético e decorativo dessa tendência. Um morador interessado no cultivo deveria observar as espécies que melhor se desenvolvessem em ambientes internos, além de escolher o melhor lugar para postar os vasos com plantas, harmonizando-os com o ambiente. A matéria incentivava os moradores de Brasília a fazerem de seus ambientes domiciliares “espaços-jardins”, como a própria capital se tornara conhecida.

3.3. “Crise das Árvores”: um ataque de pragas sofrido pelas árvores coloca em questão os trabalhos de arborização.

Desde o ano de 1971, alguns indivíduos da espécie *Cassia Siamea*, popularmente conhecida como cássia-amarela, cássia de Sião ou, simplesmente, cássia, começaram a apresentar manchas escuras no tronco (exudação) e amarelecimento seguido de queda das folhas, em larga escala. Segundo o *Jornal de Brasília*, ao notarem o problema, os técnicos do DPJ teriam tentado corrigir o problema com medidas como “levantamento fitossanitário das espécies, adubação, análise e correção do solo e tratamento fungicida” (Jbr, 02/11/1976, p. 13). Os resultados, contudo, não foram favoráveis e o problema continuou acometendo as árvores, inclusive, aumentando de proporção. As causas que levaram ao padecimento dos espécimes não foram identificadas até 1974, ano em que a doença das cássias começou a atingir outras espécies, como a acácia negra (*Acaciadecurrens*), a cássia ou fredegoso (*Cássia macranthera*) e a *Albiziasp.* Mesmo assim, este foi o momento em que o DPJ identificou fungos – pequenos besouros, também chamados de coleobrocas, como os responsáveis pelo transtorno. A análise oficial publicada em um número especial do Relatório Técnico da Diretoria de Urbanização do DPJ descrevia o seguinte cenário:

[...] incidência de casos de morte por secamento total da parte aérea, na SQS 107, no Centro de Saúde do Banco do Brasil, na SQS 115 e, por informação, em outras quadras do Distrito Federal e na cidade-satélite de Sobradinho. Os sintomas iniciam por seca de ponteiro, amarelecimento e queda de folhas e, mais tarde, seca de galhos e tronco. O sistema radicular mostra-se também afetado, com necrose de vasos do floema. Constatou-se também a presença de furos no tronco e galhos, feitos por coleópteros. Os tecidos lenhosos ao longo desses furos escurecem (cinza escuro) no sentido longitudinal e se estendem à medida que se caminha para o interior. A priori e pelo que foi observado, parece tratar-se de problema ligado à desnutrição; pelo que se sabe, o depauperamento da planta determina o aparecimento do inseto, provável vetor do fungo causador da doença. Também a acidez elevada pode propiciar ecologicamente a manifestação do parasita. (Jbr, 21/11/1976, p. 24).

O problema, de fato, só foi resolvido no ano de 1976, quando o DPJ, por fim, se decidiu pela retirada e troca das árvores acometidas pelo fungo. Essa medida foi noticiada em ambos os jornais, *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*, no dia 02 de novembro de 1976. O diretor do DPJ, Stênio Bastos, anunciou que as árvores seriam

retiradas durante a noite para que o tráfego não fosse prejudicado. Ele também justificou o ocorrido como tendo sido o resultado do “aparecimento de agentes desfavoráveis ao seu desenvolvimento, mas esses agentes são os específicos da planta, não havendo possibilidades de transmissão da doença às outras espécies” (Correio Braziliense, 02/11/1976, p. 11). Além disso, Stênio Bastos também fez questão de frizar que “não há motivo para preocupação da população, pois temos uma série de espécies de plantas com ótimo desenvolvimento em Brasília. Não há motivos para alarme” (Correio Braziliense, 02/11/1976, p. 11).

De acordo com os jornais, cerca de cerca de 8.600 mudas de cássias haviam sido espalhadas por toda a capital, principalmente na extensão da Avenida W3 Sul. A espécie, comumente usada em arborização urbana, havia sido escolhida por “apresentar, em aproximadamente seis meses, rápido crescimento e floração, atingindo também quase oito metros de altura neste período” (Jbr, 02/11/1976, p. 13). O DPJ justificou sua escolha por conta da facilidade de germinação e de coleta de sementes, “além de não apresentarem problemas ecológicos e paisagísticos” (Jbr, 02/11/1976, p. 13).

O *Correio Braziliense* informou que havia por volta de 1.700.000 árvores plantadas por toda a área urbana de Brasília, até aquele ano. Dentre elas, as 2.646 cássias acometidas pela “estranha doença provocada por fungos” (Correio Braziliense, 02/11/1976, p. 11), que seriam removidas pelo DPJ. Para compensar tal déficit no dossel arbóreo brasiliense, seriam introduzidas outras espécies como sibipirunas, ipês, flamboyants e pau-ferro, inclusive excedendo o número de árvores que pereceram. Foi o que garantiu o diretor do DPJ, Stênio Bastos:

A W3 Sul tem hoje 5.300 árvores de vários tipos – 10 por cento de *Cássia siamea* – e asseguro, que com a modificação do número praticamente dobrará tanto nos canteiros como nas laterais. A avenida passará a contar com aproximadamente 8.500 árvores” (Correio Braziliense, 02/11/1976, p. 11).

O *Jornal de Brasília* do dia 10 de novembro de 1976 trouxe uma reportagem anunciando a troca de árvores na Avenida W3 Sul. O trabalho desempenhado pela equipe do DPJ foi descrito como extenuante e demorado, as raízes deveriam ser destruídas e o resto das árvores, enterrados. Por fim, o terreno era refeito de forma que pudesse receber o cimento. Determinadas árvores custavam o dia todo dos funcionários do DPJ e as novas mudas de árvores seriam depositadas no “espaço intermediário entre o local onde estavam plantadas as espécimes de *Cassia siamea*” (Jbr, 10/11/1976).

O engenheiro-agrônomo Francisco Ozanan (2003), funcionário do DPJ naquela época, se recorda desse episódio na história de Brasília como uma consequência do primeiro momento da arborização da cidade, onde foram introduzidas muitas espécies exóticas ao Cerrado. Segundo ele, a morte das cássias, se deu por conta do solo do Cerrado que, “muito pobre, não tinha um suporte alimentar para elas, nem aqui tinha as condições climáticas que fossem favoráveis e suficientes para um desenvolvimento completo e perene dessas árvores”. Além disso, o evento teria, inclusive, colocado em questão a transferência da capital para o Planalto Central:

Morreram, o que não morreu, que está definhando e caminhando para morrer. Eu me lembro que em 1975 para 1976, eu acho que por aí, houve uma crise tão grande, que morreram cerca de 50 mil árvores adultas em Brasília, não sei se estavam aqui, se vocês lembram disso. Isso teve repercussão política contra a cidade enorme, cogitaram de voltar a cidade... para capital para o Rio de Janeiro, porque isso aqui era um deserto, nem árvore ia para frente (OZANAN, 2003).

O episódio repercutiu significativamente nas diretrizes que guiavam o processo de arborização de Brasília. Como o *Jornal de Brasília* publicou em 21 de novembro de 1976, “o fator ecológico, agindo a longo prazo, está influenciando definitivamente na arborização da cidade” (Jbr, 21/11/1976). Francisco Ozanan afirma que após a morte das árvores, os técnicos tiveram de reavaliar seus métodos e mudas utilizadas no perímetro urbano. O engenheiro descreve esse novo momento como tendo sido uma:

Guinada de 180°, nós fomos para o cerrado. Recomeçamos a fazer excursões no cerrado, marcamos Brasília como centro geográfico e começamos a fazer excursões num raio de 500km em volta de Brasília. Colocamos cimentos nas matas, ver qual a árvore que podia ser útil para arborização, que tinha características da arborização, olhando a floração, coletando semente, depois estudando como a semente germinava. Então começamos aos poucos, aí introduzimos outras espécies nativas do cerrado, (incomp), esse problema... esse programa ia ser para mim a vitória maior do ponto de vista técnico do Departamento de Paisagismo. Hoje nós plantamos praticamente só mudas nativas do cerrado que vão viver aí ...anos, que a biologia delas, que a genética delas possibilitar viver como nós (incomp) com o nosso potencial, (incomp), além do mais isso tem outras implicações ambientais e ecológicas importantíssimas, porque elas se integram com a fauna local (OZANAN, 2003).

Uma reportagem especial do *Jornal de Brasília* de 21 de novembro de 1976 debate as condições em que a arborização da capital vinha se delineando e suas projeções futuras. Já no início do texto, é dito que a presença de árvores no cenário urbano de Brasília era fundamental para a manutenção do bem-estar dos habitantes, graças aos largos espaços vazios e constante incidência solar durante parte considerável do ano. Dessa maneira, desde a inauguração da cidade, o plantio de árvores, arbustos,

gramíneas e ajardinamento dos locais eram algumas das atividades prioritárias desenvolvidas pela Novacap. Porém, os prazos curtos em que os projetos deveriam ser executados eram:

Fator preponderante nos trabalhos, e nas pesquisas – por sinal bastante complexas – sobre as possibilidades de adaptação de determinadas espécies no ecossistema peculiar do Cerrado algumas vezes não puderam ser realizadas com a devida profundidade. (Jbr, 21/11/1976, p. 24).

O resultado, portanto, desse primeiro momento da arborização, foi a “morte das cássias” na década de 1970. Episódio este que contribuiu para a discussão sobre o próprio processo de arborização e, também, sobre o equilíbrio ecológico. Para tal análise, o *Jornal de Brasília* consultou a opinião da professora Liene T. Eiten, do curso de Dendrologia e Dasonomia do Departamento de Engenharia Agrônômica do Distrito Federal da Universidade de Brasília. A professora observou que, em relação ao cultivo de árvores nos perímetros urbanos, o Brasil, tradicionalmente, não costumava se atentar para uma seleção de espécies “no sentido de evitar-se o desenvolvimento atrofiado das mesmas, devido às características particulares das regiões onde são plantadas” (Jbr, 21/11/1976, p. 24). Em Brasília, particularmente, o solo do Cerrado tinha sido muito pouco estudado e era imprescindível que experiências e observação robustas fossem realizadas para que os procedimentos desempenhados fossem duráveis.

O *Jornal de Brasília* constatou que a presença de árvores nas cidades tinha significados muito mais profundos do que apenas o sombreamento. Para a professora Eliene Eiten, “o primeiro ponto a ser analisado na questão de presença de árvores nas comunidades urbanas é o fato de propiciarem ao ambiente da cidade algumas características que lembrem ao ser humano sua condição natural” (Jbr, 21/11/1976, p. 24).

A Universidade de Brasília vinha realizando pesquisas sobre a adaptação de variadas espécies de árvore no Cerrado. O professor e curador do herbário, Ezequias Paulo Heringer, era um dos realizadores de tais pesquisas, que testavam o comportamento de espécies provindas de diversos biomas, como Amazônia e Caatinga, no Cerrado do Planalto Central. Ele chegou à conclusão que:

Devido à pequena fertilidade do solo do Cerrado, as espécies naturais da Amazônia – desde que bem irrigadas – tinham maior facilidade de adaptação do que aquelas da Caatinga, selecionadas durante séculos de evolução para viverem em um solo relativamente rico (Jbr, 21/11/1976, p. 24).

Vale dizer que Heringer era um pesquisador do bioma Cerrado, sobretudo de suas orquídeas. Mas, ele não era apenas um pesquisador, estava envolvido também com atividades relacionadas com a conservação da natureza. Ele foi um dos principais responsáveis pela criação das estações ecológicas de Águas Emendadas e do Jardim Botânico. Tratava-se, portanto, para Heringer, de conciliar o ambiente urbano com a natureza selvagem.

A sibipiruna (*Caesalpinia pluviosa*), nativa do Brasil, foi uma das espécies que apresentou resultados positivos nos experimentos realizados por Heringer: tratava-se de um representante arbóreo de rápido desenvolvimento e que oferece bom sombreamento. Além de se priorizar árvores pertencentes à flora brasileira, deveria haver uma atenção especial, por parte dos responsáveis pela arborização, para que fossem utilizadas espécies nativas do Cerrado. Os motivos para que isso ocorresse eram tanto de ordem ecológica quanto cultural. Como explicou a professora Liene Eiten:

Em Brasília houve uma tendência de se plantar espécies exóticas, plantas naturais de outros países que não o Brasil. Nosso interesse, quando da arborização, deveria referir-se também a utilização de plantas brasileiras, mostrar o que temos. Quando um turista chega a Brasília, ele encontra, por exemplo, árvores africanas ou australianas, coisa que já conhece de outros lugares, enquanto nossa flora fica relegada a um segundo plano (Jbr, 21/11/1976, p. 24).

As espécies do Cerrado apresentavam certas peculiaridades no que dizia respeito à produção de mudas, o que, de certa maneira, tornava o processo um pouco mais oneroso. A semente da sucupira (*Pterodonemarginatus*), por exemplo, é envolvida pelo fruto, o que dificultava a germinação, que na natureza demora cerca de quatro anos. Ainda assim, ela era uma candidata ideal para ocupar o espaço urbano, por causa de seu “porte majestoso, com florada abundante, de um tom rosa porcelana” (Jbr, 21/11/1976, p. 24). A Sucupira era objeto de pesquisa dos professores Liene Eiten e Ezequias Heringer, que buscavam desenvolver uma maneira de remover seu envoltório e catalisar a germinação. A produção de mudas de sucupira em três semanas, ao invés dos quatro anos necessários na natureza, indicavam o sucesso dos experimentos.

O *Jornal de Brasília* anunciou que o DPJ não aparentava muito interesse nas pesquisas e em desenvolver uma arborização pautada em uma filosofia essencialmente ecológica. Essa conclusão provinha do fato de que, em substituição à *Cássia siamea*, o flamboyant seria uma das espécies priorizadas, ao lado de mangueiras. Sobre tais escolhas, a professora Liene expôs a sua opinião:

Acho que o Flamboyant é lugar comum. Por todo o Brasil encontramos estas árvores plantadas. Brasília, como uma cidade que está ainda tentando fixar as suas tradições, deveria realmente escolher plantas para arborização que ressaltassem as características típicas do Cerrado. Já a mangueira, além de não ser natural do Planalto Central, tem o inconveniente de produzir frutos de considerável peso, que, ao caírem, podem provocar sérios prejuízos. Em Belém, vi isto acontecer, atingindo pessoas e carros. Por outro lado, não tem fundamento o argumento de que a mangueira atrai pássaros. Não sendo uma árvore nativa da região, não pode ser considerada o alimento natural das aves daqui (Jbr, 21/11/1976, p. 24).

Os pássaros do Cerrado, como ressaltava o jornal, se alimentam de pequenas bagas e ervas, por causa dessa característica apresentada por muitas árvores do bioma de envolverem suas sementes em cápsulas. Esse detalhe justificava a criação de pequenos bosques no interior das superquadras. Para a professora Liene, as árvores plantadas não dialogavam de forma satisfatória com a linha dos prédios: “Os edifícios predominam e as poucas árvores esparsas não repercutem de maneira necessária. Numa cidade de ruas estreitas é compreensível este tipo de arborização, com árvores espaçadas. Mas, aqui, é racional que se coloquem as plantas a 50 ou 60 metros uma das outras” (Jbr, 21/11/1976, p. 24).

A professora Liene também criticava a escolha de eucaliptos, afinal, essa espécie alongada não era suficiente para sombrear os espaços urbanos e, portanto, Brasília deveria se “achatar”. Isso seria possível com a disposição dos pequenos bosques formados pelo conjunto de árvores, o que traria benefícios para população, para os pássaros e também contribuiria para a formação do micro-clima, “pois a atual filosofia de simplesmente gramar-se o espaço das quadras não tem função, é estéril em todos os sentidos, tanto físico quanto psicológico” (Jbr, 21/11/1976, p. 24). Espécies do Cerrado, como a sucupira (*Pterodonpubescens*Benth.), a lixeira (*Curatela americana*), o pequi (*Caryocar brasiliense*Camb.) foram indicadas pela professora como opções interessantes para a formação dos bosques. Liene concluía com a seguinte reflexão:

Assim como na Zona Sul do Rio de Janeiro existe no povo uma vocação para o mar, levando a sair do apartamento e dirigir-se à praia, em busca de um ambiente natural, poderíamos motivar as crianças para que procurassem a vegetação, formando estes maciços. E, assim, estaríamos verdadeiramente usando a arborização como um meio de proporcionar ao ambiente urbano aquela característica o mais próximo possível da natureza (Jbr, 21/11/1976, p. 24).

Dessa forma, a arborização de Brasília devia aproximar os seus habitantes do mundo natural, gerando neles uma “vocação para o verde”. Essa sensibilidade não seria

provocada somente pela presença das árvores, e o DPJ liderava projetos para envolver os moradores de Brasília em suas atividades. Em novembro de 1976, 80 mudas de cambuí e sibipiruna foram plantadas por vários estudantes dos complexos escolares de Taguatinga, no Parque Recreativo da cidade. As crianças foram divididas em grupos de meninas e meninos e o plantio foi efetuado em pares. O *Jornal de Brasília* informou que “a primeira muda, um Cambuí, foi plantada pelos alunos Adolfo Schimicocki e Girlaine Lopes da Silva, ambos com 12 anos de idade e alunos da 5ª série da Escola do Sesi, em Taguatinga” (Jbr, 24/11/1976, p. 14). Outros pares deram continuidade ao ritual até que as mudas tivessem sido plantadas. O evento ocorreu na presença do diretor do DPJ, Stênio Bastos; do governador do DF, Elmo Farias; dos secretários de Educação e Cultura, e de Viação e Obras, respectivamente Wladimir Murtinho e Sizínio Galvão; do presidente da Fundação Zoobotânica, Denilson Rehem; do superintendente da Novacap, José Reinaldo Tavares, além de professores, agrônomos e jornalistas que acompanharam a cerimônia.

Aos alunos também foram distribuídos exemplares do livro “Noções sobre Educação Florestal”, editado pela Secretaria de Agricultura e Produção, de autoria do engenheiro-florestal Fernando Carvalho da Silva. Exemplares também foram entregues a professores de 1º e 2º graus das redes públicas e particulares. A obra em questão, segundo o jornal, tinha como:

Principal objetivo difundir entre alunos e professores conhecimentos sobre a natureza como um todo e, nesse contexto, a posição do homem (...). Os diversos capítulos tratam de conservação da natureza, noções de recursos naturais, reflorestamento, escolha da espécie, como plantar árvores, preparo e coveamento, adubação, época de plantio, formação e trato culturais, política florestal e a floresta e a ecologia. (Jbr, 24/11/1976, p. 14).

Por fim, o jornal revelava o que seria feito no Parque Recreativo. Sua área de 2.800.000 metros quadrados receberia, aproximadamente, “30 mil árvores, 16 mil arbustos, três mil palmeiras, 300 mil metros quadrados de grama e 25 mil de ervas, não contando com a vegetação nativa que será conservada” (Jbr, 24/11/1976, p. 14). O Parque recreativo refletia bem a busca do difícil equilíbrio entre uma natureza que se constituía como artifício humano e uma natureza selvagem, o bioma Cerrado com todas as suas inúmeras espécies e interações entre elas, os ecossistemas que o compunham e seus modos de funcionamento. O processo de arborização de Brasília implicava em escolhas, em decidir que espécies plantar, que espaços preservar e como se relacionar com o bioma no qual a cidade estava sendo incrustada. Essas escolhas eram e são influenciadas por percepções muito variadas sobre a cidade e a natureza, mas, como

vimos, o conhecimento científico tem um papel fundamental a cumprir, informando cada vez mais sobre o que está em jogo e sobre riscos e oportunidades.

Os anos seguintes são caracterizados pela introdução em larga escala de árvores nativas da flora cerratense (ALENCAR et AL, 2012). Foi também o momento em que as regiões administrativas do Distrito Federal fora do Plano Piloto receberam seus primeiros plantios, marcando o início de seus processos de arborização, efetuados pelo DPJ em conjunto com as administrações locais. O Gama foi uma das localidades a receber as mudas de árvores, como noticiou o *Jornal De Brasília* de novembro de 1976. As avenidas e outros locais do Gama receberiam duas mil mudas de espécies diversas, atividade que já havia mobilizado Cr\$ 54.192,00 do orçamento do Governo do Distrito Federal. Durante a década de 1980 foram priorizadas mudas de espécies frutíferas, em detrimento das espécies nativas. Esse novo direcionamento nas atividades desempenhadas pelo DPJ fazia parte de um projeto do governo para formar um pomar público no Parque da Cidade Sarah Kubistchek. Assim, ao lado das inúmeras árvores do Cerrado estariam também abacateiros, graviolas, jambeiros, tamarindos, sapotizeiros e muitas outras espécies que compunham o dossel arbóreo da capital brasileira, Brasília, única cidade do mundo a ostentar o título de cidade-parque.

Conclusão

O processo de arborização da capital brasileira, Brasília, demonstra como a relação do ser humano com o meio físico natural que o sobrepõe é permeada de peculiaridades e singularidades. Os avanços humanos sobre o planeta Terra, submetendo-oa valores sociais e culturais, não ocorrem de maneira passiva. Até mesmo em locais onde a presença dos elementos não-humanos é tida, à primeira vista, como exígua, como é percebido o meio urbano, o diálogo travado entre esses dois pólos acontece em um esquema de influência mútua.

Brasília foi arborizada conforme as tendências arquitetônicas e urbanísticas forjadas no bojo modernista europeu do início do século XX. A princípio, tais propostas desembocam em uma profícua reflexão sobre a tentativa humana de entrosamento com o ambiente natural, com as ressalvas de que essa harmonização acontece, todavia, e em maior escala, em um nível de dominação e controle dos recursos naturais. A *Carta de Atenas* (1933) admite como instrumentos indispensáveis para a arquitetura: o sol, as áreas verdes, a ventilação despoluída, como sendo elementos essenciais para o bem-estar humano, porém não compreendo que houve uma busca pela construção de cidades sustentáveis que prezem pela conservação do ambiente natural, observando, logicamente, as limitações de um projeto desse porte. Análises mais aprofundadas de obras modernistas deixam explícita a contradição existente entre essas duas premissas, como é o caso de Brasília, uma “cidade-parque” com pretensões de ser ricamente arborizada, mas que enfrentou um colapso em seu sistema de arborização dez anos após a inauguração da capital, na década de 1970, tencionando uma profunda reavaliação dos métodos paisagísticos em voga até então.

Mesmo que não haja, por parte dos princípios urbano-arquitetônicos modernos, uma elaboração prontamente sustentável do meio urbano, exigência tal que seria, inclusive, anacrônica, o próprio ato de pensar os elementos naturais como recursos a serem utilizados pelo arquiteto e urbanista é uma maneira de aproximar a população de uma cidade do meio ambiente, quem sabe até sensibilizando-a e gerando uma “vocaçãõ ao verde”.

À sua maneira, as reportagens analisadas demonstram os distintos momentos que marcaram a arborização de Brasília e levam a temática para o cotidiano dos leitores.

As primeiras edições do *Correio Braziliense* exaltam o cenário natural da nova capital, ainda em construção. Os elementos que compunham a paisagem, destacados por Lúcio Costa em seu projeto, eram motivo de admiração e inspiração. Porém já no primeiro ano de habitação, os encantos causados pela paisagem brasiliense foram substituídos pelo desconforto gerado, principalmente, pelo clima. Brasília, localizada em uma região já conhecida por suas características de calor e secura, tivera essas qualidades acentuadas com a retirada de sua vegetação. Restava ao DPJ executar o trabalho de arborização e ajardinamento para garantir o bem-estar dos moradores da nova capital.

O primeiro momento desse processo foi marcado pelas inúmeras derrotas sofridas pelos técnicos do DPJ para o bioma Cerrado. A seca implacável tornara o trabalho custoso e de difícil conclusão. Restou aos técnicos esperar por uma mudança nas estações para que fosse dada continuidade as atividades e, quem sabe, pudesse ser obtido um pouco mais de sucesso. A temporada de chuvas, de fato, auxiliou os responsáveis pela arborização e aos poucos a cidade foi ganhando os contornos de cidade-parque intencionados por Lúcio Costa.

O conhecimento científico exerceu considerável influência na arborização de Brasília. Esses saberes eram produzidos, sobretudo, pelas pesquisas voltadas ao desenvolvimento agrícola na região, mantidas pelo Governo Federal. Eram inúmeros os projetos que analisavam e pesquisavam sobre o solo e a flora do Cerrado e os resultados eram, também, revertidos nas diretrizes de arborização da cidade. Esses locais onde se realizavam as pesquisas serviam para a produção de mudas de plantas que seriam utilizadas para verdejar os espaços urbanos da capital. Mesmo assim, a disponibilidade de mudas era um motivo de preocupação para o DPJ, como ressaltou uma de suas principais figuras, o engenheiro agrônomo Francisco Ozanan. Em seus primeiros anos, o DPJ não possuía produção suficiente, que contemplasse toda Brasília e, então, a pedido do departamento, mudas chegavam à cidade de outros estados do país, de outros biomas, e eram plantadas por toda a capital. Os responsáveis pela arborização e ajardinamento viriam a descobrir mais tarde, como nos lembra Bertran (2004), “que a natureza recriada em seus parques com plantas exóticas, tinha escassa sobrevida. E que só prosperaram na biosfera de Cerrado, espécies do próprio Cerrado” (p. 291).

Apesar dos anseios para que o dossel arbóreo de Brasília se tornasse substancialmente rapidamente, a população da capital teve que aceitar o tempo da própria natureza. As reportagens sobre a arborização da cidade diminuíram de frequência nos jornais, porém o mesmo não ocorreu com tais atividades pela cidade e o processo de

arborização adentrou a década de 1970. Eventualmente os leitores do *CorreioBraziliense* e *JornaldeBrasília* eram informados sobre projetos de urbanização pela capital. A abordagem dos jornais sobre temas ligados à natureza, de uma forma geral, àquela época, introduziu a população aos debates sobre a conservação ambiental, principalmente no que dizia respeito ao Cerrado. Algumas matérias narravam a relação do habitante da capital com os elementos naturais presentes no meio urbano. A população ainda estava em estado adaptativo, porém buscando um diálogo satisfatório com o meio ambiente, que se tornava cada vez mais possível à medida que Brasília se tornava mais verde graças aos esforços do DPJ.

A morte das cássias na avenida W3 Sul, no ano de 1976, contudo, instigou uma mudança nas diretrizes que guiavam a arborização da cidade, colocando em questão a própria relação do corpo social com o meio natural. As espécies nativas ao bioma Cerrado passaram a ser prioridade no plantio de mudas em Brasília e as pesquisas científicas assumiram um papel de considerável relevância.

A relação da humanidade com o mundo natural é de difícil definição. Tudo é natureza, inclusive os seres humanos, mesmo sabendo que também a percebemos como opostos a nós, em um jogo de alteridade. As estruturas antropogênicas utilizam matéria-prima natural que é reconstruída e remodelada. As cidades são o nosso mundo construído, bem afastado do cotidiano selvagem, porém, mesmo encerrados em grandes espaços urbanos, o meio ambiente ainda se faz presente em nossas vidas.

Pavimentamos ruas com cimentos, instalamos postes iluminados por toda a extensão da rua, canos por onde correm água potável e esgoto, casas enfileiradas e apartamentos sobrepostos. Mas, também, gramamos espaços públicos e plantamos árvores, arbustos e flores que atraem uma horda de pássaros e tantos outros vizinhos provenientes do mundo natural. Essa relação travada entre os habitantes da urbe e os elementos do mundo natural, selecionados para que compartilhem o espaço com os humanos é um capítulo à parte na complexa, rica e viva história da nossa própria relação com a natureza.

Referências

Fontes:

Jornal Correio Braziliense:

1ª edição – 21/04/1960.

CAMPOS, Queiroz. Carrossel de Brasília. “Quando as chuvas chegarem”, 12/08/1960, p. 3.

“A partir do dia doze a semana da árvore”, 13/08/1960, sem página.

CAMPOS, Queiroz. Carrossel de Brasília. “O problema da arborização”, 14/08/1960, p. 3.

_____. “O paraíso do saci”, 16/08/1960, P. 3

_____. “Onde a vida é um buraco”, 16/08/1960, p. 3.

_____. “Terceira tentativa”, 22/09/1960, p. 3.

_____. “Uma aventura paisagística”, 12/10/1960, p. 3.

_____. “Calor continua”, 13/10/1960, p. 3.

CUNHA, Ari. Visto, lido e Ouvido. 16/10/1960.

“Brasília constrói solo agrícola”, 01/11/1960, p. 5.

“Estudo do subsolo de Brasília”, 20/01/1961, p. 3.

“IAPFESP dá um exemplo”, 22/01/1961, sem página.

“Bom solo de Brasília para horticultura e fluticultura”, 16/02/1961, sem página.

CUNHA, Ari. Visto, lido e Ouvido, 16/01/1961, sem página.

CUNHA, Ari. Visto, lido e Ouvido. 13/04/1961, sem página.

“Três anos de agricultura em Brasília revelam as possibilidades do seu solo”, 21/04/1961, sem página.

“Carrossel de Brasília contou ao Brasil seus primeiros dias”, 21/04/1961, p. 2.

CUNHA, Ari. Visto, lido e Ouvido, 21/04/1961, sem página.

“Plantas serão vendidas”, 23/04/1961, sem página.

“Asa norte dos primeiros tempos”, 21/03/1973, sem página.

“Mangueiras ornamentarão a Asa Sul”, 02/11/1976, sem página.

Jornal de Brasília:

“Plantas do Cerrado para distribuição”, 03/01/1973, sem página.

“As comunidades francesas vão acabar com a neurose urbana”, 05/01/1973, p. 11.

“316 Sul”, 12/01/1973, p. 7.

“Sol que esmorece faz também sombra e belas imagens”, 12/01/1973, p. 4.

“Mudou o tempo em Brasília?”, 31/01/1973, p. 6.

“A grama e outras histórias”, 18/02/1973, p. 9.

“A técnica no cerrado: reflorestamento”, 04/02/1973, p. 10.

“Almácea, a primeira árvore que vingou no cerrado”, 21/04/1973, p. 20.

“Asa norte vai ter sua vez”, 26/04/1973, p. 10.

“O Cerrado que renasce com o sol”, 29/04/1973, p. 9.

“Espécies para o clima do cerrado”, 24/05/1973, sem página.

“Por novos rumos”, 21/10/1973, p. 4.

“Pomar nas A. Claras”, 21/10/1976, p. 12.

“Plantas e flores em clima seco: são muitos os cuidados especiais”, 31/10/1976, p. 3.

“GDF troca as árvores atingidas por fungos”, 02/11/1976, p. 13.

“Começa a troca de árvores na Avenida W-3”, 10/11/1976, sem página.

“Arborização do Gama é meta do DPJ”, 12/11/1976, p. 15.

“Árvores: na ecologia do planalto está o desafio para a arborização da cidade”, 21/11/1976, p. 24.

“Estudantes plantam oitenta árvores no Parque da Cidade”, 24/11/1976, p. 14.

ALENCAR, Francisco Ozanan Correia Coelho de. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2004, 24p.

COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília/ elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. – Brasília: GDF, 1991. 76p.

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Atenas, 1933.

Secundária:

ALENCAR, Francisco O. C. C. et al. *Arborização Urbana do Distrito Federal: história e espécies do Cerrado*. Brasília: Novacap, 2012.

Bibliográficas:

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. (org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAIDA, Celso Reni; FROEHLICH, José Marcos. Antinomias pós-modernas sobre a natureza. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, V. 17, n. 3, jul.-set. 2010, p. 627-641.

CAPPELLO, Maria Beatriz C. A revista Brasília na construção da nova capital: Brasília (1957 – 1962). Risco: *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* [online], [S.I.], n. 11, p. 43-57, jan. 2010.

COSTA, Cléria Botêlho. Nos Jardins da Memória: Brasília nos anos 1960 e 1970. In COSTA, Cléria B., BARROSO, Eloísa P. (org.), *Brasília: diferentes olhares sobre a cidade*, Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço: o destino das sociedades humanas*. Rio de

Janeiro: editora Record, 1997.

DUARTE, Regina H. *À Sombra dos fícus: cidade e natureza em Belo Horizonte*. In *Ambiente & Sociedade*, v. X, n. 2, p. 25-44, jul-dez., 2007.

DUARTE, Regina H.; OSTOS, Natascha Stefania C., *Entre Ipês e Eucaliptos. Nômadias* (Col.) [em linea], (abril-sin mês), 2005.

FERREIRA, Ignez C. B. O Processo de Urbanização e a Produção do Espaço Metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (org). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985, p. 44-56.

FICHER, S., BATISTA, G. N., LEITÃO, F., SCHLEE, A. de. Brasília, uma história de planejamento. In: *10º Encontro Nacional da ANPUR*, 2003, Belo Horizonte. Anais do 10º Encontro da ANPUR. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. V. 1.

FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*, São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, José Luiz de A.; SCHITTINI, Gilberto de M.; BRAZ, Vivian da S. *História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral*. In: *Historiae, Rio Grande*, 6 (2): 233-270, 2015.

FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. O espírito de Brasília: modernidade como experimento e risco. In: NOBRE, Ana Luiza et al. *Um modo de ser moderno: Lúcio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac&Naif, p. 159-178, 2004.

LE CORBUSIER. *Precisões sobre um Estado Presente da Arquitetura*, São Paulo: Cosac Naify, 2004.

LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, 1969.

LÚCIO, Magda de Lima. Candangos brasilienses – 50 anos construindo a capital federal. In: Brasília – diferentes olhares sobre a cidade. Org.: COSTA, Cléria Botelho da; BARROSO, Eloísa Pereira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

MEDEIROS, Eugênio M. F. de. *Estética do Apocalipse: (re)considerações acerca da (des) arborização urbana de Natal e seu contributo à saúde pública*. Dissertação de mestrado (Dissertação em arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2003.

MELOSI, Martin V. The Place of the City in Environmental History. *Environmental History Review*, vol. 17, No. 1 (Spring 1993), pp. 1-23.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Belo Horizonte: Itatiaia Ilimitada, 1965.

NOWAK, David J.; DWYER, John F. Understanding the Benefits and Costs of Urban Forest Ecosystems. In *Urban and Community Forestry in the Northeast*, 2nd ed, edited by J. E. Kuser, 2007.

NASH, Roderick. *The Rights of Nature: a history of environmental ethics*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1989.

NAXARA, Márcia Regina C. *Cientificismo e sensibilidade romântica – em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: *Estudos Avançados* 24 (68), 2010.

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: REVEL, Jacques. *Proposições. Ensaios de História e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2009.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do Jornalismo no Brasil*. Santa Catarina: Editora Insular, 2007.

ROSSETTI, A. I. N.; PELLEGRINO, P. R. M.; TAVARES, A. R. As árvores e suas interfaces no ambiente urbano. In SBAU: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. *Revsbau*, Piracicaba, SP, v. 5, n. 1, p. 1-24, 2010.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WILSON, Edward O. *A Conquista Social da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

WORSTER, Donald. *Nature's Economy*. New York: Cambridge University Press, 2008.

Outras referências:

HARVEY, David. [*As Cidades Rebeldes de David Harvey*]. Entrevista concedida ao The New Left Project, tradução de Daniela Frabasile e Laís Bellini. Acesso em: 13/07/2012.

JUCÁ, Jane Monte. “Princípios da Cidade-Parque: categoria urbana concebida no Plano Piloto de Brasília”. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 10, n. 113.01, *Vitruvius*, novembro. 2017 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.113/1824>>. Acesso em: 03/03/2018.

MARTINS, Éder de Souza et al. *Evolução geomorfológica do Distrito Federal. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004.*

REGO, Renato Leão. Forma urbana e arborização no século 20: as distintas abordagens na cidade jardim, na cidade bela e na cidade funcional. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n.177.02, *Vitruvius*, fev.2015. <HTTP://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.177/5477>. Acesso em: 17/10/2017.

Anexo – Lista de ilustrações

Figura 1:	tratores realizando serviço de terraplanagem na região.....	113
Figura 2:	Uma das únicas imagens do filme de Manzon onde se pode ver árvores.....	113
Figura 3:	facebook “histórias de Brasília” - Área central de Brasília em 1967, ano de inauguração da Torre de TV.....	114
Figura 4:	Facebook “Histórias de Brasília” - Praça dos três Poderes (1960). Foto de Marcel Gautherot.....	114
Figura 5:	facebook “histórias de Brasília” - Congresso Nacional (1968).....	115

Figura 6:	Facebook “Histórias de Brasília” - Superquadra sul 305 (1970).....	116
Figura 7:	Facebook “Histórias de Brasília” - Visão aérea de Brasília (1967).....	118
Figura 8:	Facebook “Histórias de Brasília” - Avenida W3 Sul, na altura da superquadra 509 (1968).....	118
Figura 9:	Facebook “Histórias de Brasília” - Superquadra sul 105 no ano de 1964 e, atualmente, no ano de 2018. A fachada dos prédios, antes totalmente a vista, agora com a paisagem coberta por árvores.....	120
Figura 10:	Facebook “Histórias de Brasília” - Área Central de Brasília (1972).....	121
Figura 11:	Chamada para a matéria sobre a morte das cássias no Jornal de Brasília (1976).....	122
Figura 12:	Reportagem especial do Jornal de Brasília (1976).....	123
Figura 13:	Reportagem sobre o clima da cidade no Jornal de Brasília (1973).....	124

Imagens do filme “As primeiras imagens de Brasília” de Jean Manzon (1956-1957):

Figura 1: tratores realizando serviço de terraplanagem na região.



Figura 2: Uma das únicas imagens do filme de Manzon onde se pode ver árvores.



Figura 3: facebook “histórias de Brasília” - Área central de Brasília em 1967, ano de inauguração da Torre de TV.

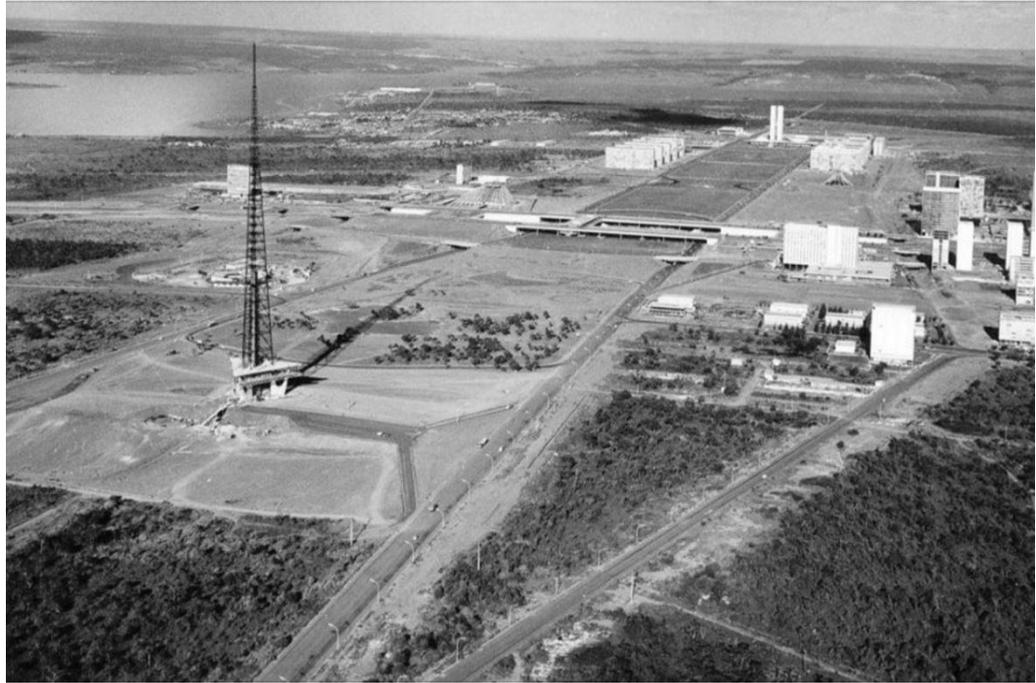


Figura 4: Facebook “Histórias de Brasília” - Praça dos três Poderes (1960). Foto de Marcel Gautherot.



Figura 5: facebook “histórias de Brasília” - Congresso Nacional (1968).



Figura 6: Facebook “Histórias de Brasília” - Superquadra sul 305 (1970).



Figura 7: Facebook “Histórias de Brasília” - Visão aérea de Brasília (1967)



Figura 8: Facebook “Histórias de Brasília” - Avenida W3 Sul, na altura da superquadra 509 (1968).



Figura 9: Facebook “Histórias de Brasília” - Superquadra sul 105 no ano de 1964 e, atualmente, no ano de 2018. A fachada dos prédios, antes totalmente a vista, agora com a paisagem coberta por árvores.

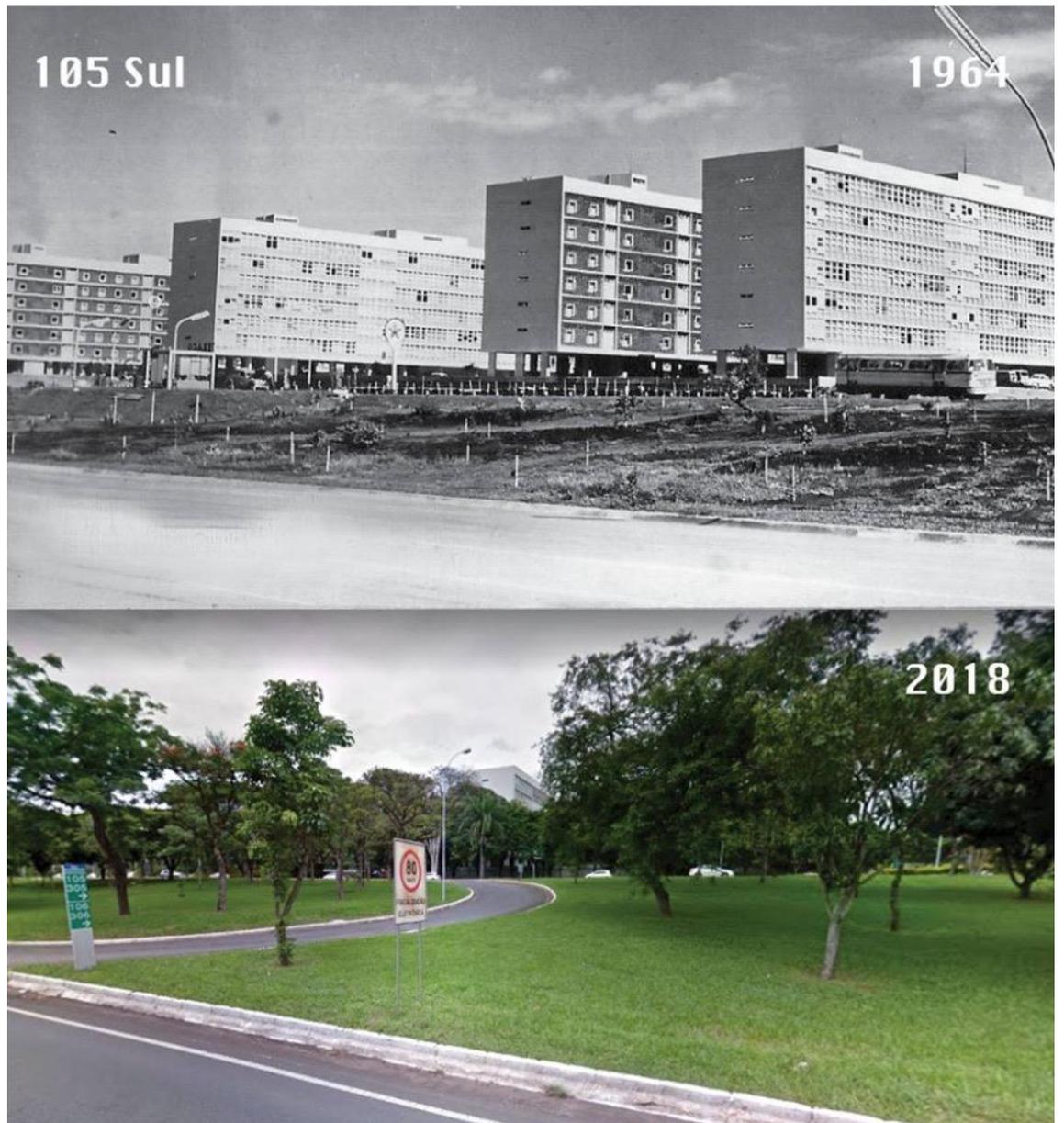


Figura 10: Facebook “Histórias de Brasília” - Área Central de Brasília (1972).

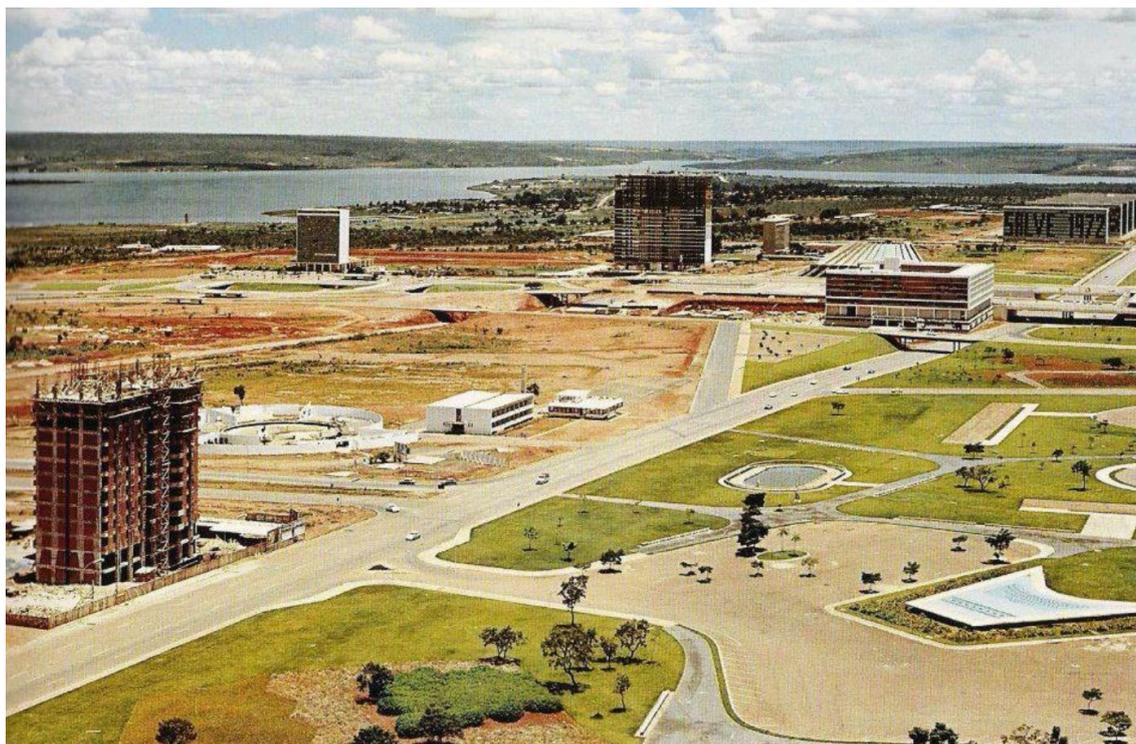


Figura 11: Chamada para a matéria sobre a morte das cássias no Jornal de Brasília (1976).



Descoberta a doença nas nossas árvores

Na avenida W-3 e em outras vias da cidade, as árvores adquiriram um aspecto estranho: no tronco, manchas negras; as folhas ficavam amarelas e caíam, em qualquer tempo. Depois de alguns estudos, o Departamento de Parques e Jardins descobriu que a causa foi o aparecimento de fungos, que estavam dizimando as plantas.

Enquanto não se descobre como combater a praga, ficou decidido que esse tipo de árvore - *Cassia siamea* - não será mais usado no plantio e produção das espécies. Até 1974, mais de seis mil mudas dessa árvore foram plantadas em todo o Distrito Federal. A razão da escolha era porque essa árvore tinha um

rápido crescimento - atingia oito metros em seis meses - e floração abundante, além de não apresentar problemas ecológicos ou paisagísticos. Os fungos atacaram também outras espécies, como a *Cassia* negra, *macranthera* e *albisia*, plantadas em menor número.

Stênio Garcia, o diretor do Departamento de Parques e Jardins, já decidiu que todas as árvores atingidas pela praga serão substituídas por outras espécies e na urbanização da cidade serão utilizadas árvores como o pau-ferro, flamboyants e ipês. A primeira manifestação da doença ocorreu em 1971, mas se pensou que a causa fosse o ataque de pequenos besouros. (Página 13)

Figura 12: Reportagem especial do Jornal de Brasília (1976).

